

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**MIRELLA ALVES DE BRITO**

**O CALDO NA PANELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO  
PARA MULHERES EM FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS, 2007**

**MIRELLA ALVES DE BRITO**

mirella@univali.br

**O CALDO NA PANELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO  
PARA MULHERES EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Antropologia Social, Linha de Pesquisa: Convívio Social, Micropolítica e Afetividade. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MIRIAM FURTADO HARTUNG**

**FLORIANÓPOLIS, 2007**

**MIRELLA ALVES DE BRITO**

**O CALDO NA PANELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO  
PARA MULHERES EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação aprovada como requisito à obtenção do Grau de Mestre em Antropologia Social,  
do Curso de Mestrado em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da  
Universidade Federal de Santa Catarina, pela banca formada pelos professores:

Orientadora:

\_\_\_\_\_

PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> MIRIAM FURTADO HARTUNG  
PPGAS/UFSC

Membro da Banca:

\_\_\_\_\_

PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> SONIA WEIDNER MALUF  
PPGAS/UFSC

Membro da Banca:

\_\_\_\_\_

PROF<sup>º</sup> DR<sup>º</sup> THEOPHILOS RIFIOTIS  
PPGAS/UFSC

Suplente:

\_\_\_\_\_

PROF<sup>□</sup> DR<sup>□</sup> MÁRNIO TEIXEIRA PINTO  
PPGAS/UFSC

## **DEDICATÓRIA**

**A todas as mulheres que participaram dessa pesquisa.**

## **AGRADECIMENTOS**

Aqui agradeço a todos e todas que me atravessaram deixando comigo a vontade de continuar, o gosto pelas leituras e pela vida, em especial às mulheres presas que participaram dessa pesquisa como protagonistas.

Também a alguns e algumas que, mesmo ausentes, fazem-se próximos, em cada momento desse trabalho.

Ao meu pai, Dilson Alves de Brito, pela inserção na liberdade e à minha mãe, Olcinéia Vieira de Brito, pela oportunidade de conhecer outros mundos.

À Miriam companheira incansável, pelo amor, dedicação, respeito, eterno incentivo e com quem aprendo a desenvolver a percepção musical que, ente outras coisas, oferece sentidos sonoros a esse trabalho.

À Perla, por meu nome, pela escuta e pela credibilidade; ao Tiago por me ensinar a dividir, a escutar e a viver a diferença e ao João pela possibilidade de pertencimento, em volta da mesa aos domingos.

À amiga, professora e mãe, Mara, que ensinou a persistência, o silêncio e tranqüilidade com sua história de vida e com seu cuidado.

À amiga/irmã, Patrícia, que tão generosamente me acolhe e contribui com minha escritura.

Às crianças: Bruna, João Pedro e Mariah, que colorem cada encontro e renovam minhas esperanças.

Ao Alexandre pela experiência de construção de um espaço que tem contribuído com minha formação e possibilitado o exercício da produção acadêmica sem melindres.

Aos amigos, Quide e Vylma (in memoriam), pela possibilidade de criar novos parentes.

Aos mestres Paulo César Volpato (in memoriam), Kátia Maheirie e Elton Luis Chiaradia, pela influência direta em meus ensaios sobre a Cadeia Pública de Itajaí.

A Almir Pedro Sais, por seu jeito de cuidar, pela possibilidade da segurança e pela grande participação no exercício da minha profissão.

À Rosani, fotógrafa, com quem pude dividir muitas das imagens desse trabalho.

Às diretoras Marisol e Maria, pela disponibilidade pela confiança em mim depositada durante todo o tempo em que solicitei acesso ao Presídio Feminino de Florianópolis.

À Miriam Furtado Hartung, pela orientação desse trabalho, com quem pude contar mesmo quando parecia impossível continuar.

À Professora Sônia Maluf, por seu compromisso com os processos de formação na antropologia, em sala de aula; por sua generosidade na atividade docente; pelas contribuições quando da defesa do projeto e pela disponibilidade em contribuir com o momento final desse trabalho.

Ao Professor Flávio Wiic, pelas contribuições na qualificação do projeto que deu origem a esse trabalho e pela credibilidade oferecida para a realização da pesquisa e permanência no programa.

Ao professor Theophilos Rifiotis por gentilmente aceitar participar das discussões dessa dissertação já na fase de acabamento.

Aos demais professores do PPGAS, porque pude experimentar com alguns o respeito e o investimento em uma formação de grande qualidade, em especial aos professores: Silvio Coelho, Márnio Teixeira Pinto, Alberto Groisman e Maria Amélia Dickie.

À Karla que muitas vezes me auxiliou nas atividades burocráticas relacionadas ao PPGAS.

Às pesquisadoras, alunas e amigas, Juliana Dilda; Cristiane Costa; Juliana Barreto e Cleusa Della Flora, pela oportunidade de troca e de leituras sobre a prisão.

À Jane pelas conversas, pelas revisões desse trabalho e pela experiência da amizade.

Ao Luiz Antonio por todo carinho e pela oportunidade de ter contribuído em mudanças significativas de sua vida.

Finalmente, ao Grupo Vocal *Bocca Chiusa*, com quem me transporto para as mágicas sonoridades da música popular brasileira e onde re-carrego as baterias para enfrentar as mazelas que podem estar estampadas nesse trabalho.

## RESUMO

A pesquisa descreve as práticas sociais no Presídio Feminino de Florianópolis, SC. O presídio corresponde a uma das unidades prisionais do sistema penitenciário de Santa Catarina, único exclusivo para a detenção de mulheres. A pesquisa perseguiu o objetivo de identificar como se organizam as mulheres presas em Florianópolis, como se relacionam e que práticas coletivas são encenadas nesse contexto. A população de mulheres presas envolvidas na pesquisa foi, inicialmente, de 36 mulheres, que haviam sido julgadas e receberam sentença de reclusão em regime fechado. Entretanto, ao longo do trabalho de campo esse número foi se modificando e foi possível conhecer em torno de 100 mulheres que passaram pelo presídio no período em que foi realizada a pesquisa. Reconheceu-se que há no Brasil uma incipiente tentativa de dar visibilidade a questões que se incorporam no cotidiano prisional, sobretudo nos presídios para mulheres. Três autoras brasileiras são destaques como inovadoras nessa área: Julita Lemgruber (1983); Lara Ilgenfritz e Bárbara M. Soares (2002). No exterior merece destaque Manuela Ivonne da Cunha (2002), na realização de uma etnografia de um presídio de mulheres em Lisboa/PT. De sorte que, nessa pesquisa foi necessário articular vários entendimentos até que pudéssemos, a partir dos dados etnográficos, identificar que as relações presa/instituição e prisão/violência – embora de extrema relevância – não dão conta de representar o presídio feminino de Florianópolis tal qual é possível percebê-lo: um lugar de convivência e, portanto, de sociabilidades que se sobrepõem muitas vezes às práticas coercitivas ali presentes, legitimadas pela sociedade em geral. Foi identificado que a experiência prisional reedita algumas das práticas já encenadas por essas mulheres, mas dá ênfase a algumas relacionadas ao parentesco, a rituais de iniciação na vida prisional e ao estabelecimento de confiança entre pares. Fundamentalmente, o estudo indica que o fluxo de informações, pessoas, objetos e desejos, se dá de forma a diminuir, ou até mesmo apagar a fronteira entre o dentro e o fora da prisão, mesmo que, em muitos momentos, essa fronteira seja decisiva no destino de cada uma das mulheres que ali se encontram.

Palavras-chaves: Prisão para mulheres. Reciprocidade. Penalização.



## ABSTRACT

This research describes social practices in the Female Penitentiary in Florianópolis, SC. The penitentiary is one of the units of the penitentiary system in Santa Catarina being the single one for imprisonment of women in the State. The research aimed in identifying how the imprisoned women organize themselves, how they relate to each other and which collective actions are performed thereof. The number of imprisoned women involved in the research started off as 36 – all had undergone trial and had received imprisonment sentence (closed regimen). However, as the research developed, this number changed and reached about 100 women who passed by the penitentiary during the research period. It was acknowledged that, in Brazil, there is a crude attempt in showing issues related to the daily life in penitentiaries, especially in female penitentiaries. Three Brazilian writers are highlighted as innovative in this field: Julita Lemgruber (1983); Lara Ilgenfritz and Bárbara M. Soares (2002). A writer with prominence in a foreign country is Manuela Ivonne da Cunha (2002), on an ethnography performed in a female penitentiary in Lisbon (Portugal). Therefore, this research had to undergo several understandings to the point where we were able to identify, from ethnographic data, the relationship between prisoner/institution and prison/violence that – although having great relevance – do not duly represent the female penitentiary in Florianópolis as it is in real life: a place where they live, and thus a sociability place that in many instances overcome the coercive practices present, justified by society in general. It was identified that the penitentiary experience re-edits some practices already performed by these women, but it emphasizes some practices related to family ties, initiation rituals in penitentiary life as well as the establishment of trust amongst pairs. Basically, the study shows that flow of information, people, object and desires take place in order to decrease, or even erase, the borderline of inside and outside of prison, even if in some moments, this borderline is decisive in the fate of each of the women there.

Key words: female penitentiary, reciprocity, penal standards.

## LISTA DE SIGLAS

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

HRW – Human Rights Watch

DST – Doença Sexualmente Transmissível

AIDS – Acquired Immune Deficiency Syndrome

PFF – Presídio Feminino de Florianópolis

SUS – Sistema Único de Saúde

LEP – Lei de Execução Penal

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DEAP – Departamento de administração penitenciária

ETFSC – Escola Técnica Federal de Santa Catarina

CTC – Comissão Técnica de Classificação

ONG – Organização Não-Governamental

LC – Liberdade Condicional

PROMENOR – Programa Promoção do Menor Trabalhador

CPB – Código Penal Brasileiro

SSP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

VEP – Vara de Execução Penal

## SUMÁRIO

<b>PARTE I .....</b>	<b>12</b>
<b>A ENTRADA NA PRISÃO .....</b>	<b>12</b>
1. INSERÇÃO NO CAMPO: ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	12
2. O PRESÍDIO PARA MULHERES EM FLORIANÓPOLIS .....	24
3. DOS MOTIVOS DA PRISÃO .....	28
<b>PARTE II.....</b>	<b>33</b>
<b>O CALDO NA PAINELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>33</b>
1. A TRANSFORMAÇÃO DE MULHER LIVRE EM PRESA .....	33
2. OS LUGARES PARA ONDE VÃO .....	36
2.1 <i>A cela Zero</i> .....	36
2.2 <i>Galerias</i> .....	37
2.3 <i>Maracanã</i> .....	37
2.4 <i>Clínica</i> .....	38
2.5 <i>Berçário</i> .....	39
3. TRÂNSITOS, ROTINAS E CENÁRIOS.....	40
4. DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS .....	44
5. O TRABALHO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS .....	56
6. A EXPERIÊNCIA DE SER MÃE NA PRISÃO .....	65
7. PRÁTICAS DO FEMININO/ MASCULINO.....	76
8. SOBRE AS REGRAS DE DENTRO E DE FORA DA PRISÃO .....	82
9. O NOME DAS COISAS E A PRODUÇÃO DOS MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA.....	100
10. A CASA E A RUA: O UNIVERSO DOMÉSTICO E OS NEGÓCIOS DO MUNDO .....	103
11. ESTRANHAS AMIGAS E VIZINHAS DE JEGA: O APARENTAMENTO DENTRO DO PRESÍDIO .....	114
12. QUEM BATIZA QUEM: DA CHEGADA ÀS ACOMODAÇÕES .....	123
13. FAMÍLIA E PARENTESCO: AS AFINIDADES, AS VISITAS E AS TROCAS.....	124
13.1 <i>Sobre as afinidades</i> .....	125
13.2 <i>As visitas</i> .....	127
13.3 <i>As trocas</i> .....	130
14. TROCA DE OBJETOS, DE GRUPO, DE IDÉIAS E DE MULHERES .....	131
15. PARENTE É SERPENTE: QUEM VAI VISITAR A PRESA? RELAÇÕES HOSTIS E DE MÁFIA COM A FAMÍLIA QUE VIVE DO CRIME .....	133
<b>PARTE III.....</b>	<b>137</b>
<b>ARREMATANDO.....</b>	<b>137</b>
1. QUANDO A PRESSÃO ABRE A PAINELA, O CALDO ENTORNA .....	137
2. O IMAGINÁRIO SOCIAL E A VIDA NO PRESÍDIO: PROPOSTA PARA UM OUTRO OLHAR SOBRE O ESPAÇO PRISIONAL ...	139
3. REFERÊNCIAS .....	142

## PARTE I

### A ENTRADA NA PRISÃO

#### 1. Inserção no campo: aspectos metodológicos

Lima Barreto escreveu, em 1914, quando foi internado pela primeira vez em um Hospital Psiquiátrico: *Fui para o pavilhão de observação, éramos muitos, tiraram-nos as roupas, deixaram-nos nus, cortaram-nos os cabelos...*<sup>1</sup>

Este relato, assim como mostra Goffman (1961), retrata parte das estratégias de despersonalização de quem é inserido em um sistema de confinamento. Uma mulher que é julgada pela justiça comum e recebe a sentença de reclusão em regime fechado, na cidade de Florianópolis, experimenta, em diferentes proporções, o desnudamento de suas identidades<sup>2</sup> e, para o poder judiciário, passa a ser identificada por um número (uma matrícula) que lhe confere a condição de presa naquela instituição.

Devolver à sociedade pessoas consideradas uma ameaça tem sido o objetivo oficial maior do sistema prisional. É importante dizer, a respeito, que a sociedade ocidental já teve nos asilos, hospitais, internatos e casernas, o mesmo objetivo. Existem, entretanto, linhas de fuga de um modelo disciplinar<sup>3</sup> de sociedade e, a partir do século XX, movimentos políticos

---

<sup>1</sup> Aparecerão em itálico as falas de autores interlocutores desse trabalho.

<sup>2</sup> O termo identidade corresponde, nesse trabalho, a uma forma de ser na sociedade, através da qual cada indivíduo se identifica e é reconhecido no conjunto das relações sociais. Corresponde também, como quer Pollak (1992, p.5), “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da sua vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. Mas, ainda, tomaremos emprestada a noção de Serres (1997), para entender a identidade como um conceito que indica não só um conjunto ao qual se pertence, mas que se caracteriza pela multiplicidade de costuras possíveis entre vários grupos. Assim, um indivíduo nunca pertence a apenas um grupo.

<sup>3</sup> Para aderir a noção de Foucault (1987) acerca da sociedade ocidental, a partir da idade clássica.

que combatem as diferentes formas de confinamento. Os internatos já são escassos e correspondem a um contingente que “opta livremente” por inserir-se na vida de celibato; os asilos sofrem fiscalizações contínuas que os obrigam a estabelecer relações mais “pessoalizadas” com seus internos e a buscar uma maior autonomização dos pacientes; os hospitais têm sido repensados, sob o paradigma da humanização, propondo, criando e implementando programas de atenção à saúde, mais localizados e menos impessoais.

As perspectivas para as prisões, entretanto, não são as mesmas, muito embora contemos com instituições nacionais e internacionais que visem o controle e a garantia de direitos universais nos estabelecimentos prisionais, como é o caso dos Conselhos Penitenciários, Pastoral Carcerária e Comissão de Direitos Humanos da OAB, no Brasil, e da ONU e Human Rights Watch<sup>4</sup>.

Ainda que possamos identificar esforços dessas e outras instituições, fica a pergunta: o que nos faz manter a prisão como necessária à sociedade? Para Foucault (1987) é uma proposta que, ao mesmo tempo, garante a privação da liberdade e transformação técnica dos indivíduos. Para Loïc Wacquant (2001) é uma estratégia política que atua na capilaridade econômica, excluindo e mantendo um contingente de pessoas miseráveis.

... Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode escapar... Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento “universal e constante?” Sua perda tem, portanto o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela é o castigo “igualitário”. (FOUCAULT, 1987, p. 208).

O inchamento explosivo da população carcerária, o recurso maciço às formas mais variadas de pré e pós-detenção, a eliminação dos programas de trabalho e de educação no interior das penitenciárias, a multiplicação dos instrumentos de

---

<sup>4</sup> A HRW é uma organização, não-governamental, que se dedica à proteção dos direitos humanos dos povos do mundo inteiro.

vigilância tanto a montante quanto a jusante da cadeia carcerária: a nova penologia que vem se instalando não tem por objetivo “reabilitar” os criminosos, mas sim “gerenciar custos e controlar populações perigosas” (WACQUANT, 2001, p. 32)

Embora Foucault (1977; 1979; 1987; 1992; 1997; 1999; 2001) tenha se ocupado com o modelo de pensamento ocidental e com as produções de saber, e Wacquant (2001a; 2001b) faça uma crítica do modelo capitalista norte-americano, ambos nos auxiliam a pensar a prisão como um instrumento social que potencializa formas de convivência, transcendendo seus supostos e propalados objetivos, como o da reabilitação.

Foucault (1979) diz:

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. [...] A prisão fabrica delinqüentes, mas os delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinqüentes servem para alguma coisa. (Foucault 1979, p.131-132).

No Brasil, o sistema prisional mantém a idéia que corresponde ao que Foucault (1979) já assinalava como resultado da maquinaria que se objetivava na prisão desde 1820.

RIBEIRO DE SÁ, 1996; LEMGRUBER, 1983; ADORNO e IZUMINO, 2000; LEMGRUBER, 2000; KANT DE LIMA, 2000; WACQUANT, 2001b; AMORIM, 2004 revelam o dinâmico aumento da criminalidade e a persistência de práticas de corrupção e de segregacionismo que se estendem do interior das unidades prisionais para fora do sistema prisional, num pacto em que se associam vários setores da sociedade. Para quê? Esse cenário de profunda desigualdade social e econômica - que se expressa na exclusão de um grande contingente de pessoas do acesso a direitos já garantidos constitucionalmente - demonstra, para alguns autores, o caótico cenário da atual realidade da prisão no Brasil: da

superlotação, das práticas de violência reproduzidas no interior dos presídios e as cenas de corrupção veiculadas pelo sistema de comunicação.

Para Adorno (2003), a distribuição desigual de direitos, na justiça, significa que a tão almejada universalidade dos direitos está comprometida em sua base. Ocorre que, em todos os países que têm a prisão como meio de punir uma quebra de regras, ela – a prisão – ocupa um lugar significativo no imaginário social. Ora pela sua função de privar o direito de ir e vir, ora por individualizar o sujeito, ora por segregar ainda mais algumas categorias sociais, ou ainda porque agrupa várias funções, mantendo-se como o exemplo coercitivo mais eficaz e ineficaz, ao mesmo tempo.

Para que servem as prisões? Sabendo que a resposta não pode ser precisa, uma vez que estamos falando de complexos arquitetônicos e políticos tecidos pelas malhas de todos os setores sociais, a fim de responder a interesses também polissêmicos, tampouco se pode realizar tal investimento sem considerar uma gama de fatores que correspondem às análises dos contextos sobre os quais vimos inscrevendo as formas punitivas da sociedade. Só podemos arriscar que esse modelo de prisão, objeto desse trabalho, parece corresponder a uma tentativa de manter afastado um Outro, e também a uma série de operações jurídico-normativas que garante uma continuidade de práticas criminosas de manutenção de poderes e de produção de saberes.

Considerando que a prisão é o único sistema de confinamento que não passou por reformulações que alterassem a lógica de clausura que se imprime na relação culpa/punição, será tratada, aqui, a vida nas prisões: as relações que não se estabelecem única e exclusivamente através e com base na violência, na coerção, na opressão; as relações entre

as mulheres presas, seus diferentes itinerários<sup>5</sup>, seus familiares, os agentes prisionais, e suas respectivas vivências no interior das prisões.

Na busca de transcender as relações presa/instituição e prisão/violência, de inegável relevância e urgência, é preciso problematizar e refletir sobre o presídio para mulheres como um lugar de convivência e, portanto, de sociabilidades que, na maioria das vezes, se entrelaçam e sobrepõem às práticas coercitivas e punitivas que “marcam” a vida prisional.

Como vivem e se organizam as mulheres no presídio de Florianópolis? Com quem se relacionam e como são as relações entre elas, entre elas e os agentes prisionais, entre elas e seus familiares, maridos, filhos, amigos, quando os tinham? Como essas mulheres constroem suas vidas dentro de um sistema que, ao menos naquilo que é de conhecimento mais geral, pretende transformá-las? Em outras palavras, a preocupação será entender como, para além da violência inerente e já bem descrita da prisão, vivem essas mulheres.

Os relatórios de pesquisas brasileiras realizadas em instituições prisionais têm assinalado uma resistência em aceitar as solicitações de pesquisas nesse campo por parte das instâncias diretoras e das chefias dessas instituições, explicadas pelos solicitantes (LEMGRUBER, 2000, p.ex.), em, por pelo menos, duas perspectivas. A primeira, mais psicologizante, que vê nessa resistência uma espécie de sintoma persecutório daquele que não deseja ser descoberto. A outra, temos uma explicação que faz eco às leituras de Foucault (1987) acerca da prisão como maquinaria, dispositivo de controle, onde impera a idéia de que a resistência corresponde a um jogo de forças que procura demarcar os lugares de cada ator na luta por firmar, reafirmar e constituir novos lugares.

---

<sup>5</sup> Por itinerários, entende-se os fluxos de informações, relações e sentimentos que compõem a trajetória da presa dentro do presídio desde sua chegada.



O período inicial de inserção, de qualquer forma constitui-se, de muitas restrições e olhares desconfiados, chegando, em alguns casos, ao uso abusivo de autoridade:

[...] O fato é que não havia a mínima consideração pelas autorizações que portávamos. Cada ida à unidade, tornava-se um tormento, até descobrirmos quem estava de plantão e quanto tempo se teria que gastar com os costumeiros aborrecimentos. Em certa ocasião, quando as intransigências ultrapassaram os limites até então tolerados, a coordenadora de campo solicitou ser recebida pelo chefe de segurança. Depois de longa espera, foi conduzida às proximidades da sala dessa chefia; ali, teve a dupla surpresa de ser ignorada e de ouvi-lo gritar que não iria recebê-la, tampouco intervir na questão, uma vez que já estava a par de tudo e não se opunha aos procedimentos de seus subordinados. (Soares e Ilgenfritz, 2002, p. 15).

Esse trabalho foi à procura de questões que escapem das instituições prisionais e que problematizem as relações que se referem às formas de agrupamentos familiares. Em um projeto de redução de danos e prevenção às DSTs/AIDS no presídio feminino de Florianópolis, tornou-se possível fazer uma *viagem* rumo ao universo das relações sociais entre mulheres presas<sup>6</sup> no Presídio Feminino de Florianópolis, a fim de conhecer e compreender o cotidiano, as práticas e os elementos que operam em seu interior, tais como: formas de constituir parcerias, relações com a família, noções de espaço, construção de laços afetivos, enfim, os modos de viver e se organizar dentro do presídio.

O que mais me chamou a atenção, num primeiro contato, foi a maneira como as presas lidavam com a alimentação. Elas comem muito. A comida e a cozinha ocupam lugar importante na vida prisional. As próprias presas que escolhem quem cozinhará, escolha que depende de entendimentos com a direção do presídio.

O *Projeto Vôo para a Liberdade* que ensinava as presas a registrar imagens, através da fotografia, a partir de um tema escolhido, promovia encontros que se esgotavam logo que

---

<sup>6</sup> Presa é o termo utilizado por elas mesmas e será adotado ao longo desse trabalho.

elas se ocupavam com os registros das próprias imagens, que eram enviadas a: familiares amantes, companheiros(as), filhos(as), pais, irmãs e irmãos, amigas, serviam de lembranças umas das outras, naquele espaço e naquela situação. Não se mostravam interessadas em aprender as técnicas de fotografar, mas insistiam em serem fotografadas. Os temas escolhidos para as fotografias, inicialmente, giravam em torno da condição prisional, dos maus tratos, das negligências em relação ao direito à saúde e à educação. Essas “queixas” deram lugar à preparação de refeições. Os lanches ao redor de uma mesa com quitutes, preparados pelas presas ocasionaram relatos sobre as experiências de ser mãe na prisão<sup>7</sup> ou, simplesmente, de ser presa, e criou um clima de maior intimidade que permitiu conhecer como essas mulheres viviam no presídio<sup>8</sup>. Essa foi minha primeira entrada e se caracterizou por minha disponibilidade em conhecer através das presas, a prisão.

Depois de orientar outros trabalhos sobre o tema<sup>9</sup>, no final de 2002, de acordo com a nova direção do presídio, foi possível desenvolver o presente projeto de pesquisa, com a finalidade de estabelecer as relações que se formavam em torno da alimentação.

A inserção no presídio para mulheres de Florianópolis foi cercada de uma relação respeitosa, sem entraves de ordem institucional, embora em clima de total insegurança, uma vez que, é terreno do controle absoluto e da disciplina. Cada olhar, cada gesto ou palavra são considerados com desconfiança, sem trégua. É preciso evitar a armadilha, muito comum nesses ambientes, da relação persecutória, em razão das características do campo,

---

<sup>7</sup> Algumas presas já haviam experimentado a situação de dar à luz durante o período prisional e a grande maioria já eram mães antes de serem presas.

<sup>8</sup> Geralmente estes encontros aconteciam com a minha presença, a da fotógrafa e das presas.

<sup>9</sup> COSTA, Cristiane. **Como as relações de gênero podem interferir no crime cometido por mulheres que se encontram na Penitenciária Feminina de Florianópolis, 2003**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Psicologia, UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, Orientadora Prof<sup>a</sup> Mirella Alves de Brito. DILDA, Juliana. **A Mulher aprisionada e o exercício da maternagem: um estudo no Presídio Feminino de Florianópolis, 2005**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Psicologia, UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Orientadora Prof<sup>a</sup> Mirella Alves de Brito.

perspectiva que visa sempre identificar quem pode estar nos analisando. Mas, tais questões também existem em outros espaços e universos de pesquisas. É grande a tensão no trabalho de campo.

O método da pesquisa é descritivo, com base na etnografia, considerando que o olhar mantém-se fenomenológico. É possível afirmar que, a própria escolha da etnografia estava já presente nas opções de campo e recorte do problema, pois o que se pretende é saber que sentido as mulheres presas dão às suas vidas na prisão. Como vêem, se vêem e vivem uma situação que se mostra, na maioria das vezes, apenas pelas lentes da coerção, da violência, da privação, da punição, da dor e do sofrimento. Para tanto, foi privilegiada uma inserção criteriosa no campo, a observação participante, entrevistas informais com um pequeno grupo ou individualmente um roteiro sempre refeito. Além disso, fotos, filmes e textos, produzidos pelas mulheres presas, também foram recursos empregados no conhecimento e compreensão daquele universo.

A construção de uma etnografia implica a produção de discursos que descrevem o campo, razão pela qual a inserção é o momento crucial, bem como as questões que nos levam até ele. Foi buscada, assim, uma relação mediada pela confiança que permitisse o diálogo, lembrando que cada palavra tem o poder de absolver ou punir o ouvinte. Por ser a prisão um lugar em que as pessoas pouco acreditam no que se escreve, a anotação de campo acontecia depois das entrevistas.

Inicialmente só foi permitido o trânsito, nos alojamentos e galerias, com um agente prisional, até a direção concordar que não haveria perigo de uma ou de outra parte, o que permitiu maior privacidade.

Considerando as particularidades judiciárias em se inscrevem as instituições prisionais, na inserção precisei avaliar cada movimento, com quem falaria e pelas mãos de quem entraria, pois não gostaria de ser confundida com representantes da instituição.

Para tanto, foi necessário utilizar o recurso das visitas, conhecidas dessas mulheres, em horários e dias diversos, com a ajuda de registros anteriores<sup>10</sup> da vida de mulheres em presídios. Foram, igualmente, aproveitados materiais produzidos com as presas e por elas, tais como jornal, vídeo, poesias.

As entrevistas, com as presas e funcionários da instituição<sup>11</sup>, incluíram a direção do presídio e a observação de rotinas e de situações vivenciadas naquele contexto.

A intimidade com o tema ajuda a realizar uma série de comparações que permitem olhar a vida na prisão não como um mundo à parte, mas que transcende a noção de instituição total, cunhada por Goffman (1999), pois é capaz de engendrar uma série de mecanismos simbólicos que remetem às relações intra/extra muros e se aproxima da vida fora da prisão.

Inicialmente, a pesquisa visava à população de mulheres cujas sentenças já tinham transitado em julgado (aproximadamente 36 mulheres em abril/2003), o que caracterizaria menos ansiedades decorrentes da incerteza de uma sentença, e mais tempo de contato. No

---

<sup>10</sup> Entre eles estão: BRITO, Mirella Alves de et al. **Ensaio para a liberdade**. Projeto Vão para a Liberdade. Florianópolis: Instituto Arco-Iris/Ministério da Saúde, 2002; LEITE, Eliana (1999). **A Dupla condenação de prisioneiras na cadeia**: um invisível objeto da saúde coletiva. Dissertação de Mestrado – Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: USP; SANTOS, Vera Lúcia (2003). **O Papel desempenhado pelo trabalho do(a) preso(a) no seu processo de reinserção social**. Monografia de pós-graduação em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR; REIS, Marisol (2001) **De volta ao exílio**: as representações sociais da reincidência penitenciária. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia da UnB. Brasília: UnB; FRINHANI, Fernanda e SOUZA, Lídio. **Mulheres encarceradas e espaço prisional**: uma análise de representações sociais. *Psicol. Teor. Prat.*, jun. 2005, vol. 7, n. 1, p. 61 – 79.

<sup>11</sup> Ora utilizando o gravador, abandonado no início, por coibir uma espontaneidade necessária, com notas simultâneas, ora realizando as notas logo depois das entrevistas.

entanto, no decorrer da pesquisa, muitas das presas já estavam em liberdade e outras passaram a usufruir dela.

As atividades das presas em torno da alimentação, na verdade, permitiram conhecer outros aspectos da sua vida ali. “Entrar pela cozinha” foi de grande importância para o estabelecimento de vínculos mais fortes e para passar a limpo às primeiras intenções.

No retorno ao presídio foi possível reencontrar mulheres conhecidas das idas anteriores, bem como experimentar o que muitas delas vivenciavam e, dessa forma, me aproximar daquilo que experienciam quando das suas reincidências. As idas e vindas colocam-nas, todas, aquelas que não saíram e as que retornaram, em contato com o que se passa e se passou dentro e fora do presídio.

Uma das presas mais antigas, Fernanda (casada, 5 anos de prisão, homicídio qualificado<sup>12</sup>)<sup>13</sup> que trabalhava na cozinha, já tinha tido contato com outros projetos de pesquisas, o que a distinguiu das outras, por vezes negativamente, outras de maneira positiva, quando a tinham como liderança. A situação deixou claro que era impossível definir quais seriam as interlocutoras e a melhor e possível escolha era reconhecer, em cada uma daquelas mulheres, a possibilidade de reunir informações sobre a vida no presídio para além da violência que caracteriza o sistema.

Foi necessário um certo número de visitas para criar um clima de confiança. Temiam a presença da instituição, das agências de notícia ou do fórum<sup>14</sup>. Foi necessário, também,

---

<sup>12</sup> CPB, Art. 121 § 2º .

<sup>13</sup> Nomes fictícios, seguidos de estado civil, tempo que já está na prisão e crime cometido. Vale salientar que nem sempre é possível caracterizar de forma precisa cada presa, uma vez que alguns contatos são muito rápidos – permitindo apenas um diálogo no pátio –, algumas presas não aceitam falar sobre o crime cometido e também algumas cometeram mais de um crime, sem ter respondido a todos.

<sup>14</sup> Isso significa que, comumente, as pessoas presas desconfiam de qualquer pessoa que passe a frequentar o presídio, principalmente quando não lhe é dada uma função definida oficialmente. Desconfiam sempre da

diferenciar-se de representantes de ONG's, que freqüentemente as visitam e levam roupas, alimentos, e promessas, além de desenvolverem projetos assistenciais.

A pesquisadora acaba sentindo a necessidade de definir seu status junto à comunidade prisional. Sem ser presa, tampouco funcionária, não estando ali para espionar nem para oferecer-lhes serviços de psicóloga ou porta-voz para denunciar a violência, os maus tratos e as arbitrariedades próprias desses espaços e instituições, não basta declarar-se pesquisadora, pois isso só lhes dizia que deveriam responder a muitas perguntas, que seriam anotadas e gravadas. As presas acreditam que quando encerram seus estudos os pesquisadores desaparecem.

As conversas no pátio foram constantes durante as visitas ao PFF. O contato era reiniciado, a cada visita, com perguntas sobre a situação no presídio, as novidades relativas aos processos, as saídas. E, a partir disso, era possível iniciar uma conversa relativa à pesquisa em curso. Às vezes, as respostas das presas eram monossilábicas, mas, geralmente, mostravam-se ávidas por falar sobre suas vidas.

Foi necessário também construir uma participação, naquele espaço, como alguém que tem algo a dizer. Não bastava apenas ouvir. Além das trocas no ambiente acadêmico, que nos ensinam sobre a necessidade de estarmos próximos e distantes, a observar, ouvir e escrever (Oliveira, 2000), foi no contato com as presas que a necessidade de compreender o que se vê e ouve se fez mais significativa. Tão diferentes e tão iguais a qualquer um...Tão próximas quando chamavam para as rodas de conversa; tão distantes quando deixavam muito claro que a pesquisadora era uma intrusa e que, por esta razão, nem tudo poderia ser dito; tão próximas quando buscavam a cumplicidade de alguém que sabe do que estavam

---

possibilidade de tráfico de informações que possam comprometê-las de alguma forma, seja através de denúncia às instâncias de comando do presídio, seja através das páginas dos jornais.

falando. Entretanto, o que mais me aproxima da experiência tem sido a necessidade de escrever sobre ela, com isso lembro de Roberto Cardoso de Oliveira:

Se olhar e ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar. Quero chamar atenção sobre isso [...] é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática (OLIVEIRA, 2000, p.31 e 32).

O autor traz de volta a observação no campo. Fazer parte da cozinha no presídio é importante, principalmente porque indica um lugar social no convívio prisional. Mas, assim como a cozinha, outros espaços e responsabilidades das presas também são marcados por regras hierárquicas que definem a posição de cada uma.

O local do trabalho<sup>15</sup>, a responsabilidade com a limpeza nas salas da direção, bem como as relações com agentes prisionais e entre as recém chegadas com as veteranas ou as visitas, demonstram que a alimentação e a cozinha representavam muito mais uma relação entre presa e instituição, influenciando suas vidas na reclusão, do que um projeto próprio.

O que é mais inquietante e chama a atenção através de suas narrativas, é a maneira como explicam a ocupação de determinados espaços e a forma de atuarem no presídio. São essas atitudes que demonstram que um estudo etnográfico no presídio feminino de Florianópolis poderia levar a entender as práticas sociais experimentadas pelas presas, bem como compreender como se escolhiam e/ou eram escolhidas para viverem a/na prisão. O contato com o “Argonautas do Pacífico” de Malinowski (1978) ajudou a pensar o campo como

---

<sup>15</sup> Que corresponde a atividades que se voltam para a prestação de empresas que terceirizam seus serviços

o lugar de onde emergem as perguntas. Mas uma imersão depende de um olhar voltado para o cotidiano, rotinas e linguagens que nele se expressam.

A alimentação deixou de ser o tema mais inquietante e surgiram situações que se impunham com a força de um estrondo e tomam a pesquisadora por inteira. Nesse processo, todas as idas ao presídio escancaram a plasticidade com que aquelas mulheres experimentavam situações bastante difíceis. A experiência de estranhamento do familiar, o impacto de se reconhecer num Outro que, a priori, deveria ser diferente, é pura perplexidade, que me embargava. Este impacto coloca a pesquisadora diante de uma espécie de provisoriedade do Ser, que se vê diante de um igual/diferente. Surgiram perguntas não previstas a cerca do que não sabe sobre aquelas mulheres e suas vidas, o que, pode indicar dúvidas sobre a própria individualidade de quem pesquisa.

## 2. O presídio para mulheres em Florianópolis

As décadas de 1930 a 1950 foram marcadas, em Florianópolis, pelo alto empreendimento que sedimentaria as propostas de modernidade advindas da Europa e outros estados brasileiros – que já haviam reordenado os espaços públicos, a fim de caracterizar os centros urbanos.

Em 1926 foi construída a Penitenciária Pedra Branca<sup>16</sup>. Período de grandes investimentos na construção civil, as obras vão desde a implementação das redes básicas de saneamento e energia elétrica na capital do Estado de Santa Catarina, até a construção

---

<sup>16</sup> POYER, Viviani. **Penitenciária estadual da Pedra Grande**: um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935 – 1945. Florianópolis: Dissertação de Mestrado/PPGH/UFSC, s/d.



da Ponte Governador Hercílio Luz, único acesso terrestre entre Continente e Ilha, ambas parte de um projeto de “desenvolvimento” urbano.

Apesar de algumas reformas ao longo desses 79 anos, o prédio construído em 1926 permanece no mesmo lugar, no limite entre os bairros Agrônômica e Trindade e continua sendo o principal presídio de todo o estado. A estrutura da Penitenciária Pedra Branca congrega os presídios para mulheres e para homens, um hospital de custódia e uma casa do albergado. São construções isoladas, que formam um conjunto sem qualquer ligação. Cada uma dessas construções corresponde, também, a uma forma de pena ou regime no contexto do sistema penal brasileiro.

O presídio para homens destina-se ao cumprimento de pena por crime com processo não transitado em julgado. Ali se encontram os homens presos em flagrante, ou em situações suspeitas, ou ainda como medida de segurança durante a apuração de algum crime no qual esteve envolvido. Esses homens, portanto, não sabem se permanecerão presos ou se cumprirão suas penas fora do regime fechado, ou ainda se conseguirão absolvição.

No Hospital de Custódia há homens que, após terem sido condenados em processo judicial não têm condições psicológicas de responderem por seus atos, reconhecidos pela lei como inimputáveis. Frente ao código penal são “alienados”, “doentes mentais” ou “portadores de necessidades especiais”. Esses permanecem em celas individuais, recebem tratamento psiquiátrico e terapia ocupacional.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Nos casos em que a ré é mulher ela é encaminhada ao Instituto de Psiquiatria Colônia Santana. Durante a pesquisa, entretanto não houve registro desses casos.

A Casa do Albergado é destinada a presos que, por terem cumprido 1/6 de sua pena, são avaliados, e, considerando-se o seu comportamento, recebem a “regalia”<sup>18</sup> de serem re-inseridos no mundo do trabalho, voltando à instituição apenas à noite, feriados e finais de semana.<sup>19</sup>

O Presídio Feminino abriga no mesmo espaço as mulheres que se encontram aguardando suas sentenças<sup>20</sup> e as que já foram sentenciadas. Considerando que a capacidade máxima de internas era, em 2003, data de início desta pesquisa, de 50 mulheres e que, em 2005, aumentou para 80, bem como que este espaço é dividido entre as que aguardam julgamento e as que já foram julgadas, é perceptível que o número de mulheres presas é significativamente menor do que o de homens (300 presos no Presídio Masculino, 875 na Penitenciária de Florianópolis e 93 na Casa do Albergado, somando 1268 homens presos, no mesmo período).

Vale destacar que no PFF, até 2005, não era viabilizada a implementação de regimes como o semi-aberto e o aberto. Todas as mulheres cumpriam suas penas em regime fechado.

Em 2003, a estrutura do presídio para mulheres<sup>21</sup> era composta por duas galerias com seis celas com, pelo menos, duas camas do tipo beliche; uma cozinha, onde as presas preparavam as suas refeições e as dos funcionários do presídio feminino; um berçário, para

---

<sup>18</sup> Termo usado pela justiça para qualificar as mudanças de status do preso ao longo de sua estada no regime prisional ou progressão de regime, também é utilizado como favorecimentos cedidos pela direção do presídio.

<sup>19</sup> Em dez/2003 foi aventada a possibilidade, pela Secretaria de Segurança Pública, que a Casa do Albergado fosse desativada, ampliando com isto o espaço físico do Presídio para mulheres. Quanto aos presos que se mantinham em regime de albergue, a proposta, por parte das autoridades em exercício na época, era de continuarem suas penas em domicílio. O serviço da justiça contaria com o auxílio de um chip subcutâneo, na região do tornozelo, que seria monitorado por satélite, o que foi contestado pela OAB e até o final dessa pesquisa não foi efetivado.

<sup>20</sup> O mesmo caso dos homens presos.

<sup>21</sup> Em anexo esboço da planta daquele período.

as mulheres que têm seus filhos ainda em idade de aleitamento. O pátio externo, para banho de sol, separa as galerias de duas salas destinadas a atividades laborais, tais como a montagem de peças telefônicas para a empresa Intelbrás, a montagem de grampos de roupa, de sacolas de papelão para lojas e a confecção de *biscuit*, artefatos vendidos para as fábricas ou negociados por elas, nos dias que recebem visita, no caso dos artesanatos (*biscuit*, tricô, e outros). O dinheiro serve para, comprar materiais de higiene pessoal e alimentos; destina-se no mais, aos filhos ou alguma outra pessoa da família como a mãe ou companheiro/companheira. Em alguns casos, esse dinheiro serve também para pagar dívidas dentro ou fora do presídio.

A direção do presídio media os negócios com as fábricas (de sacolas, grampos de roupa ou Intelbrás). Os outros negócios não possuem atravessadores e são as presas que vendem e recebem o dinheiro, assumindo as responsabilidades caso a freguesa não pague ou demore a saldar a dívida, o que pode ser motivo de brigas. Este espaço era chamado de *fábrica*. Como tal ocupava lugar central na vida daquelas que necessitavam enviar dinheiro à família, e na das que não possuíam ajuda externa.

O PFF conta com as intervenções disciplinares dos agentes prisionais; com as normas disciplinares estabelecidas pela direção do PFF, em conjunto com a gerência de execuções penais da DEAP/SSP; com atividades de ensino básico e orientação para supletivo<sup>22</sup>; e continua contando com atividades laborais que remuneram as participantes, assunto a ser tratado adiante. Todas as atividades de manutenção do espaço são executadas pelas mulheres que lá se encontram - da alimentação à faxina - atividades não remuneradas.

---

<sup>22</sup> Ambos na mesma sala.

As pessoas que são presas no Brasil são, em geral, aquelas com mais dificuldades de acesso à defensoria e às redes que empoderam<sup>23</sup> pelas práticas de saberes e poderes (León, 2000). No PFF, é possível confirmar que as mulheres presas são, em grande parte, de baixa renda e utilizam a remuneração recebida no PFF para enviá-la à família<sup>24</sup>.

Outro fator importante que é possível desmistificar, no contato com elas, é que a faixa-etária das presas oscila entre os 19 e 40 anos, com maior concentração entre 20 e 35 anos. Ao contrário, há presença significativa de mulheres com mais de 60 anos, na prisão, o que levou a direção a construir um alojamento especial para acolher estas mulheres.

### 3. Dos motivos da prisão

O que pôde ser observado no PFF foi que a ida para a prisão, além de ser resultado de envolvimento em um crime, corresponde a um conceito que a presa tem de si e da sociedade da qual faz parte. Uma das mulheres relatou que foi “cair” na prisão porque “não pensou”: *Só estou aqui porque fui burra, não pensei. Eu não tinha nada, via um monte de*

---

<sup>23</sup> A noção de empoderamento, como forma de apropriação de condições de decisão e encaminhamentos necessários sobre a própria vida, corresponde a leituras de M. Foucault, como base para a compreensão das formas de produção de saberes sobre si e sobre o outro, mas também corresponde à possibilidade, desenhada pelos marxistas e por existencialistas, de autonomia e exercício de cidadania.

<sup>24</sup> Sobre pecúlio ver LEP: **Art 29** - *O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.*

§ 1º - *O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:*

*a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; b) à assistência à família; c) a pequenas despesas pessoais; d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.*

§ 2º - *Ressalvadas outras aplicações legais; será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em cadernetas de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.*

*gente se dar bem com o negócio* (referindo-se ao tráfico<sup>25</sup>). *O olho cresceu, daí sabe como é...* O uso e tráfico de drogas<sup>26</sup> é o crime que mais traz as mulheres ao PFF, seguido pelo roubo, depois o homicídio (que pode envolver latrocínio), em seguida o furto, estelionato, extorsão e receptação.<sup>27</sup> É comum, no entanto, que cheguem na prisão por terem se envolvido com pequenos furtos associados ao uso de entorpecentes ou ao tráfico de drogas.

A estatística oficial da SSP que estabelece os números relacionados à frequência de crimes, do Estado de Santa Catarina, no primeiro semestre de 2006, indicava que:

TIPO DE CRIME	QUANTIDADE (nº absoluto)
USO DE DROGAS	333
TRÁFICO DE DROGAS	400
HOMICÍDIO	204
ROUBO	2.155
FURTO	26.454

Fonte: Boletim de Informações Criminais do Estado de Santa Catarina – Divulgado em: <http://www.ssp.sc.gov.br/dini/dini.htm><sup>28</sup>

<sup>25</sup> Este termo utilizado aqui para designar o tráfico de drogas é utilizado em trabalhos, como o de PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987; e, LONGRIGG, Clare. **Mulheres da Máfia**. São Paulo: Landscape, 2004, para designar outras noções que indicam igualmente acertos entre partes.

<sup>26</sup> Indicados pelo Art.12, do CPB.

<sup>27</sup> Vale lembrar que esta é uma população que oscila com muita frequência, exigindo periodicamente a atualização de dados. Esses são dados fornecidos pela direção do presídio no primeiro semestre de 2006.

<sup>28</sup> Foram retirados do boletim apenas os dados pertinentes aos crimes encontrados no presídio feminino de Florianópolis. As estatísticas, entretanto, não contam com um recorte de gênero relacionado ao crime cometido.

Os dados oficiais não estão relacionados de acordo com o gênero daquele ou daquela que cometeu o crime. Esta foi uma questão difícil, na pesquisa de campo, uma vez que se optou, para facilitar o contato, ignorar, nas perguntas, que crimes tinham sido cometidos. Nas conversas informais, entretanto, surgiam informações a respeito, o que possibilitou identificar que do total de informantes da pesquisa (36 mulheres), apenas duas presas não tinham envolvimento com o tráfico de drogas. Pelo menos cinco delas foram pegas em flagrante por roubo e duas acusadas por furto em loja de departamentos.

Sobre o silêncio dos dados oficiais no que se refere ao gênero, vale destacar que comumente atribui-se gênero apenas quando se refere à prisão de mulheres, pois é comum que ao falar do aprisionamento de homens, se utilize o genérico: prisão ou penitenciária. Segundo Manuela Cunha este fato deve-se, principalmente, a uma discrepância entre os índices de reclusão de homens e mulheres, *raramente excedendo os 10% da população carceral tanto em Portugal [onde desenvolve suas pesquisas] como na generalidade dos países da União Européia e nos EUA*. (CUNHA, 2006, p. 2). A realidade é a mesma no Brasil, como mostra Camargo (2006) no senso brasileiro, publicado em outubro de 1996. Na população de 150.000<sup>29</sup> presos, 95,5% eram de homens.

No período em que foi realizada a pesquisa (2003 – 2004), a maioria dos crimes cometidos pelas mulheres que se encontravam no PFF (7,2% das mulheres com sentença promulgada), estava associada a uma relação conjugal: o companheiro também estava envolvido no crime<sup>30</sup>. Das 36 mulheres que compunham a amostragem, 20 admitiam-se submissas na relação com o parceiro do sexo masculino, sentiam-se dominadas e tolhidas em

---

<sup>29</sup> Segundo informações do DEPEN, existem hoje cerca de 361.402 presos distribuídos nas unidades prisionais brasileiras.

<sup>30</sup> Sobre este tema ver a monografia, de Cristiane Costa, UNISUL, agosto/2003.

sua liberdade de expressão. Embora pareça contraditório, afirmavam serem capazes de tudo por seus parceiros, a ponto de se apresentar à justiça como culpadas em *brincas* que eram deles.

Em alguns casos as mulheres participam de quadrilhas, na qual um/a dos componentes era seu/sua companheiro/a. Uma das presas tinha a companheira como a *chefe* de uma *quadrilha* que assaltava pessoas na rua, e também utilizava a sua casa como *boca de fumo*<sup>31</sup>. Exercia função de comando, mantinha duas vizinhas sob sua chefia, bem como uma filha e um filho, e mais algumas meninas e meninos (crianças e adolescentes) da comunidade, a quem remunerava com maconha ou craque e, às vezes, com dinheiro, que nunca tinha o valor pré-estabelecido. Na hierarquia do crime, cada um desses atores sonhava em alcançar o posto de chefe e foi na declaração de um deles que ela perdeu o seu e foi para o presídio. No caso dessa mulher, como em outros casos, havia mais pessoas envolvidas, e elas nunca conseguem dizer quem é o maior chefe da rede. Referem-se sempre a um chefe, no masculino. Raros são os relatos em que se constata a ação isolada de uma mulher. Geralmente, quando isto ocorre, o crime é de furto<sup>32</sup> ou de homicídio<sup>33</sup>.

Embora a ação não seja individual, merecem destaque as narrativas que explicam as diversas razões que levam mulheres a uma prisão.

*Eu não tô aqui por causa de ninguém. Fazia tudo sozinha, às vezes tinha uns mala que ajudavam, mais eu não dava mole, sempre fui dona do meu nariz. Se, precisava viver, dar o que comer pros meus filhos era eu que ia à luta. Nunca dependi de*

---

<sup>31</sup> Local em que poderiam ser adquiridos: a maconha, a cocaína e o craque.

<sup>32</sup> Art. 155 – subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel. Entre as 36 mulheres, foram identificados apenas dois casos, ambos de furto em lojas de cosméticos e de departamento.

<sup>33</sup> Das presas que compuseram o universo dessa pesquisa, quatro haviam se envolvido com homicídio; uma delas, assassinou o pai.

*homem nenhum, não sou que nem essas aí... (Sâmara, dois anos de prisão, tráfico de drogas)*

Há diferentes motivos que as levam ao presídio: *conheço muita gente boa* – referindo-se a pessoas de *classe média* ou *ricos* – *que cometem crimes e não vem pra cá, só vêm pra cá quem é pobre. (Samara)* A noção de pobreza se relaciona a uma condição de desvantagem frente às outras classes sociais. Denominam-se “pobres” e justificam seus crimes pelas privações econômicas e de acesso aos direitos, sem ser essa a única explicação. Algumas presas atribuem a prisão a sua pouca escolaridade ou ainda a uma força maior, não tiveram outra escolha.

Suas razões nos remetem às contingências em que se encontram hoje no Brasil, as pessoas que constituem as camadas populares. Há, sem dúvida, um aumento crescente dessa população nos espaços prisionais. Aceita-se esse dado de acordo com a noção de que existem práticas institucionalizadas que contribuem para a localização do crime e, em consequência, inscreve-se determinados contingentes nesses espaços, associando territórios urbanos a locais perigosos e de vivências de criminosos<sup>34</sup>.

Das 36 mulheres inicialmente entrevistadas, apenas duas vinham de camadas sociais mais altas, com acesso à educação formal. Ambas residiam em bairros de classe média e freqüentaram o ensino superior<sup>35</sup>, sendo que uma delas abandonou o curso para ir embora com o namorado para outra cidade, onde se envolveu com um homicídio, cujo autor era o namorado. A outra era professora da rede pública de ensino e interrompeu uma pós-

---

<sup>34</sup> São casos em que vão se configurando a partir das práticas sociais, em vários países, entre os quais o Brasil, uma territorialização de práticas criminosas e um mapeamento da violência e da criminalidade, sendo que os bolsões de miséria, as favelas e outras comunidades empobrecidas são considerados pela mídia e pelas populações de entorno, como perigosas. Ver também: WACQUANT, Loïc (2001<sup>a</sup>); WACQUANT, Loïc (2001 b).

<sup>35</sup> O curso de pedagogia.



graduação após ter cometido o crime que a levou para a prisão<sup>36</sup>. As outras 34 entrevistadas têm origem em bairros populares, envolveram-se, sobretudo, com a rede local de tráfico e algumas delas foram encontradas em *batidas* realizadas pela polícia nessas comunidades.

---

<sup>36</sup> Até o final da pesquisa já havia sido absolvida por ter cometido o crime em legítima defesa.

## PARTE II

### O CALDO NA PANELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS

#### 1. A transformação de mulher livre em presa

Todo o percurso de observação começou com a entrada das mulheres na prisão. Elas chegam *escoltadas*<sup>37</sup> por policiais, as mãos algemadas, o olhar baixo, o corpo geralmente franzino e vestimentas sujas, cabelos despenteados. Vêm de uma estada em alguma cadeia, delegacia de polícia, da rua, da sua casa, de outro presídio (transferência); ou de uma audiência no Fórum. A entrada na prisão é um ato normativo: é lavrado um documento de entrega, a ser assinado pela agente prisional que a recebe. O documento transfere a responsabilidade imediata da presa para o Estado, através da direção do presídio, segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), que corresponde ao dever *de assistir o/a preso/a, prevenir o crime e orientá-lo(a) ao retorno familiar*.

Após receber a presa, relacionar seus bens e confiscar aqueles que, para a instituição, representam perigo - jóias, objetos cortantes, perfumes – levam-na para a cela de número zero, e lá se inicia seu “itinerário” pela prisão. A cela zero é indesejada por todas, pois está associada à solitária, tão presente nos filmes e no imaginário popular. Serve de ameaça e de castigo, para onde muitas voltam quando infringem as regras de conduta da instituição.

---

<sup>37</sup> Categoria utilizada pelas instituições jurídico-policiais, que identifica o ato de ser acompanhada por um policial que tem, como função, impedir qualquer reação que indique a tentativa de fuga.

Quando chegar à cela zero, a presa aguardará até ter, sua situação e comportamento, avaliados, e a possibilidade de “moradia”, que lhe será destinada, o que depende de uma espécie de conselho que atua paralelamente às avaliações institucionais, entre as presas que estão há mais tempo no presídio. Corresponde a uma negociação, que define em que *casa*<sup>38</sup> a nova presa irá *morar*, dados e critérios que serão explicitados mais adiante.

Esta entrada, mesmo que não seja a primeira, é sempre marcada pela privação da liberdade, exercida pela instituição.<sup>39</sup> É uma experiência que revela identidades, imagens de si e do outro. Uma vez vivida pelas presas, são consideradas naturais e expressam como cada um dos envolvidos vê o outro. O/A agente prisional que encaminha a presa à cela, tem, geralmente, atitude agressiva, um discurso de contenção e rigidez. No outro lado a presa resiste, reclama, chora, sofre e torna evidente a violência e usurpação de seu direito mais caro: a liberdade. Não passará por essa situação sem, de alguma forma, resistir<sup>40</sup>. Importa, nesse trabalho, o quanto essas práticas vão constituindo identidades:

*Quando eu vim pra cá, já sabia<sup>41</sup> que era assim, porque minha irmã já veio pra cá e eu vinha fazer visita (...) ah é assim, quando a gente chega é tratada como bicho, parece até que matou a mãe deles. Empurram, tiram as coisas da gente e não falam quando tu vai sair de lá (...) ah sabe como é, presa não tem direito, né. (Telma, três anos de prisão, homicídio)*

---

<sup>38</sup> Todos os termos nativos serão marcados em itálico.

<sup>39</sup> As narrativas das mulheres presas no PFF correspondem a um discurso dominante que marca uma identidade social da mulher e da mulher presa, que as desqualifica como pessoa.

<sup>40</sup> Tentam não se deixar encostar por quem as leva, procuram seduzir através da retórica, xingam, esbravejam etc.

<sup>41</sup> Há aqui uma memória socialmente produzida, uma vez que a experiência de visitas e de reclusão imprimem significados que se objetivam nas próprias experiências, cada acontecimento passa a ser esperado e indica formas de se relacionar. Ver Pollak (1989; 1990; 1992)

Um pouco das memórias de Lima Barreto sobre sua ida para o sanatório aparece no relato desta mulher. A prisão, assim como o sanatório, traduz o que Goffman (1991) define como uma das funções das instituições totais<sup>42</sup>: produzir na pessoa a certeza de que deve estar ali, que deve fazer daquela forma e que deve SER assim. É necessário, para que essa *performance* se desenrole, que presas e carceragem conheçam seus “papéis” e como uma e outra “devem” e irão se comportar.

Quando o olhar da mulher que é empurrada para dentro da cela zero encontra o de quem a assiste<sup>43</sup>, ele se baixa rapidamente. Entende-se que este é o início de uma sucessão de várias e diferentes violências que se expressam nos olhares punitivos de quem as deixa na cela zero, mas também na falta de condições de manter o mínimo exigido pela lei de execução penal, como o número ideal de presas por cela, atendimento psicológico especializado, assistência social, e acesso à saúde. Tudo isso é precário e depende da disponibilidade dos órgãos governamentais, concorrendo com a demanda da sociedade, das condições da instituição para deslocamento das presas e de vontade política.

Também faz parte dessas violências, a interação atravessada pelo preconceito com agentes prisionais e entre elas mesmas. Seus objetos confiscados e a desqualificação pelo fato de serem presas constituem e amalgamam as relações após a inserção no presídio; elas dependem de uma *confiança*<sup>44</sup> que todas necessitam para desempenhar seus “papéis”. Ocorre que os estereótipos, estes pré-conceitos, podem ser desestabilizados quando as práticas colocam-nas em cheque.

---

<sup>42</sup> Embora deva ser feita uma ressalva sobre a noção de total na atualidade, quando há um movimento para fora em todas as instituições, com acesso a informações que não circulam em seu interior (telefonia móvel, visitas, internet etc).

<sup>43</sup> Visto de fora, é um momento de extrema repugnância.

<sup>44</sup> O termo *confiança* corresponde a uma das categorias utilizadas pelas presas para designar o estabelecimento de uma relação que se baseia na crença de que o outro corresponderá às expectativas em jogo num cenário marcado por papéis sociais, relações de poder, lugar a ser ocupado por cada um dos atores.

Sem dúvida, a entrada na instituição é marcada pelo constrangimento. Geralmente porque o indivíduo é submetido a situações que seqüestram suas possibilidades de reconhecer-se no Outro:... *sabe como é, presa não tem direito;... é tratada como bicho; Fica bem quietinha porque senão já sabe, né, vai mofar aí.* [na cela zero] (Telma)

## **2. Os lugares para onde vão**

### **2.1 A cela Zero**

Segundo o regimento interno do presídio, a presa deve ficar na *zero* por, no máximo, cinco dias, onde recebe suas refeições. Dispõe de apenas uma hora diária para se expor à luz solar, sob os cuidados de um agente prisional. Após sair da cela zero, a presa passa a fazer parte do dia-a-dia do presídio, como todas as outras. Poderá receber a visita de pessoas da família, desde que previamente autorizada pela direção que, para tal, consulta o processo e o juiz, a fim de identificar algum impedimento legal: muitas vezes, o crime que a levou à prisão pode ter sido cometido com a participação de outros membros da parentela.

Houve momentos, durante a pesquisa de campo, em que o período de permanência na cela *zero* era estendido até 20 dias – embora atualmente seja respeitado o prazo máximo de cinco dias –, podendo ser retirada antes ou depois desse tempo, dependendo dos antecedentes criminais, do comportamento desde sua chegada e da disponibilidade nas galerias. Mas, é, em tese, de total responsabilidade da direção do presídio.

## 2.2 Galerias

As galerias (A e B) correspondem a um corredor com sete celas de um lado (galeria B) e seis celas mais dois banheiros do outro (galeria A). Também há os alojamentos, que são espaços mais amplos onde se encontram vários beliches, formando uma “cela” coletiva. As galerias parecem uma enorme casa de alvenaria, com um corredor central que se dividem em celas (dependências com aproximadamente 4 m<sup>2</sup>). Cada uma dessas celas conta com pelo menos dois beliches de madeira.

Ao final do corredor, do lado direito de quem entra pela única porta que lhe dá acesso – quase ao centro da construção – há uma cela que conta com quatro beliches, por ser maior; ela serve de acesso à última cela com mais 2 beliches, que abriga presas em regime semi-aberto. Para compreender melhor: uma cela serve de circulação para uma outra cela.

Do outro lado (final do corredor, ao lado esquerdo da porta) há uma cela ainda maior, com seis beliches. Em todos eles alguns adereços são colados ou pendurados ao longo da cama, tais como: fotos, recortes de revista, poesias e desenhos criados pela *moradora*, os quais demarcam os espaços. *Daqui dessa foto até aquela outra lá no pé da cama, são coisas minhas, depois é da companheira de baixo.* (Sandra)

## 2.3 Maracanã

As galerias e suas denominações nativas indicam, também, quem mora em cada uma delas. Para o *Maracanã* (alojamento) vão as *barraqueiras*, denominação dada a quem se envolve com freqüência em confusões com outras presas, ou quem já chega, de fora da

prisão, com essa fama. Conforme a direção: *Para lá vão as que gostam de barraco, fazem confusão, brigam muito, ou porque ninguém quer ficar com elas nas outras celas.* Este alojamento é, reconhecidamente, o pior lugar do presídio – do ponto de vista do espaço –, pois é muito povoado. Cerca de 12 beliches ocupam 16 m<sup>2</sup>, aproximadamente. Com pouca circulação de ar e escuro. O piso de cimento gasto e sem manutenção é úmido e as paredes descascadas não escondem o descuido com o lugar.

Quanto aos beliches, têm o mesmo padrão de todos os outros, decorados e personalizados por quem *mora nele*. Além dos adereços encontram-se, também, cortinas confeccionadas pelas presas que separam os leitos, a fim de garantir *privacidade*, como elas dizem.

## 2.4 Clínica

Outro alojamento, o *Asilo ou Clínica*, recebe esse nome por agrupar as presas de maior idade, de comportamento menos ostensivo. Nas palavras de uma das presas: *são mais conformadas com a situação e mãezonas, também há sempre alguém doente.*

Neste alojamento encontramos quatro beliches, uma mesa, tipo escrivaninha de sala de aula, próxima a uma janela que dá para o pátio, que apóia um fogareiro de uma boca e seu botijão de gás, onde preparam seus alimentos. Ele ocupa o lugar de uma sala de aula, desativada para ceder espaço ao número crescente de mulheres encaminhadas para esse presídio. Além de abrigar mulheres mais velhas, mantém, principalmente, aquelas que sofrem

de doenças crônicas, como cardiopatias, diabetes e outras. Recebem atenção diferenciada dos profissionais da saúde que transitam pelo presídio<sup>45</sup>.

## 2.5 Berçário

O *Berçário*, para onde são, encaminhadas as presas, em final da gestação, serve também às mulheres que chegam à prisão com bebê de até 6 meses de vida<sup>46</sup>, ou ainda aquelas que dão à luz um filho ou filha durante o período de reclusão. Por muito tempo – cerca de 10 anos – o *berçário* era o alojamento mais cuidado. Sempre recebia pintura e mantinha-se bem arejado e ventilado<sup>47</sup>. As camas, em torno de cinco eram – no início dessa pesquisa – individuais e eram acompanhadas de um berço, quase colado ao lado da cama. Atualmente, embora continue sendo um alojamento ventilado, com janela e porta voltadas para o pátio interno, acolhe as presas em beliches, com capacidade para até oito mulheres com seus bebês. Os berços continuam próximos às camas das mães.

Curiosamente, o *berçário* fica localizado ao lado da *clínica* que a direção do presídio considera um lugar mais *calmo, é mais silencioso e seguro*.(Direção)

---

<sup>45</sup> Durante toda a duração da pesquisa de campo, os profissionais de saúde que estiveram no Presídio, eram voluntários ou pesquisadores que prestaram serviços pontuais. Entretanto, no sistema penitenciário conta-se com médicos e enfermeiros que, em tese, devem atender todos os estabelecimentos prisionais.

<sup>46</sup> Idade reconhecida pela lei como limite para a permanência de uma criança no estabelecimento penal, e pelos médicos para a amamentação.

<sup>47</sup> Acredita-se que tais procedimentos devem-se aos preceitos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n<sup>o</sup> 8.069/90).



### 3. Trânsitos, rotinas e cenários

Os cenários no presídio indicam rotinas e trânsitos impressos nas paredes descascadas do *Maracanã*, nos cuidados com o alojamento que mantém crianças e/ou presas que estão grávidas, no isolamento de quem está em regime semi-aberto e nas cortinas que estampam a noção de intimidade experimentada na prisão.

As galerias “A” e “B” abrigam as presas em geral. Embora com algumas particularidades, as galerias possuem, em comum, o fato de serem decoradas pelas presas. Peculiaridades que correspondem aos aspectos físicos da instituição demonstram que, é bom insistir, no *Maracanã* o prédio necessita de reparos, por estar depredado. Ali as condições de habitação são inferiores às das outras galerias. As paredes não têm reboco, a umidade é maior, e a pintura está descascando, razão pela qual as próprias presas desqualificam quem mora no *Maracanã* e também a instituição, que o mantém este como o lugar indesejado.

O *Berçário* se contrapõe ao *Maracanã*, insinuando o mesmo que Cunha (2000): há uma tendência a tornar os presídios para mulheres, um espaço de domesticação da desviante. Com os cuidados externos demonstra-se que o local de cuidado das crianças é o local ideal para quem pretende se redimir das culpas. A lei que as condena é um auxílio, no estabelecimento da culpa, mas também lá circulam práticas religiosas que operam na remissão<sup>48</sup>. Não raro, ouvi nas conversas com as presas a confirmação de que uma mulher só se realiza como tal quando dá à luz um filho. O que também foi identificado por Cunha (2000) na Prisão de Tires, em Portugal.

---

<sup>48</sup> Não nos deteremos na descrição das práticas religiosas, mas vale lembrar que, semanalmente, representantes dos vários credos freqüentam o presídio a fim de *trazer conforto a essas um mulheres* (Direção).

Um segundo ingrediente do programa de levantamento moral modulado pelas construções sociais do gênero consistia na tentativa de cultivar nas reclusas sentimentos de responsabilidade materna e competências domésticas. Por exemplo, embora a permissão para conservar filhos em baixa idade na cadeia levasse em conta o interesse destes, ela era sobretudo então justificada pela intenção programática de formar as mães. (CUNHA, 2000, p 5)

As galerias ostentam, nas paredes das celas, calendários colados com riscos nas datas passadas, o que denuncia a ânsia pela saída. Dizem mais: é uma tentativa de manter a orientação temporal, uma conexão com um universo que as devolve identidades diferentes da atual. Além da contagem dos dias para o retorno ao convívio fora da prisão, utilizam outras estratégias que demonstram pertencimentos diferenciados no universo prisional, que as remete aos pertencimentos fora da prisão.

Uma das coisas que define a escolha das mulheres para dividir a cela é o fato, geralmente, de já serem conhecidas. Depois pelo que ouviram falar; é comum que antes de chegarem ao presídio, já tenha sido feita pelos agentes e presas uma apuração de quem está vindo, através do artigo do Código Penal que a levou para a instituição. Geralmente essas informações são decorrentes do fluxo que percorre os dados registrados em documentos da direção que passam a circular pela carceragem e, em seguida, chegam ao poder das presas, através de um fluxo sempre azeitado pelas relações cotidianas entre as presas e delas com os agentes prisionais.

Ocorre também, que essas mulheres já se reconheciam como pertencentes a grupos distintos, o que, na prática quer dizer que têm determinados comportamentos e características justamente, por pertencerem a tais segmentos. Ao chegarem na prisão tudo indica que buscam agrupar-se a partir da mesma lógica, pois diferente do que alimenta o imaginário sobre o cárcere, o presídio não é um mundo à parte, muito diferente daquele que está para além das cercas da prisão.

Na prisão, elas passam a se relacionar entre si e a criarem laços que as fazem pertencer ao segmento de mulheres presas, mas também, e fundamentalmente, continuar uma história e trajetória anteriores à prisão, que se mantém e atualiza através da memória, não raras vezes, compartilhada com outras mulheres na mesma situação:

*Agente se conhecia, ela morava perto da minha casa. Lembra Graziela (20 a.um de prisão, furto) quando a gente era criança? Eu não sei como ela veio parar aqui, porque ela era toda certinha, eu não gostava de ti, não. Oh era uma briga. Toda metida, nariz empinado... A mãe dela não deixava ela ir pra rua brincar. Agora tá aqui, mas pelo menos agora a gente se dá bem. Estamos no mesmo barco.*

A rotina na prisão é a principal estratégia para a manutenção da disciplina, razão pela qual é cobrada com rigidez pela direção e agentes prisionais. As presas são acordadas às 7h. As responsáveis pela cozinha organizam o café e cada uma trata de pegar a sua parte de pão e a caneca. O pão é colocado em uma grande bacia plástica sobre a mesa do refeitório, e as canecas são de plástico, por medida de segurança, uma vez que vidro quebrado pode, facilmente, transformar-se em armas.

Após o café, devem organizar o refeitório e fazer as atividades para as quais são designadas (limpeza do pátio, limpeza das galerias, almoço, trabalhos remunerados). Também podem voltar para a cela e dormir ou ler, assistir TV, ou ainda cuidar de suas roupas. Os trabalhos remunerados podem ser: montagem de grampos de roupa, montagem de peças de telefonia, ou a confecção de bolas de futebol. São todas terceirizadas por empresas locais e podem flutuar quanto ao oferecimento de vagas e tipo de atividade, excluindo muitas das presas.

Para cada uma das atividades, elas são separadas em grupos cujo tamanho varia de acordo com a necessidade do trabalho ou com a disponibilidade delas em realizar tais tarefas. As presas podem optar por não realizá-las, desde que arquem com as conseqüências que, na maior parte das vezes, resume-se a relatórios desfavoráveis sobre sua conduta, encaminhados ao juiz. *Se a gente não faz [a atividade para a qual é designada] não consegue diminuir a pena, porque cada dia que trabalho é contado... Que escolha?* Diz uma das presas.

Suas relações após a entrada na prisão são construídas através das normas institucionais, que as colocam diante do fato inexorável de ser presa, como das suas histórias particulares, que passam pelos lugares de origem, pelos sonhos e pelas necessidades de existirem naquele espaço. Por isso, as galerias para onde vão e os vínculos que constituem no presídio são importantes na tentativa de compreender como vivem ali, pois, apesar de presas, continuam, em certa medida, decidindo sobre suas vidas. Durante toda a estada no presídio estas mulheres são convocadas a decidirem quem as visitará, quem cuidará de seus filhos em caso de ausência, o que e com quem falar e relacionar-se naquele espaço, como diminuir – ou não – suas penas. Eis algumas questões e “dramas” que continuam a desenrolar-se na prisão. Na verdade são decisões que não têm início por ocasião do aprisionamento, mas fazem parte da vida social, dentro e fora do presídio.

Para ajudá-las na escolha do destino dos filhos, situação que as preocupa muito, essas mulheres costumam estabelecer critérios que guiam suas ações e decisões: procuram pessoas de sua confiança, geralmente suas mães ou sogras; amigas, com quem já combinaram manter relações durante e após a saída do presídio; ou, ainda, mulheres conhecidas na experiência do presídio e com as quais compartilham situações semelhantes em relação aos filhos.

Todas essas experiências são atravessadas pelas práticas institucionais que as compõem e que são alteradas pelas relações das presas entre si e com a própria instituição.

#### **4. Das práticas institucionais**

Cerca de 21 funcionários, homens e mulheres, dividem suas tarefas no interior do PFF. Dentre eles a diretora do Presídio, dois secretários, um chefe de segurança e 17 agentes penitenciários.<sup>49</sup>

Os agentes penitenciários trabalham em turnos de 24/48 horas. São homens e mulheres que dividem as funções. Compõem o quadro funcional da atual Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e são efetivados a partir da aprovação em concurso público para agente prisional<sup>50</sup>, passando a seguir ao regime estatutário das Secretarias de Estado de Santa Catarina.

Suas atividades correspondem à manutenção de segurança como, evitar fugas, rebeliões e/ou invasões externas, através de contenção, vigilância e ameaça, bem como acionando a polícia militar e/ou civil sempre que julgarem necessário<sup>51</sup>; revista nas celas, nas visitas e nas mulheres presas; orientação quanto às regras de convivência no presídio; acompanhante das mulheres em situações externas – escolta (fórum e postos de saúde);

---

<sup>49</sup> Habitualmente denominados de *carceragem*.

<sup>50</sup> Onde se exige conhecimentos gerais e específicos, e nível médio de educação.

<sup>51</sup> Quando perdem a possibilidade de controlar situações extremas de violência, ameaças e fugas.

compra de artigos pessoais para as presas; e conselhos em situações de conflito<sup>52</sup> vivenciados por elas.

Os agentes ocupam um espaço reservado que também abriga uma sala de enfermagem, uma sala de atendimento (dividida, em horários distintos, por psicóloga, assistente social e advogados); dormitórios e uma cozinha.

O contato da pesquisadora com as presas e as agentes prisionais demonstrou que as práticas sociais na prisão são constituídas de normas institucionais e que nada mais são do que performances que identificam quem é quem na prisão.

Por práticas institucionais entendem-se, nesse trabalho, as formas como vão se desenhando as relações entre a estrutura social, as presas, o sistema prisional, o sistema judiciário e os agentes prisionais. Essas dimensões correspondem a algumas formas de pertencimento<sup>53</sup> que se inscrevem no cotidiano das relações dentro do presídio. É importante falar delas na medida em que são dimensões que se completam, se colocam num jogo de relações onde se afirmam e se confirmam como espaços legítimos da sociedade.

Talvez um exemplo dessas relações, onde se cruzam as dimensões mencionadas, corresponda a uma situação de chegada ao presídio. Darci (36 a., cinco de prisão, tráfico) veio escoltada por um policial, com quem conversou, tranqüilamente, até chegar ao portão principal. Nesse momento, o policial passou a tratá-la com hostilidade, com voz de comando indicava que deveria baixar a cabeça e entrar sem olhar para os lados. Darci, porém, prontamente virou-se para a cerca do pátio e, como se procurasse alguém, avistou Quitéria (33 a. quatro de prisão, tráfico e estelionato), acenou-lhe e gritou: *Não teve jeito, me pegaram.*

---

<sup>52</sup> Sejam eles de contenda ou emocionais.

<sup>53</sup> Sobre pertencimento entende-se as qualidades que nos ligam a determinados segmentos, p.ex. ser presa; ser brasileira; ser mulher; ser agente prisional; mãe; pai; etc.

Foi interrompida com um empurrão para dentro do corredor que leva à cela zero. Depois de acomodá-la, o policial e dois agentes prisionais passaram a falar sobre Darci. *Lembra dela, é lá do 25<sup>54</sup>, mala pra caramba, mas é gente boa. Só tem que ficar de olho, por que a minha cunhada que é vizinha dela – meu irmão mora lá – já me falou que ela gosta de dar a Elza<sup>55</sup>, não pode dar bobeira, ela rouba mesmo, na cara dura.*

O diálogo demonstra como a instituição seleciona e fixa uma característica dessa mulher que, a partir de então, será assim definida e identificada. Não se trata de um estereótipo pronto, fixo, mas que vai se modificando. É possível ouvir falar da ladra que só rouba roupa, que procura incriminar outra, e, uma infinidade de qualidades do ser ladra vai sendo criada na medida em que a presa passa a se relacionar com as demais. A “noviça” será, entretanto, denominada genericamente de ladra.

Ao sistema prisional corresponde toda a maquinaria de controle e contensão, as galerias, as celas e perspectivas, a hierarquia e redes de poder que as mantêm. O sistema judiciário é, de fato, o lugar da legitimação, onde se oficializam as práticas, onde se instituem os saberes do dever e do direito. Portanto, é este o lugar central de sustentação das práticas institucionais. Ele garante a encenação de performances de agentes prisionais e presas, mas também da população em seu entorno<sup>56</sup>.

Se, de alguma forma, por alguma via, se está em contato com esses cenários, fica-se sujeito ao jogo de cena imposto pelos os cenários. A agente prisional que não costuma revelar sua profissão quando preenche formulários no comércio; ou quando é apresentada a alguém fora do contexto do trabalho, procura isentar-se de dar explicações sobre seu trabalho, evita

---

<sup>54</sup> Morro do 25, designação de uma comunidade no centro de Florianópolis.

<sup>55</sup> Na linguagem corrente da prisão e da rua, *dar a Elza* é furtar.

<sup>56</sup> Diretores da prisão, juizes, promotores, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, chefes de carceragem, familiares de uns e outros.

expor-se a uma possível desqualificação por parte do interlocutor que pode identificá-la com aquele espaço.<sup>57</sup>

É comum ouvir um agente prisional dizer:

*...A gente que trabalha aqui é visto como elas, ninguém quer saber que esse é um trabalho, todo mundo acha que somos bandidos também. Eu já nem falo que trabalho na cadeia, eu falo que sou funcionário público, por que é isso que sou também, né?! Como percebe isso, as pessoas falam para você? Dá pra ver nos olhos, também ficam falando do sistema prisional, sem conhecer, falam que não adianta fazer nada por que não têm mais jeito [as presas], e também não sabem que aqui tem de tudo, tem as malas, que não tem jeito mesmo, mas tem também aquelas que foi por um vacilo, por necessidade...(Marcela)*

O texto reafirma o quanto representações sociais da prisão atravessam o cotidiano da instituição e o constituem como lugar de perigo, desqualificante e desconhecido. É possível sugerir que muitas das práticas violentas entre agentes prisionais e presas devem-se, também, a uma espécie de institucionalização de papéis, noções de pertencimento e de identidades, experimentadas como fixas, que lutam para manter a diferença entre “gente de bem” e “bandidas”. É uma classificação igualmente importante para as presas, uma vez que a utilizam para agruparem-se, o que se reflete, por exemplo, na designação dos respectivos alojamentos.

Assim como os agentes e outros funcionários da prisão, as presas entendem que há aquelas que são “do bem”, que têm jeito, que estão ali por um descuido, e as que são vistas

---

<sup>57</sup> Sobre a produção de identidades marginais, ver GOFFMAN (1999).



como “sem conserto”. É o que confirma uma conversa, no pátio, entre Marcela (agente) e Zaira (39 a. quatro de prisão, tráfico):

*Não adianta, a Beatriz não tem mais jeito, eu fico só vendo que a Dona Nair.<sup>58</sup>, tenta de tudo pra fazer ela [Beatriz] gostar mais dos filhos, parar de fazer tanta fofoca, mas não adianta, ela sai num dia no outro ela ta de volta, parece que gosta, um dia ainda vai aparecer morta de tanto que ela incomoda. (Zaira)*

*É verdade, tem mulher que sai daqui, arranja logo um emprego, vai cuidar da vida, passa o maior trabalho para não cair na tentação de novo, tem umas que chegam a se mudar de bairro ou de cidade, mas a maioria acaba voltando, quando não traz uma filha ou mesmo a mãe. (Marcela)*

São conceitos que podem, em algumas situações, servir de indicativo para tratamentos agressivos ou negligentes nas relações entre a instituição e a presa, encenada pelos agentes prisionais. Uma situação que o ilustra é o momento em que uma das presas solicita atendimento médico. A agente prisional ignora a solicitação e também sugere, em alto e bom tom, que a dor que a presa está sentindo passará na quinta-feira (dia da visita de seu companheiro). Ocorre que a presa em questão havia saído de uma internação hospitalar na semana com sintomas de pneumonia.

*Ela quer dar uma voltinha, só porque ficou no hospital uma semana, acha que vai ficar indo e voltando quando bem entende. Eu conheço a fera, essa aí não quer nada, só sabe fazer encrenca, não vê que até a pneumonia era falsa... (Marcela - agente)*

---

<sup>58</sup> Diretora do Presídio.

A referência central, nas práticas institucionais (a vida conforme a lei, o trabalho e a importância que se delega à formação de laços familiares), produz também uma borda, uma excrescência, e que só é possível pela relação de reciprocidade, que não exclui, mas completa. Será nessa relação que a mulher presa passará a ser abjeto, considerada da ordem do impuro, que ameaça a estabilidade da imagem ideal de mulher. (cf. ORTEGA, 2005; BUTLER, 2003). Geralmente associada a dois padrões amplamente veiculados pela mídia e por preceitos religiosos: a estética e a ética. De um lado a *mulher fatal*, de outro a *santa*.

As relações entre presas e os sistemas judiciário e prisional - lembrando que os dois se distinguem pelo fato de o primeiro se relacionar às práticas que legitimam, oficializam e julgam as relações encenadas no segundo, embora ambos estejam intimamente ligados pelas regras de um e de outro e, primordialmente, pelas prerrogativas legais encontradas na Constituição Federal e no Código Penal Brasileiro - são marcadas por uma série de prescrições sobre as quais se edifica cada um dos atores desses cenários, como comprova a opinião de uma agente prisional sobre a saída de uma presa para o Fórum, onde será julgada:

*Hoje é o dia da audiência dela. Ela tá no veneno<sup>59</sup>, por que sabe que o juiz não vai facilitar nada. [Por que ele facilitaria? O juiz irá julgá-la de acordo com o que tem no processo, com as alegações da defesa e da Promotoria, não é assim?] Mais ou menos, né? A gente sabe que quando a pessoa já tá marcada não adianta. A Silvia já veio para cá outras vezes, ela é traficante, tá sempre envolvida com os grandões. Mas dessa vez acho que ela caiu de gaiata, eles [ministério público] dizem que ela é*

---

<sup>59</sup> Estar furiosa, com raiva, indignada.

121<sup>60</sup>, mas a história não tá bem contada, eu acho que não foi ela, porque o negócio dela é outro...(Marcela).

A situação demonstra que os sistemas prisional e judiciário são ligados a ponto de as sentenças serem previsíveis. Ao falar de Silvia, Marcela mostrou conhecimento das contingências que cercavam o crime pelo qual Silvia seria julgada. Durante a conversa Silvia esperava inquieta, no portão principal do presídio, que um agente prisional (Cláudio) viesse conduzi-la ao carro, para o que foi algemada sem reagir. Como observou Marcela: *Silvia já veio para cá várias vezes, está acostumada*. A impressão era de que cada uma das pessoas ali (Silvia, Marcela e Cláudio), sabiam o que deveria acontecer nas próximas horas enquanto, diante do Juiz, Silvia deveria ouvir a sentença sem emitir qualquer comentário e sair de cabeça baixa, a fim de não comprometer outros processos em que estava envolvida.

No PFF, as aparências sugerem um jogo, em que cada uma das pessoas é instituída por práticas jurídicas e administrativas: a decisão do Juiz institui a presa, seu regime e o tempo de reclusão. Também será na prisão que irão se instituir – através de práticas discursivas e normas institucionais – os agentes, formatando seus respectivos “papéis”. Ou seja, tais personagens surgem nos atos, na prática, nesse dia-a-dia feito de coerções, espaços, “papéis” que, obrigatoriamente, devem ser desempenhados. Mas eles começam antes da prisão, sobre o qual produzem verdades.

Existem *scripts* prévios, para cada um desses espaços, o que permite prever o que acontecerá num julgamento ou no destino de uma presa que não possui mediação suficiente, fora do presídio, para ser absolvida. Mas também existe a re-invenção cotidiana das cenas que dependem do imprevisto, dos atores que estão no jogo e do cenário. Essa fluidez dos

---

<sup>60</sup> Refere-se ao artigo 121 do CPB, que descreve o homicídio.

trânsitos, que marcam lugares e performances, depende também de quem estiver presente, do clima, das condições e dos desejos. As relações encenadas no presídio, portanto, não cumprem, necessariamente, uma prescrição rígida e estereotipada, embora vez ou outra a utilizem para demarcar territórios.

Observando as relações entre agentes prisionais e presas, o que se constata é que, como assinalou Goffman (1999), elas são travadas em um campo de forças que intensifica e/ou cria diferenças entre os grupos, os quais se constituem de acordo com o compartilhamento de objetivos, interesses, pontos de vista e afetividade, demarcando territórios em que as identidades<sup>61</sup> não se confundem. Por outro lado, é comum que os grupos das presas e o dos agentes prisionais procurem manter, no dia-a-dia, relações amistosas que garantam a convivência com um mínimo de risco para todas.

Embora o interesse maior desse trabalho sejam as relações que se caracterizam como o *caldo*<sup>62</sup> do PFF, é preciso admitir que esse universo é permeado por práticas hierárquicas, prescritas por um código de normas de convivência, e que não merecem a formalização contratual de uma instância institucional. Mas essas práticas também são regidas por documentos e regimentos previamente instituídos e sobre os quais se apóiam sempre que necessitam salvaguardar um direito ou quando se sentem ameaçados.

Discussões entre as presas com um agente prisional comprovam que a *carceragem* sempre sofria ameaças e procurava se defender com palavras, depois da quais aconteceu de a presa manifestar certeza de que causou medo e que, a partir daquele momento, não teria problemas com aquele agente. É uma relação que inclui o medo e a busca por segurança,

---

<sup>61</sup> Identidade nesse trabalho significa pertencimento, uma vez que a identidade é um conceito fluido e se constitui na intersecção dos vários pertencimentos.

<sup>62</sup> Universo simbólico das relações.

tanto de um lado como de outro. Nesses momentos podia inverte-se a relação de poder: as “dominadas” pela carceragem, assumem o papel de “dominadoras”, desestabilizando a idéia de papéis sociais.<sup>63</sup> O deslocamento é possível em razão da crença nas imagens de periculosidade, criminalidade e falta de escrúpulo, vinculadas às presas que as reiteram nessas situações, quando ocorre um movimento de inversão e reafirmação das identidades<sup>64</sup>.

No PPF, sabe-se quem é quem. As presas com mais tempo de prisão, as recém-chegadas, as moças e as velhas, as mulheres que se agrupam por tipos de crimes cometidos ou por compartilharem formas de ver o mundo, os agentes prisionais que se relacionam sob a égide de um discurso que garante os direitos humanos ou que sentem necessidade de marcar a diferença; os próximos das presas; os mais agressivos; etc.

Descrevendo esses arranjos entre as mulheres no presídio de Florianópolis, observa-se que:

Beatriz (21 a., um ano, furto), é presa freqüentemente e, geralmente, por pequenos furtos em lojas no centro de Florianópolis. É rejeitada por grande parte das companheiras por se envolver em fofocas e só consegue adesão das demais quando a ameaça é geral e todas se sentem moralmente afetadas. Entretanto, numa tarde em que Beatriz retornou de uma ida ao médico, escoltada por uma agente prisional, todas as outras sabiam que ela estava com pneumonia. Defenderam-na junto à agente por tê-la deixado esperar na chuva até que encontrasse a chave de um dos portões. Os grupos e subgrupos, portanto, podem diluir-se

---

<sup>63</sup> Há aqui a possibilidade de utilizar Louis Dumont (2000), como inspirador para pensar a prisão. Com freqüência é possível pensar num modelo hierárquico das relações no presídio feminino, onde as presas passavam de *englobadas*, para *englobantes*, na relação com os agentes prisionais. A surpresa é o fato de tanto um lado quanto o outro fazem parte de um mesmo jogo, em que ambos são englobados pelo modelo de sistema penitenciário, adotado no país. Ver Macaulay, 2002 Rolim, 2004.

<sup>64</sup> O sistema político Nuer, descrito por Evans-Pritchard (2002), também apresenta subsídios que ajudam a entender as práticas institucionais dentro do presídio feminino, uma vez que aqui também há uma organização extremamente dinâmica, caracterizada não pela guerra – pelo menos, não como nos Nuer – mas pela mobilidade dos subgrupos (seções primárias, secundárias e terciárias).

uns nos outros, impedindo, muitas vezes, a percepção de possíveis diferenças, o que contraria Goffman (1999) quando afirma que as prisões são “instituições totais”, e como tais, oportunizam uma caracterização exata dos grupos que nela interagem.

Apesar de identificarmos as relações na prisão como luta de forças em que se opõem presas (internas) e instituição (agentes prisionais), é também evidente um fluxo dinâmico de informações, objetos e relações que povoam o cotidiano, descaracterizando a noção de isolamento vinculado às instituições prisionais a partir de suas contribuições.

Tanto presas quanto agentes prisionais “jogam” e sabem que estão jogando. Fazem, muitas vezes, parte do mesmo universo de relações e afiliações fora da prisão. Assim como assinala Cunha (2002), também é possível ver no PFF:

(...) as fronteiras materiais da prisão já não talham mais a vida institucional da maneira fundamental que aparece presumida em idéias tão estruturantes nos estudos prisionais como as de “instituição total”, “cultura prisional”, “sociedade prisional” ou outros desdobramentos ainda da noção de “um mundo à parte”. (Cunha, 2002, p. 8)

As práticas institucionais vivenciadas no dia-a-dia da prisão cada vez que uma presa precisa ser levada a uma audiência ou quando agentes prisionais invadem as celas em busca de uma pista ou objetos que possam deflagrar uma situação de risco, criada pelo conjunto de presas de dada galeria, ou ainda, quando presas e agentes declaram guerra, injuriando-se com ameaças e castigos, transformam-se na medida em que as urgências cotidianas impõem comportamentos diferentes. São situações que ganham vida ao longo do trabalho, nas descrições desses momentos lá conhecidos.

Entre as presas, Simone (39 a., quatro de prisão, tráfico) mostra que, no presídio, as relações são permeadas por afinidades associadas à condição de presa. A pessoa que delata, que provoca intrigas e desorganiza uma ordem, não é bem vinda. Beatriz não se vê inserida, nesse contexto: *Ninguém gosta de mim porque eu falo a verdade. Mas aqui ninguém tem amiga mesmo...*

O que contraria outra declaração: *Fiz muitas amigas aqui. Quando a gente sair vai se encontrar lá fora e vamos continuar amigas, Se não fosse a Eunice eu não teria ninguém, porque minha família ta longe, ela é da minha família agora.* (Fragmentos das falas de várias mulheres)

No PFF, foi necessário pensar no que Claudia Fonseca diz:

Por mais que se admita que “eles” os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferentes de “nós”, esta diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica de nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos como “ritos agonísticos”, “sociabilidades tribais” e “famílias consangüíneas”. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como “violência”, “promiscuidade” e “famílias desestruturadas”. Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. (Fonseca, 2000, p.11).

No contato com os modos de operar da instituição prisional, fica claro que o espaço é vinculado à violência e a maneiras subumanas de existir – a maior parte da bibliografia sobre o universo prisional reforça esta relação – é preciso um olhar treinado, e não uma busca por sentidos que se aproximam daquilo que corresponde às práticas sociais gerais em nossa sociedade. Que pergunta formular? Para que as prisões, como Foucault (1999) em **A Verdade e as formas jurídicas** ou perguntar o que de “nós” há “nelas”?

A dinâmica encontrada no PFF mostra que, para o estudo desse espaço não é relevante identificar uma tipologia dos modos de vida dentro da prisão, mas reconhecer que as relações de dentro do presídio correspondem, em parte, ao que se experimenta fora dele, refletem e remetem as experiências anteriores que também e, certamente, adquirem outros sentidos – são ressignificadas – a partir dessa situação tão nova, e que provocam a quebra de visões conhecidas sobre os modos e formas da vida destes indivíduos. As presas, entretanto, vêm para a prisão com um repertório de significados, experiências e relações que não se quebram nem se perdem. Da mesma forma, os agentes prisionais não rompem com seus modos de ver o mundo, de classificar, de organizar coisas e pessoas. São suas representações e conceitos sobre o mundo que, no espaço prisional e na vivência lá dentro, se refazem, significam e ressignificam aquela experiência e aquelas pessoas. Não há dois sistemas de representação, não há dois modos de ver o mundo, um da vida fora da prisão e outro de dentro. São partes de uma mesma forma de conhecer, apreender, significar, repensar, revistas ou apenas reafirmadas, a partir de situações particulares, eventuais, contextuais.

Além disso, a visão de mundo dos agentes prisionais e das detentas nem sempre se opõem. Nem sempre há disputa entre eles e suas noções de vida, ou pessoas. Alguns valores, algumas idéias são compartilhadas, pois são homens e mulheres de uma mesma sociedade, compartilhando, uma mesma contingência. O que se percebe é que as práticas institucionais dão-se de forma a garantir não só a sobrevivência da própria instituição, mas também uma cisão social mais geral que insiste em acreditar que existe um mundo distante: o mundo prisional. Isso significa que, na prisão, todas as relações têm modelos e visões de mundo anteriores à prisão, resignificados naquele contexto, assumindo novas linguagens,



mas, apoiando-se em noções como confiança e solidariedade, presentes no discurso jurídico, em suas discussões sobre ética e moral.

No PFF, portanto, existem duas dimensões da vida das presas, sempre em evidência. Ambas correspondem – em conjunto com outros de seus perfis – as suas formas de se sentir pertencentes aos *subgrupos*, que transmitem suas relações profissionais e suas relações com o universo da família.

O próximo passo será, mostrar como são experimentadas as relações com o trabalho e com profissões dentro do presídio, bem como de que forma as presas se agrupam a partir das práticas de parentamento.

## **5. O Trabalho no presídio feminino de Florianópolis**

O trabalho na prisão, de acordo com os agentes prisionais, tem o papel de manter as presas ocupadas e de oportunizar que elas tenham...

*...um troco para o cigarro, o shampoo, e as coisas que elas gostam de comer, apesar de muitas terem que repassar esse dinheiro para a família... Elas ficam aí no ócio, ficam pensando em besteira, a gente entende que não deve ser fácil, tem umas que não dá para saber, foi um vacilo, essas vão embora e não voltam, mas tem outras que viram freguesa, não tem onde cair, não tem família, são mala mesmo e não adianta, essas pode ver aí – aponta para um grupo de quatro ou cinco presas que estavam sentadas no chão do pátio, e continua – isso aí, não querem nada, pergunta se querem trabalho. Só pensam em m. (Cláudio - agente).*

É possível compreender a inserção no mundo do trabalho para presas do PFF, a partir de certas situações: na sala que recebia o nome de fábrica, as presas sentam em bancos em volta de uma mesa retangular, de aproximadamente 6 m de comprimento, e montam sacolas de papel. Há sempre uma que ensina as que estão chegando e que dá diversas ordens, como quantas bolsas devem ser entregues ao final do dia, e decide quem deve ir buscar algo que esteja faltando na sala.

A mesma dinâmica se repete a cada tipo de atividade laboral, como *bater grampo*<sup>65</sup>, confecções de bolas de futebol, montagem de peças de telefonia: Uma das presas se responsabiliza pela contagem das faltantes e pelo quanto produzem. É essa responsável que cobra das outras o desempenho e a assiduidade, podendo solicitar à direção que desligue aquela que não demonstra interesse; é uma espécie de gerente.

Só se envolvem com o trabalho as presas que demonstram interesse em participar de uma das atividades laborais oferecidas pela instituição. Para tanto, é necessário inscrever-se com a Direção do presídio, que providenciará uma atividade. Assim como fora do presídio, a procura pelo “emprego” muitas vezes é maior que a oferta do “mercado”. Já houve épocas com fila de espera por uma vaga em uma das atividades remuneradas no presídio. A decisão sobre quem será inscrita nas atividades remuneradas depende – assim como todas as outras decisões da direção – do comportamento da presa, de suas habilidades e da necessidade econômica. Pesa também a capacidade de interação com as demais. São, aliás, as mesmas exigências no mundo do trabalho fora do presídio.

---

<sup>65</sup> Montagem de grampos de prender roupas em varal.

Ao final de 2004 e início de 2005, o PFF sofreu reformas<sup>66</sup>, que, transformaram o cotidiano das mulheres. Foram construídos mais dois alojamentos, devido à superlotação, ampliando a população prisional<sup>67</sup>. A *fábrica e a escola* foram transformadas em galerias. Para resolver os impactos que as reformas causariam no dia-a-dia do presídio, garantiu-se a permanência de uma sala, que serve, atualmente, para o curso supletivo e para as oficinas de informática<sup>68</sup>. Mais tarde (2006), foi construído outro espaço para os cursos de artesanato.

Quanto à fábrica, coincidiu que, à época, uma das empresas que terceirizavam os serviços das presas cometeu irregularidades no pagamento, provocando o rompimento da parceria. Os outros trabalhos não necessitavam de um espaço especial e as mulheres envolvidas nos trabalhos terceirizados passaram a desenvolver as tarefas em suas camas, no pátio, ou espalhadas pelo presídio. No início a prática significou uma maior individualização, uma vez que não contavam mais com o espaço coletivo da *fábrica*, situação que não resistiu por muito tempo, pois a circularidade de mulheres também não cristaliza os lugares. Hoje é possível ver várias presas sobre uma mesma cama, conversando e montando peças ou grampos de roupas. Como na vida fora da prisão, as atividades laborais tendem a se voltar para o espaço doméstico, mas no presídio essa proposta não teve eco.

O pátio se manteve como lugar de trabalho, uma vez que, permaneciam agrupadas pelas calçadas ou bancos, *batendo grampos* ou costurando bolas. Em 2006, porém, o pátio

---

<sup>66</sup> Demonstradas no esboço da planta do PFF, em anexo.

<sup>67</sup> Não só porque aumentaram os índices de criminalidade no estado, mas porque as outras prisões em Santa Catarina não apresentam as condições exigidas pela LEP para a reclusão de mulheres.

<sup>68</sup> Decorrência de projeto idealizado pelo Instituto Crisálida – parceria entre ETFSC e CTC/UFSC, com duração de quatro meses. A idéia era desenvolver conhecimentos suficientes para gerar renda e trabalho através da informática e beneficiou 40 presas.

recebeu divisões de telas de alambrado, que passaram a delimitar o espaço comum de cada alojamento, mas permanece servindo de mediação entre elas (porque se comunicam através das telas), e entre a presa e a instituição prisional, em razão da presença ininterrupta da *carceragem* e da presença descontínua das visitas.

É também neste pátio que as mulheres executam trabalhos domésticos não remunerados, como lavar e estender suas roupas. Mas ele tornou-se, sobretudo, um espaço, preferencialmente, de sociabilidade, onde se podem encontrar arames com roupas penduradas que decoram todo o espaço aberto<sup>69</sup>, tal qual bandeirolas de festas folclóricas ou o pátio de uma casa, que por elas é chamado de “rua”, “terreiro” ou “quintal”; espaço onde conversam e recebem suas visitas.

Se forem rememoradas as intenções iniciais da prisão para mulheres no Brasil, será lembrado de que essa era uma instituição, com a finalidade fundamentalmente de re-inserir a mulher presa em seu universo doméstico, servindo a prisão para reajustá-la no que corresponde às funções da mulher na sociedade (BASTOS, 1997). No PFF, embora não seja uma instituição clássica porque no Presídio Masculino as mesmas atividades são realizadas pelos homens, espera-se que as presas organizem de forma exemplar suas celas e os espaços coletivos, destacando que o exemplar seria próximo de um modelo hegemônico do que é ser dona de casa e mulher.

As presas têm uma rotina embasada no trabalho, uma vez que acordam todos os dias por volta das 7:00 da manhã; fazem sua higiene e o desjejum, depois assumem suas funções nas respectivas atividades laborais. Aquelas que não estão inscritas em um trabalho remunerado devem se ocupar com os cuidados de limpeza de suas celas e do

---

<sup>69</sup> Em anexo, imagens que ilustram tais comentários.

pátio, tarefas, aliás, das quais as que trabalham não são dispensadas, sob pena de serem punidas com a retirada de seus pertences das celas. A responsabilidade desse controle é dos agentes prisionais que transitam, com freqüência, pelos alojamentos.

No PFF persistem as estratégias que visam orientar para uma vida no universo doméstico, vinculado, também, à maternidade e a um estereótipo de feminilidade, ainda que a proposta inicial da prisão de mulheres no Brasil, date de 1941<sup>70</sup>. Todo trabalho reservado às presas tem servido para desenvolverem, além da ocupação, habilidades tidas – pela representação social –, como próprias das mulheres: cozinhar, lavar, manter a organização dos pertences e das celas. É comum que as parcerias com empresas, que remuneram os trabalhos realizados por presas, sejam intermitentes. As tarefas domésticas, no entanto, entendidas por elas como *trabalho de dona de casa*, jamais podem ser interrompidas. Se lhes é cobrado um cuidado com a higiene e com seus pertences, é para lembrá-las que é próprio da mulher ter suas coisas arrumadas.

Essa prática “genericada”<sup>71</sup>, na qual se aplica um modelo sexista de pensar as práticas sociais, atribuindo à mulher o lugar de dentro, coexiste no PFF com outra forma – também encontrada por Cunha (2002), na prisão de Tires – que corresponde a uma vivência que transcende qualquer tentativa de experimentar uma identidade de gênero como predominante, uma vez que se impõe a criação de redes familiares e de vizinhança com as companheiras de reclusão. Isso quer dizer que o trabalho no PFF não é o maior centro de interesse, como outras propostas da pedagogia carcerária que vê no trabalho a possibilidade de “re-inserção na sociedade”. As atividades laborais, para algumas presas,

---

<sup>70</sup> Bastos, 1997.

<sup>71</sup> Para utilizar um termo traduzido dos textos de Butler (2000), que indica que gênero é atribuído nas práticas sociais.

ajudam a suportar a prisão na medida em que é o trabalho, remunerado ou não, que faz o tempo passar:

*Ah! Eu faço isso aqui [montar sacolas] para não ver o tempo passar, isso aqui não dá nem pra pagar o cigarro, mas eu fico aqui e me distraio...Ficar aqui sem se ocupar de alguma coisa é pra qualquer uma ficar louca...(D. Xuxu, 65 a., seis de prisão, tráfico).*

Sempre que uma das presas resiste a uma atividade doméstica, de limpeza da cela, cuidados com as roupas ou trabalho na cozinha; quando não demonstra interesses por atividades artesanais oferecidas por ONGs, ou voluntários, são acusadas, pelas agentes prisionais e por outras presas, de “malandras”, “desinteressadas” e passam a compor o segmento das “desocupadas”:

*Uma mulher que não quer aprender nada, não sabe nem fazer um arroz direito, fica aí sentada sem fazer nada... Depois diz que quer ter um filho, como?  
E a Qitutéria que além de não arrumar nada, só sabe mandar, essa aí nasceu pra ser homem. (Fragmento de conversa com duas presas, sobre os afazeres no presídio<sup>72</sup>).*

Outras conversas deixam claro que, às vezes, a divisão das tarefas funcionais do presídio (como o trabalho na cozinha, na faxina ou na limpeza do pátio e da direção) não é como gostariam que fosse. Procuram interferir na escolha das atividades, solicitando

---

<sup>72</sup> Não há nomes das presas que conversavam, pois não compunham o universo da pesquisa e a conversa foi ouvida *en passant*.

diretamente à direção, mas muitas vezes são surpreendidas por ordens que não correspondem às suas reais habilidades e/ou necessidades ou vontades.

Na dinâmica das relações dentro do presídio é comum que uma presa esteja de castigo porque brigou com outra, ou porque tentou utilizar algum instrumento não permitido, como alicate de unhas ou tesoura. Ou por que se descobre numa revistas, que tem uma carta comprometedoras ou um objeto proibido. Essas ocorrências desestabilizam as outras atividades cotidianas e alteram o comportamento na sala de aula, no pátio, na cozinha, dependendo sempre de quem está envolvida na *bronca* e, principalmente, no trabalho. Se não podem desenvolver as atividades laborais remuneradas, passam a ocupar um status que desqualifica e diminui a possibilidade de relações, bem como de aquisição de bens de troca e de auxílio a membros da família. As únicas atividades que não são prejudicadas nesses momentos são aquelas que se ligam à limpeza do espaço (a faxina)<sup>73</sup>.

*Elas têm que trabalhar mesmo, por que tem mulher aí que não sabia lavar uma roupa, só ficava na rua, só envolvida com coisa do crime, aqui pelo menos elas aprendem a fazer coisa de mulher... (Cláudio – agente).*

Presas e agentes afirmam que uma das formas de castigar quem *fala demais* é dando-lhe um serviço *ruim*.<sup>74</sup> Os espaços mais cobiçados são a cozinha - por aquelas que gostam de fazer comida e de demonstrar seus dotes culinários -, e a atividade rentável - trabalhar para uma empresa que terceiriza seus serviços.

---

<sup>73</sup> Dráuzio Varella (1999) dá bons exemplos de como, no sistema prisional, a faxina tornou-se uma instituição, que agrega presos e agentes prisionais para a manutenção de uma dada "ordem". No caso das mulheres ela corresponde ao exercício de tarefas que se espera que continuem desenvolvendo após saírem da prisão.

<sup>74</sup> Para quem não gosta de atividades domésticas a faxina é um castigo, para quem não quer capinar, o castigo pode ser limpar o mato em volta do presídio.

A cozinha é um espaço ocupado por um freezer, uma geladeira, uma pia, e uma mesa encostada em uma das paredes. Assim como todos os outros, não é um espaço amplo, mas mantém em atividade pelo menos quatro mulheres que dividem as tarefas de elaboração da comida, outras (duas ou três) revezam-se na limpeza (lavação de louças e organização destas e limpeza do chão). As presas não são remuneradas por essas atividades, mas ao que parece o interesse pela cozinha está no fato de possibilitar à presa um status que corresponde à confiança que lhe é atribuída, uma vez que mexe com a alimentação e com utensílios que apresentam riscos, como facas, garfos, louças e fogo.

*Da última vez que tu viesse aqui eu ainda não tava na cozinha, mas batalhei um monte, (...) Ah! Fiquei na minha, nunca me envolvi com muito rolo e consegui ficar na cozinha agora. Eu só faço comida boa e eles [agentes prisionais e direção] não vão querer que eu saia daqui, eles comem dessa comida também, não são burro, como eu também não sou... (Fernanda).*

O trabalho para empresas que terceirizam serviços não é garantido, e emprega um número grande, porém variável, de presas. Não é estável, porque freqüentemente pedem para trocar ou desistem dessas atividades.

O espaço de trabalho no PFF, portanto, foi transportado para a casa, como serão realizadas as tarefas propostas, atualmente, nas áreas de comunicação e administração de grandes empresas. O enxugamento de empresas multinacionais tem incentivado o trabalho no espaço doméstico, o que vem sendo experimentado pelas presas quando levam para



suas camas as caixas de grampos que precisam ser montados em um prazo previamente estabelecido pelas empresas que as remuneram.

No mundo do trabalho, entretanto, a troca do escritório pela casa corresponde a um avanço dos instrumentos tecnológicos<sup>75</sup> que possibilitam a comunicação instantânea e o repasse de informações via satélite, o que diminui o ônus das empresas e aumenta a capacidade de produção dos trabalhadores, bem como sua autonomia no processo de produção. No PFF, porém, a tecnologia está associada ao uso do corpo que está privado de liberdade. O aumento da população prisional exigiu que o PFF fosse ampliado, subtraindo-lhe o espaço destinado às atividades laborais, levando as presas a realizarem seus trabalhos em *casa, na jega*. Embora estejamos falando de espaços diferentes, a lógica do uso tecnológico para a manutenção da renda e da produção é semelhante, pois reduz custos e reordena o espaço.

O que merece maior destaque nesse diálogo da presa com o mundo do trabalho, os períodos observados, é a relação trabalho/emprego, que implica na renda que auxiliará a presa e/ou sua família durante o tempo em que cumpre a pena de reclusão e na sociabilidade que se configura, principalmente, em atos de solidariedade com aquelas que têm filhos pequenos consigo – no presídio – ou com quem está grávida em vias de dar à luz. Donde a importância das relações que se estabelecem no berçário e seus significados.

---

<sup>75</sup> Máquinas, computadores, rede.

## 6. A experiência de ser mãe na prisão

A experiência de presas que tem filhos merece destaque, pois se apresenta como fator de grande importância para elas o fato de ter um filho ou uma filha, tanto quanto o trabalho pode indicar um status, ser mãe também as coloca em situação de privilégio sempre que discutem o sentido de ser mulher.

*Não to trabalhando por que já ta quase na hora de nascer. Depois que nascer eu só vou trabalhar quando ele for levado daqui, até para esquecer.... (Renata).*

Berçário é o nome que as presas dão a uma das galerias que abriga mulheres grávidas e que já tiveram seus filhos e os mantêm consigo até que esteja na hora de entregá-lo aos cuidados de alguém de sua confiança. Não é demais insistir nos objetivos institucionais da prisão de mulheres: recuperar as presas para aquilo que lhes é destinado. Pouco se encontra, na literatura específica ou mesmo em trabalhos acadêmicos, sobre as particularidades da prisão de mulheres, obras que nos cedam às comparações com um universo prisional masculino.

As práticas dirigidas pelas autoridades prisionais mantêm um modelo que se apóia em construções sociais de gênero, e tenta cultivar sentimentos de responsabilidade maternal e competências domésticas. A permissão da permanência de crianças de até 6 meses de idade no presídio, junto às mães, considera, principalmente, o direito da criança de conviver

com a mãe e de receber aleitamento materno<sup>76</sup>, e contribui enormemente para a manutenção de um desejo de experimentar a maternidade.

Há um marcador, entre as presas, estabelecido por elas, que é a maternidade. Todas as que são mães<sup>77</sup> apontam a distância dos filhos como fator de maior sofrimento e motivo pelo qual, muitas *loucuras* são cometidas. Mas também retratam a dignidade que alcançam quando se identificam como mães. Quando falam das suas *loucuras* referem-se ao crime ou infração que as levou para a prisão e também a comportamentos dentro da instituição, como tentativa de suicídio, fuga, conflito com outras presas ou com a carceragem.

Algumas mulheres sentadas próximas à porta do *berçário*, dão conselhos à Renata (19 a., um ano, tráfico e furto), em fim da primeira gestação, filho de um namorado que arranhou na cadeia onde estava<sup>78</sup>. Ela tem 19 anos, foi presa por tráfico e veio transferida de uma cadeia do interior de Santa Catarina. Sua família reside em outra cidade, sentia-se só porque não recebia visita. Não sabia para onde encaminhar o filho quando ele completasse seis meses<sup>79</sup>.

Na conversa entre as presas, um tema sempre presente são os caminhos para obter liberdade condicional quando o filho nascer. É consenso entre as mais antigas no presídio que, quando uma presa tem um filho na prisão e não tem com quem deixá-lo, pode sair para criá-lo. A direção do presídio, ao contrário, era categórica ao afirmar que engravidar no presídio era um artifício utilizado para se livrarem da pena. À liberdade condicional (LC),

---

<sup>76</sup> Ver Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>77</sup> Das 36 apenas 10 não o são.

<sup>78</sup> Em várias unidades prisionais, como as cadeias públicas ou presídios do interior, é comum as mulheres dividirem as galerias com homens e estabelecerem relações afetivas a ponto de contraírem matrimônio. Essas galerias geralmente são divididas em alas – uma cela para as mulheres e as outras para os homens.

<sup>79</sup> Período em que as crianças são encaminhadas para a guarda de uma pessoa escolhida pela mãe.

tem direito quem já cumpriu 1/6 da pena, tem bons antecedentes criminais<sup>80</sup>, comportamento exemplar, aliado ao fato de precisar criar o filho, o que, para elas, nem sempre é solução:

*Não sei, porque se eu sair com meu filho também não sei para onde vou, porque com a minha família eu não posso contar.*

O tema foi imediatamente acolhido, mostrando que se trata de um dos assuntos que mais mobiliza as presas, assim como a família e os amores. São situações que despertam nelas, sentimentos de solidariedade:

*...eu tenho cinco filhos, três meninos e duas meninas, a maior (de 19 anos) tá cuidando dos pequenos, porque meu marido também tá preso, tem um de 15 que trabalha na PROMENOR<sup>81</sup>, a minha mãe mora perto e dá uma olhada neles, mas tu pode ficar lá por uns tempos.*

As presas conseguem superar situações como esta. É comum vê-las ou ouvi-las combinarem encontros depois de saírem da prisão, ou de irem morar juntas. Muitas se colocavam à disposição para ajudar a cuidar dos filhos das outras se saísse antes.

A ajuda não tem, entretanto, mão única. O convite resultaria em ajuda na casa daquela que convida, A convidada ajudaria a cuidar dos filhos da que permaneceria presa. A ida de Renata para a casa de Simone também a ajudaria, pois teria alguém para cuidar de seus

---

<sup>80</sup> Ré primária, p.ex.

<sup>81</sup> ONG ligada à colocação de jovens adolescentes em programa de profissionalização, geralmente em empresas locais que financiam os estudos e oferecem bolsas para serviços de *office boy* ou auxiliar de escritório.

filhos, além da filha mais velha e da mãe. O problema pareceu, pelo menos, momentaneamente, resolvido. A conversa seguiu sobre o assunto dos filhos, Simone diz: *Uma mulher só é mulher, quando tem filho.*

Foi nesse diálogo que conversaram sobre as questões ilustradas no quadro abaixo.

Eis, a concepção de algumas das presas sobre maternidade:

<b>PRESA</b>	<b>NÚMERO DE FILHOS</b>	<b>O QUE É SER MÃE</b>
<b>Renata</b>	Grávida durante a primeira fase da pesquisa (2003)	<i>É a realização.</i>
<b>Laura</b>	Grávida com quatro filhos	<i>Eu adoro meus filhos, eles são tudo para mim.</i>
<b>Beatriz</b>	Duas filhas	<i>Eu não sei, porque minhas filhas não estão comigo.</i>
<b>Simone</b>	Cinco filhos	<i>Uma mulher só é mulher quando tem filho.</i>
<b>Quitéria</b>	Sem filhos	<i>Eu sonho em ter um menino, por que menina dá muito trabalho, acho que o dia que tiver um vou ser a pessoa mais feliz do mundo.</i>
<b>Fernanda</b>	Seis filhos	<i>Eu fico aqui só pensando no meu pequeno, não vejo a hora de pegar ele no colo, eu amo meus filhos, sem eles não sou ninguém</i>
<b>Márcia</b>	Sem filhos	<i>Se eu tivesse um eu não ia estar aqui.</i>
<b>Betina</b>	Nove filhos	<i>Pois se eu não amasse tanto meus filhos eu também não estaria aqui, eu me meti nisso para dá o que comer pra eles.</i>

Fonte: Conversa com um grupo de presas, no pátio do PFF, no ano de 2003.

Os filhos, dizem elas, dão sentido à vida, é neles que pensam quando querem sair e é neles que pensam quando resolvem ficar na prisão<sup>82</sup>. O assunto está ligado a ganhos no presídio, que correspondem, sobretudo, a um afrouxamento da pena ou à saída antecipada para cuidarem dos filhos. É comum que demonstrem saudade, vergonha e constrangimento pela circulação de crianças em casas de parentes e amigos.<sup>83</sup> Sob os cuidados de outras pessoas, as crianças podem ser levadas para visitar a mãe na prisão. Duas das presas, entretanto, afirmavam preferir que os filhos e filhas não fossem visitá-las porque sentiam vergonha daquele lugar, de serem presas. Tinham medo do impacto que a experiência de ir até a prisão visitar a mãe poderia causar às crianças. A idéia de que seus filhos também seriam submetidos à revista as desagradava.

Acontece de perderem contato com as guardiãs<sup>84</sup> de seus filhos, o que lhes aumenta o sofrimento, levando algumas a adoecer:

*A Fernanda ta assim doente, por que não sabe onde foi parar o filho dela. Ela deixou com uma mulher que é a madrinha do menino e a mulher sumiu. (Simone).*

Outro drama vivenciado por estas mulheres pode ser apreendido na história de Linda (40 a., dois de prisão, tráfico e roubo) que deu uma das filhas para a irmã criar, na condição de reavê-la uma vez livre. Ao visitá-la, entretanto, a irmã não traz a menina. Por outro lado, tenta convencer Linda a lhe passar a guarda da filha. Depois das visitas da irmã, ela sempre cai doente, perde o apetite e sente vontade de morrer.

---

<sup>82</sup> Não se envolver em tentativas de fuga.

<sup>83</sup> Experiência também encontrada por Fonseca (2002), em classes populares de Porto Alegre.

<sup>84</sup> Quando não é o pai que fica com os filhos, esses são cuidados por uma mulher. Não há exemplo de um homem – que não o pai – ficar com as crianças.

A experiência de perder o “poder familiar”<sup>85</sup>, através da intervenção da justiça da infância, demonstrou ser uma experiência permeada de vergonha e revolta para essas mulheres. Uma forma de vencer tais sentimentos parece ser o planejamento de uma nova gravidez. Beatriz, por exemplo, que afirma não saber o que é ser mãe por que suas duas filhas estão sob os cuidados da sogra e de sua mãe que não a deixam levar as crianças, por entenderem que ela não apresenta condições de oferecer-lhes segurança. Beatriz, quando não está na prisão, tem na rua sua principal moradia. Afirma, entretanto, que da próxima vez que sair da prisão irá morar com a mãe que, segundo a direção do presídio, já demonstrou resistência.

Muitas das experiências de maternidade relatadas pelas presas se constituem e tomam forma no interior das relações institucionais que envolvem desde as práticas jurídico-normativas, até as relações entre elas, razão pela qual é relevante identificar como são encenadas algumas dessas práticas que irão compor o dia-a-dia na PFF.

Quando Fernanda diz que deixou seu filho aos cuidados da madrinha dele, pelo período em que está na da prisão, afirma que acreditou nela por ser confiável:

*... pô, deixei o neném com ela porque ela tinha um homem preso também, não tinha filho, assim ela ia ter companhia e não iam (o conselho tutelar e a justiça da infância) tirar meu neném de mim. Dei ele para ela batizar e cuidar, mas ela me traiu, não deu mais notícia, ela pensa que é assim pra tirar o filho de uma mãe, espera só eu sair daqui...Ai, se eu pego ela, eu mato...*

---

<sup>85</sup> Termo utilizado na lei para referir a perda da possibilidade de exercer a paternidade ou a maternidade em relação a um ou mais filhos.

Afirma que ela era sua amiga, que passavam pelos mesmos problemas, porque ambos os maridos estavam presos. Faria qualquer coisa para vê-la bem, porém no momento em que a madrinha do filho ausentou-se e estava ameaçada, de ver menos o filho, que era levado por ela nos dias de visita, Fernanda passa a se organizar com outras mulheres que também são mães, e constrói o discurso da vingança. A relação de confiança nasceu do fato de compartilharem uma mesma situação que as levou a estabelecerem um laço pelo compadrio, rompido para Fernanda pela traição. Segundo ela, confiou e foi traída.

As narrativas de funcionários e advogadas apresentavam uma outra versão desse acontecimento: o marido da madrinha foi transferido de prisão tendo esta que ir visitá-lo no novo endereço, sobrando-lhe menos tempo para as visitas no PFF, uma vez que antes aproveitava para levar o “neném” na visita da mãe, no mesmo dia em que ia visitar o marido na penitenciária. Não se negava a levar o “neném” na visita, mas já não ia com a frequência de outrora. Fernanda, a par disso, passou a desconfiar que a madrinha queria seu filho. É uma confiança desconfiada, como observam. Aposta numa relação, mas como a situação em que se encontra é muito complicada, de marginalidade, ela confia, mas desconfia. E lembra à outra que a relação estabelecida demanda certos compromissos.

Além da possibilidade de entendermos que se reconhecer como mãe assume, para as presas, uma identidade fundamental, e de se verificar a fluidez dos trânsitos por identidades que sempre contribuem para a legitimação de quem se é ou quer ser, surgem as parcerias que se fundem no discurso do aparentamento. A atribuição de uma madrinha para um filho revela, entre outras coisas, uma maneira de garantir a permanência da identidade de mãe, pois, trata-se de uma escolha inspirada na confiança:



*...Assim, eles não tiram meu filho de mim...; Ela também tem um marido preso como eu, o planejado era que ela ia trazer meu filho pra me ver e ia mostrar a minha foto pra ele não esquecer da mãe dele...A gente ta no mesmo barco, eu nunca esperava que ela fosse me dar essa "facada". Só escolhi ela pra ser madrinha por que eu confiei nela, quem é que dá o filho pra outra batizar se não confia? (Fernanda)*

Embora saibam que, enquanto se relacionam com o crime de forma a experimentarem seus dias na prisão, não estarão compartilhando o cotidiano de seus filhos. Contam os dias para a chegada do momento em que poderão voltar para casa e educá-los. Ou, ainda, alegram-se ao contar que, mesmo da prisão, podem exercer a maternagem<sup>86</sup>, através dos recados, cartas ou visitas. Trata-se de formas diferentes, adaptadas para, manterem o lugar de mãe, e as relações em torno e através da maternidade. A diversidade de experiências relatadas comprova a existência de várias mães e formas de ser mãe na prisão.

Algumas das presas já vieram para o presídio depois da experiência de conceber e dar à luz. Entre elas, temos as que sofrem com medo de perder esses filhos, ora para a justiça, ora para as guardiãs. Outras preferem evitar aos filhos o constrangimento de vê-las na prisão, pois acreditam que visitas podem influenciar-lhes negativamente o desenvolvimento. Outras contam os dias até a data da visita para reverem seus filhos e orientá-los, nas atividades em casa, na escola, ou apenas para *educá-los*.

Algumas presas afirmam não serem realizadas porque não tiveram filhos. Ao mesmo tempo, outras – poucas – não se imaginam mães, preferem não falar sobre filhos e não acreditam na possibilidade de serem felizes se os tiverem. Portanto, há as que querem ser

---

<sup>86</sup> Termo aqui utilizado para designar o exercício da relação mãe/filho. (Badinter, 1985)

mãe e as que não querem. Entretanto, ao que tudo indica, as que não querem ter filhos, só não o querem por terem formado convicções sobre o que seria ser mãe, como Quitéria:

*...não tem paciência, (...) criança depende mais da mãe. A mãe é para tudo, é muita dependência, não tenho paciência. Para ser mãe tem que gostar muito, porque depois que a mulher tem um filho acaba a vida dela.*

Também chamam a atenção as presas que, tendo ou não experimentado a maternidade fora da prisão, engravidaram ou vieram grávidas para o presídio e constroem, com a gravidez, expectativas de antecipar sua liberdade, de aproximação ou reaproximação com o parceiro e também de obter mais *regalias* dentro do presídio.

Sandra (27 a., nove meses, tráfico) estava grávida de 6 meses. Engravidou do namorado que também encontra-se preso, pelo mesmo crime. No mesmo período, Laura (35 a. três de prisão, furto e tráfico) engravidou e Beatriz chorava a perda de um filho para a justiça (o terceiro que lhe era retirado pela Justiça da Infância):

*Toda mulher que ta grávida quer logo que o filho saia da barriga, mas eu não. Eu tô com medo, sei que eles vão me tirar. (...) Se não tem ninguém pra fica com teu filho o juiz manda pro orfanato e dá pra alguém. Olha só a Beatriz ela ta chorando assim por causa disso. Só que no caso dela acho que tá certo, porque ela é muito mala. Já é o terceiro que o juiz tira. Ninguém gosta dela aqui... Ela só arranja confusão, é cagueta<sup>87</sup>.*

---

<sup>87</sup> *Cagüeta* e *alcagüeta* são palavras que designam aquela que delata, que entrega alguém ou uma situação aos agentes prisionais, ao juiz ou à diretora do presídio.

Há, portanto, na visão destas mulheres, *boas e más* mães. Quando opinam deixam claro que a boa mãe é aquela que também é boa amiga, que deseja ver o filho bem, que não trai nenhuma companheira de cela. Uma pessoa que *só arranja confusão, não pode dar bom exemplo para um filho*. Aqui reaparece o complexo das relações, e a explicação em torno da retirada do poder familiar de algumas mulheres recai sobre o julgamento moral.

Em sua narrativa, Sandra descreve uma prática institucional possível nas entidades de abrigo de crianças, no Conselho Tutelar e mesmo na Justiça da Infância e Juventude, através de registros de inserções nesses campos.

Na rede de garantia de direitos à criança e ao adolescente, é significativo o número de abrigamento<sup>88</sup>. O número de filhos de pessoas mantidas em instituição de reclusão como as mulheres que compõem o universo dessa pesquisa, acolhidos nesses abrigos, é desconhecido. Os Conselheiros Tutelares e Juízes da Infância e Juventude consideram prioridade o direito da criança e do adolescente que deve conviver com sua família de origem, desde que esta não esteja colocando em risco outros direitos. Frente à vulnerabilidade de uma criança e/ou um adolescente na convivência de seus familiares eles são encaminhados para abrigos, onde aguardarão o restabelecimento das “condições psicossociais” de seus familiares ou, na impossibilidade disso, serão colocados em famílias substitutas através de guarda, tutela ou adoção<sup>89</sup>.

São procedimentos conhecidos por muitas das presas, uma vez que algumas já passaram por tais contendas na justiça. Ora porque foram retiradas de suas famílias, ora porque já tiveram seus filhos retirados. Por isso têm receio de verem seus filhos

---

<sup>88</sup> Colocação de criança e/ou adolescente em instituição de abrigo, a Casa Lar. Em 2003 Santa Catarina contava com 397 crianças e adolescentes abrigados, segundo dados do IPEA/DISOC.

<sup>89</sup> Ver Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

encaminhados para os abrigos, pois consideram que no tempo que levarem até sair da prisão e conseguirem provar – agora para a Justiça da Infância e Juventude – que são capazes de manter seus filhos fora dos espaços de vulnerabilidade, eles já estabeleceram vínculos com outros familiares ou até mesmo já foram adotados, inviabilizando-lhes qualquer contato com eles.

Retirar uma criança de sua mãe, mesmo daquela que está ou será presa, é bastante questionável, principalmente porque os estudos dos contextos – geralmente realizados por uma rede precária de atendimento à infância por parte dos gestores públicos, apontam para um complexo processo de empobrecimento, fazendo da criminalidade o meio de sobreviver – estão atrelados a interesses que muitas vezes ocultam os interesses das crianças e de suas famílias.

Ocorre que, ao fim da pena, a mulher pode não ter para onde voltar. Ficarão em casa de amiga (amizade muitas vezes iniciada na prisão), de parente ou do chefe do tráfico, ao qual já estava ligada antes de ser presa, e, portanto, continuará sem os filhos. Antes que possa regularizar a vida – se isso ocorrer – de acordo com o que a lei prevê como satisfatório e necessário para a convivência de uma criança, poderá perder seus filhos.

Todas essas questões dão início às discussões em torno do que é e como é ser mãe na prisão, suscitam outros temas que aparecem com frequência nos relatos das presas e que complexificam e tencionam as relações entre elas. Um exemplo é a maneira como vivem a situação de mulher e presa.

As noções do que é ser mulher e como deve ser uma mulher dão origem a muitas brigas, uma vez que entram em atrito diferentes formas de se experimentar mulher. É comum,

entretanto, que após alguns meses no presídio, a convivência passe a ser orientada por outras questões, além das relacionadas ao gênero.

## 7. Práticas do feminino/masculino

As mulheres trazem, para a prisão, suas formas de conhecer e apreender o mundo. Ficam horas conversando sobre suas estratégias para sobreviver no mundo do crime, que afirmam, ser comandado pelos homens. Maria conta que, quando era criança, vivia na rua e era comum que se *disfarçasse de menino*, para não ser abordada pelos garotos da sua idade ou pelos adultos que também perambulavam pela rua. Conta ainda que todos os meninos a respeitavam porque *não dava mole pra eles*.

Por outro lado, é possível entender que os estudos de gênero servem, fundamentalmente, para explicar parte dos aspectos relacionais que atingem cada uma delas, como maternidade, suas performances no jogo de sedução (entre si ou na relação com seus companheiros) ou na forma de se dizerem mulheres e de se colocarem no mundo. Mas não explicam totalmente o cotidiano na prisão.

Muito embora a maioria das mulheres presas venha de regiões empobrecidas – a ser abordado mais tarde – onde, reconhecidamente, as relações de gênero são constituintes importantes da organização social<sup>90</sup>, no presídio, o que poderia ser elemento organizador, como a distribuição de tarefas, não se estabelece sem sofrer alterações que dependem das configurações sociais em que se inscrevem. Conta o tipo de crime cometido, o comportamento, as afinidades. Entretanto, as relações entre as presas não perdem de vista

---

<sup>90</sup> Conforme já demonstraram Woortmann (1987); Fonseca (2000); Wiggers (2000).

suas impressões e experiências apoiadas nas relações de gênero que conhecem: Marta, Quitéria e Fernanda relataram que suas experiências com homens foram as piores.

*O primeiro me estuprou, depois o outro me colocou aqui, porque fui confiar nele...*  
(Marta).

Já Fernanda diz que adora seu marido, mas sabe que não dá para confiar em homem:

*... já matei um, não custa matar outro, eles se acham muito.* (Fernanda)

Esses relatos não abafam os de outras presas que suspiram o tempo inteiro falando de seus companheiros. O que há de comum entre elas é o fato de, sempre que são levadas a falar sobre o que é ser mulher, utilizarem suas relações com os homens para se explicar, o que denota uma construção do pensamento a partir do binômio masculino/feminino. Binômio importante na sociedade onde vivem. E, portanto, trazem-no para a prisão como um dos organizadores importantes de suas experiências e relações.

É assim possível entender que a prisão de mulheres encerra pessoas que passam a experimentar a sexualidade, seus corpos e finalmente seus gêneros de forma a se surpreenderem, pois passam ali a experimentar relações entre si, consigo mesma e a sexualidade na relação com outra mulher, mesmo que essa relação não assuma características homoafetiva ou homoerótica.<sup>91</sup> Nos momentos em que se reúnem para falar da vida e de suas experiências, relacionam-se de forma a compartilharem alguns códigos que

---

<sup>91</sup> A distinção entre os conceitos homoafetividade e relação homoerótica é necessária, pois elas podem ter relações afetivas que compreendem uma convivência conjugal ou de namoro, ou homoafetiva (DIAS, 2001) e também podem ter relações que se resumem em contatos sexuais casuais – homoeróticas (HEILBORN, 1999).

dizem respeito a uma certa cumplicidade em torno das experiências de cada uma. Naquele momento fazem parte de um mesmo segmento, identificam-se com as histórias umas das outras e assumem relações de reciprocidade frente às necessidades que encontram em suas vidas.

Ao encontrarem-se presas entre outras mulheres, passam a construir e re-construir significados para suas vidas, sentem-se forçadas a alterar as prescrições até então reconhecidas e vividas como únicas. Em muitos relatos, deixam claro que conviver só entre mulheres – muito embora, o PFF conte com a presença dos agentes prisionais homens – é um desafio mesmo quando recebem as visitas dos companheiros e outros homens que compõem a parentela.

*Sempre soube que mulher é fofoqueira, mas aqui é demais. Elas não podem saber de nada, ninguém pode falar segredo nenhum, não existe segredo, por que se a gente briga, logo o segredo vira capa de jornal. Já fiquei numa cadeia que era junto com homem, não tinha nada disso (Quitéria).*

É fácil identificar quando procuram desconstruir a imagem da mulher que prioriza manter-se dentro do estereótipo do feminino. Segundo a grande maioria, ele corresponde a uma caricatura da mulher frágil, com medo de tudo, que é violentada pelo companheiro ou companheira, e que tem muitos filhos. Também são enquadradas nesse estereótipo, quem dedica a maior partes do tempo ao tratamento de beleza, com tintas no cabelo, esmaltes, penteados e roupas provocantes. É comum, igualmente, ouvir de outras que não se interessam por nada dessas coisas que isso é coisa de *mulherzinha*.

Mas quando procuram as características que correspondam a um universo ao qual sentem pertencer, algumas presas reafirmam clichês sobre o que entendem por ser homem e ser mulher, ligados às noções de masculino e feminino vigentes na sociedade.

Durante a produção de um filme que serviria a uma campanha de prevenção às DSTs/AIDS, Darci, uma das presas, preferiu fazer as fotografias. Em todo momento da filmagem insistia em demonstrar sua diferença em relação às outras, ficando por detrás da câmera: preferia não ser fotografada.

*Não gosto de estar à frente das câmeras e sim por trás. É melhor pra mim. E se prepara para participar do filme como barman.*

Embora a diferença seja reconhecida aqui como uma categoria construída, na performance de Darci ela se sustentava na diferença. A maioria das mulheres insistia em serem fotografadas. É uma diferença que, também aparece em outros momentos, quando se identificam com formas de expressão aproximadas das performances reconhecidas por elas como masculinas, as quais podem estar ligadas aos modelos já mencionados ou a outras regras recriadas na prisão.

Darci travestia-se e organizava-se, na relação com as demais, a partir de um modelo masculino de comportamento sexista. Ocupava e era colocada pelas demais no lugar do homem. Naturalizavam este lugar e atuavam numa linguagem performática, através das falas e das alianças entre si.

Para melhor compreender as relações de gênero que se estabelecem no PFF, Darci é um exemplo: mostrava tentar fugir dos olhos da câmera, que operava como fotógrafa e, nesta performance do masculino, preferia olhar para as modelos. As imagens que focalizava, a



desenvoltura com a máquina, seus olhares e gestos, seus comentários e os cuidados que tomava para não melindrar a companheira, eram expressões de formas de ser Darci.

Quando Darci falava dela própria – *...é melhor pra mim estar por trás* [das câmeras] –, desestabilizava as identidades reconhecidas pelas demais que se queriam fotografadas e que se “montavam” para a imagem. Com sua performance, ela desestabilizava o olhar heterocêntrico, pois se colocava em um corpo e em um nome<sup>92</sup> que não explicitavam uma identidade fixa (cf. BUTLER, 1991).

Paralelo às experiências registradas durante a produção do filme no presídio, algumas presas recém-chegadas afirmaram que são “forçadas” a realizar alguns favores sexuais para as demais. Havia, por parte de muitas presas, um medo velado de serem submetidas a práticas homossexuais como meio de serem respeitadas ou até se manterem vivas na prisão. Embora nunca tenha se confirmado nenhum caso de assassinato no PFF, era muito comum que as presas mais antigas na instituição ameaçassem as *novatas*, e uma das ameaças correspondia à desestabilização do que se pode chamar de identidade fixa de gênero.

Por outro lado, também são muitos os relatos de recém-chegadas que não abordam tais questões, o que indicou um outro importante organizador das relações: o parentamento. Primeiro, por que terminologias e expressões como: *casa, família; vizinha; filha; mãe; mulher; marida ou marido*, são recorrentes no dia-a-dia dessas mulheres. Segundo, as ameaças em torno da sexualidade correspondiam a uma das práticas rituais de iniciação no presídio, mas só eram submetidas a essas práticas aquelas presas que, ou atraem – sexualmente – uma das que já se encontrava presa há mais tempo (o que revela, também, um recorte geracional que empodera as presas com mais tempo de instituição, desde que sejam mais velhas) ou

---

<sup>92</sup> Escolheu um nome que pode ser utilizado por homens e mulheres, alterando seu nome de batismo.

comete alguma infração dos códigos de convivência, como mostrar afinidade com as agentes prisionais antes de ser apresentada ao segmento de presas mais antigo, p. ex., ou ainda, qualquer outra situação que signifique, para quem já está estabelecida, uma ameaça.<sup>93</sup>

As relações homoafetivas que podem tomar corpo no interior do presídio indicam mecanismos de agrupamento familiar ou de conjugalidade que, geralmente, não são veladas. Para a organização do Jornal Coisarada, cujo tema era amor na prisão, duas presas deram o seguinte depoimento:

*Quando vim pra cá, tinha medo de sapatona, violência, comecei a conversar com um rapaz da pública<sup>94</sup>, por telefone, depois descobri que ele era HIV, daí desisti dele. (Denise).*

*Tô casada há nove meses com uma companheira. Por casada entende: É ficar junto, no mesmo cubículo, na mesma jega<sup>95</sup>. Todo mundo aqui na penitenciária sabe que eu tenho uma companheira (...) Acho que o amor de duas mulheres é mais forte, porque tem um diálogo mais aberto, o meu relacionamento, com a minha companheira, é bem diferente. Eu não gostava nem da Cássia Eller, depois a minha irmã se envolveu com uma mulher, eu era contra, falei um monte, não gostava. Daí, vim para o presídio. Sei lá, eu achava que elas eram lésbicas, eu tinha nojo, ficava imaginando elas transando, o que elas faziam, achava nojento. Agora tive a experiência e vi que não tem nada a ver. Que era tudo coisa de rapaz pequeno. (Telma).*

---

<sup>93</sup> Não seria possível categorizar cada uma das possibilidades, pois são fluidas, transitórias e voláteis.

<sup>94</sup> Cadeia Pública. É comum comunicarem-se por telefone.

<sup>95</sup> Cama no dialeto do presídio.

A escolha de amigas e de companheiras de cela se dá por laços, ora de afinidade<sup>96</sup>, ora de afetividade<sup>97</sup> que, muitas vezes, são chamadas de “amor”. E, nas narrativas, atribuem ao fato de estarem presas muitas das situações mais afetivas que já viveram, como ser cuidada, ter com quem contar, com quem chorar e rir: *Por que só quem passou por isso é que sabe*, dizem elas.

Todas essas questões envolvem orientações, conhecimentos, visões de mundo que, trazidas da vida de antes da prisão, são ali recriadas e ressignificadas.

## **8. Sobre as regras de dentro e de fora da prisão**

A sensação é de que sempre que se descreve um dado grupo social, são ditadas regras<sup>98</sup>, as regras sociais que mantêm a dinâmica social do grupo estudado. No caso do PFF, as regras correspondem ao material vivo das relações e foi exatamente pela quebra de uma regra da vida social que as mulheres foram parar no presídio e é por elas – as regras – que irão se manter e buscar sair de lá.

Essas regras, no presídio, indicam quem pode ser amiga de quem ou morar com quem, mas também são contingentes como: o dia da faxina, o dia da visita dos filhos, o dia da visita íntima. Distinguem-se as regras de fora do presídio das de dentro.

Dentro e fora são palavras recorrentes. As pessoas que, de alguma forma, ocupam espaços na prisão (agentes prisionais, presas, direção, voluntários, pesquisadores, etc.) são diferentes uns dos outros por estarem dentro ou fora do presídio, segundo as regras que se

---

<sup>96</sup> Compreendido como uniões matrimoniais.

<sup>97</sup> Compreendido como relações de amizade que não correspondem às experiências de conjugalidade.

<sup>98</sup> Wacquant (2001b)

configuram no interior do sistema prisional, como também se diferenciam por estarem dentro ou fora da lei. Para as presas, dentro do presídio é fora da lei; dentro da lei é fora do presídio. A principal definição do presídio corresponde ao fato de manter em seu interior (portanto, dentro), pessoas privadas de liberdade, noção compartilhada por presas e pelos agentes do sistema prisional<sup>99</sup>.

### 8.1 Regras de fora

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (LEP), tem por objetivo *efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*. Nesses termos, a lei trata especificamente de constituir como objeto aquele que, por promover desarmonia das formas normativas das relações sociais, passa a ser considerado condenado.

Como já vimos, a condenação de quem está privado de liberdade implica em instituí-lo no sistema prisional, e cabe ao juiz, após ouvir a Comissão Técnica de Classificação (CTC), classificá-los nas várias formas de prisão<sup>100</sup>.

A diretriz norteadora da doutrina de execução penal detém-se à intenção de desenvolver um processo designado individualizador, ou seja, cada preso deve contar com um atendimento personalizado, que corresponda às necessidades das particularidades de cada processo. Dessa forma, o processo implica a execução de uma pena que corresponda à realidade do condenado, tanto no que se refere ao tipo de crime, quanto aos seus

---

<sup>99</sup> Direção e agentes prisionais.

<sup>100</sup> Nos regimes: fechado, semi-aberto; albergue; e aberto.

antecedentes e a sua personalidade. Eis os princípios classificatórios do Código Penal Brasileiro.

Uma vez classificado/a como interno/a este/a é encaminhado às instituições prisionais e lá, novamente, será classificado/a de acordo com aquelas características, e assim sucessivamente. A cada nova avaliação da CTC – quando essa comissão existe - o/a preso/a passa pelo mesmo sistema de classificação e se mantém dentro e fora de segmentos, já bem definidos e criados por essa categorização. Essas práticas, sobre as quais já se discorreu anteriormente, estão alicerçadas nos princípios ético-morais da forma legal vigente e, de certa maneira, regem a vida de cada cidadão, uma vez que normatizam as relações através de instrumentos burocráticos (desde o registro civil até as formas de matrimônio e as práticas de agrupamentos familiares). Entretanto, os grupos<sup>101</sup> uma vez categorizados, vivem a vida real num também sucessivo desmonte dessas classificações.

Fora e dentro da prisão as regras correspondem a normatização formal estabelecidas pelas instituições oficiais, enquanto outras regras que correspondem às formas de convivência e de sociabilidade em meio às práticas sociais nas quais a pessoa se constitui sejam construídas.

As regras de fora do presídio, trazidas e recriadas, são: as de convivência, as religiosas e as de higiene. Todas as regras passam a se redefinir de acordo com as rotinas da prisão, com o espaço físico disponível e com as normas institucionais. A noção de reciprocidade é primordial para a compreensão das regras de fora ou de dentro da prisão, a partir das relações entre as presas. Sempre que se referem a um episódio anterior à prisão, utilizam exemplos em que as obrigações recíprocas as constituem e as dignificam como pessoas:

---

<sup>101</sup> Aos quais estamos chamando de segmentos.

*Antes de vir pra cá, eu cuidava das filhas da minha irmã, porque ela puxou uma cadeia também, agora ela que cuida dos meus filhos. Também tem o fato de eu nunca ter faltado com nada para as crianças dela, né. Ela sempre me agradece, agora ta na hora dela fazer a parte dela...(Laura).*

Como assinalou Oliveira (2004), as obrigações de dar e receber vão além de afirmações de direitos das partes envolvidas. Elas simbolizam o reconhecimento mútuo da dignidade dos parceiros. No presídio, simbolizam confiança, um sentimento caro às presas, desde sempre, e que assume, no presídio, valor fundamental. Segundo Giddens (2002), trata-se de características da *alta modernidade*<sup>102</sup>, quando a confiança passa a ser o sentimento mais desejado:

O comportamento aceitável/apropriado/recomendado de hoje pode ser considerado de maneira diferente amanhã à luz de circunstâncias alteradas ou de novos conhecimentos. Mas ao mesmo tempo, no que diz respeito a muitas transações diárias, as atividades são rotinizadas com sucesso através de sua recombinação no tempo e no espaço. (p.126).

Embora a análise do autor faça um recorte econômico e tecnológico, fica claro que o sentimento das presas, no trânsito entre o fora e o dentro, corresponde a uma insegurança que as faz desejar situações em que possam confiar e sentir-se seguras. A rotina estabelecida pela instituição, portanto, não é um problema, ao contrário, contribui para a

---

<sup>102</sup> Conceito cunhado pelo autor, para definir o que outros sociólogos chamam de pós-modernidade, o que se entende por momentos históricos dinâmicos em que se configuram revoluções tecnológicas e formas de vida caracterizadas por uma espécie de insegurança ontológica (GIDDENS, 2002).

organização social interna, o estabelecimento e resignificação de regras, garantindo a confiança entre elas, mesmo que frágil e fluida.

## 8.2 Regras de dentro

No presídio, então as regras se constroem apoiadas na já citada demanda por confiança. As presas seguem regras de quando não estavam presas, por mais que as julgassem restritivas. Os grupos não só recriam regras, como também criam algumas outras sob os mesmos princípios que regiam seus modos de vida fora da prisão: não *olhar* para o marido de outra, quando vem visitar, não retirar nenhum objeto de uma cela sem consultar a proprietária, não interromper as conversas e, principalmente, não delatar.

Uma vez presas, passam a criar mecanismos de agrupamento que seguem o princípio da classificação: o de estabelecer quem mora com quem. São variáveis os exemplos deste princípio organizador.

Quitéria mora com Sônia (30 a., três de prisão, tráfico) porque ambas assumiram uma relação conjugal, logo após a chegada de Sônia, um ano depois de Quitéria. Segundo contam, Quitéria logo se apaixonou por Sônia e decidiu que morariam juntas, sem que a outra fosse consultada. Foi simplesmente escolhida pelas presas que já estavam lá. Na relação entre as veteranas, Quitéria precisou defender essa escolha. Sônia, diz ter se sentido, atraída por Quitéria, após alguns meses no presídio, e resolveu aceitar que “casassem” perante as demais. Primeiro, pediram para um dos agentes prisionais comprar <sup>103</sup> alianças de

---

<sup>103</sup> É comum que os agentes façam o serviço de compras para as presas. Dão o dinheiro e na semana seguinte têm o que pedem.

*compromisso*<sup>104</sup>. Com elas nas mãos, chamaram as amigas e contaram que estavam *juntas*. Quitéria tratou de anunciar que não admitiria nenhuma *gracinha com sua mulher*; festejaram com um bolo feito por Fernanda, e com muita música<sup>105</sup>. Assim, “assumiram” a relação que implicava, a partir dali: fidelidade conjugal e respeito das demais com a relação de ambas. Também definiram quem desempenharia o que na relação e Sônia passou a cuidar das roupas de Quitéria, que administrava a *fábrica* do presídio. No alojamento onde moram Quitéria e Sônia, moram também Zaira e Darci. Sônia ocupou o lugar de Marta (29 a., quatro de prisão, roubo) que foi transferida para outro alojamento.

Zaira e Darci também chegaram antes de Sônia e foram para o alojamento de Quitéria porque foram escolhidas, com outro critério: não eram *fofoqueiras*. Elas já se conheciam antes da prisão e não apresentavam, para Quitéria, nenhuma ameaça a sua postura autoritária.

Marta ficou contrariada com a transferência, no início, por ser protegida de Quitéria, mas chegaram a um consenso. Quitéria prometeu continuar sua amiga e convenceu-a de que morar com Fernanda que também era uma das presas que impunha suas vontades, lhe traria mais benefícios.

No presídio, essas mulheres repetiram, portanto, situações de fora; adaptadas ao novo contexto: o namoro, o casamento e a ida para uma residência, a partir dos contatos no pátio, nas atividades realizadas cotidianamente e nas mensagens sublineares emitidas através dos olhares, gestos e dos bilhetes que trocam entre si. Muitas vezes isso tudo acontece sem que a direção do presídio tenha conhecimento.

---

<sup>104</sup> Aliança de prata.

<sup>105</sup> Os estilos musicais mais escutados no presídio são: o funk, o rap, e o axé. Mas nesse dia ouviram também músicas que consideram românticas, principalmente pagode.



Os vários regimes de prisão previstos em lei – fechado, semi-aberto e albergue – não existiam no Presídio Feminino de Florianópolis no ano de 2003, o que levava todas as mulheres a cumprirem, juntas suas penas, sob as mesmas regras institucionais. Competia, então, às presas a função de classificar cada uma, uma vez que também a CTC não era presente no Presídio Feminino. Elas próprias se avaliavam e se escolhiam de acordo com as regras que estabeleciam para nortear-lhes a convivência.

As regras em que se apóiam correspondem, cabe repetir, a: *não dar mole para a carceragem* [não confiar nos agentes prisionais]; *não cagüetar* [não entregar nenhuma das pequenas ou grandes contravenções cometidas dentro da prisão]; *não mexer nas coisas de outra presa* [não furtar de outra presa]; *respeitar cada uma independente do crime cometido. cuidar do filho da outra como se fosse seu; não interferir na relação amorosa de nenhuma presa, sem se exhibir para companheiros ou companheiras ao circularem pelo presídio; não mexer com a visita de outra presa* [não se envolver em confusão com as visitas]; mas a principal de todas as regras é *não trair* a nenhuma das regras acima, nem a nenhuma das companheiras de prisão.

Cabe uma ressalva para os crimes que envolvem parricídio, violência em filhos ou pequenos furtos em lojas que, de acordo com seus critérios, desqualificam. Não recebem bem, tampouco fazem questão de integrar, presas que tenham se envolvido com um desses crimes:

*Aqui a gente tem que ser cega, surda e muda, senão perde a razão. (Fernanda)*

O dia em que Beatriz, 21 anos, chegou ao presídio, após uma ida ao Fórum, foi recebida por Cláudio (agente) e, antes de falar com ele olhou para os lados e percebeu que outras presas notaram que ela estava chegando. Falou com o agente num sussurro, ouviu quando uma das presas que estava no pátio gritou:

*...dá mole pra ele pra ti vê. Lá vem ela a fofqueira, é tão burra que acredita na boa intenção dos homem<sup>106</sup>. [quando Beatriz entrou, Marta, chegou perto e continuou:] fica dando mole pra carcereiro, pensa que eles vão te ajudar, aqui só quem pode se ajudar somos nos mesmo, se tu continuar assim, não vais ter ninguém por ti aqui... (Marta)*

A *cagueta* vale insistir, é aquela que ninguém quer ter por perto. Muitas vezes designam-se assim em tom jocoso, mas quando uma situação de conflito vem à tona, porque alguém deixou *vazar* uma história, ou um plano, ela é punida.

*Ontem o bicho pegou no Maracanã, a Márcia deu uma de X9<sup>107</sup>, é a maior caguetagem que eu já vi. Tava todo mundo escondendo uns copos que agente usou um dia que teve uma festa aí, nem lembro do que era a festa, sei que uma mulher, dessas tia que vem rezar aí, trouxe um bolo e distribuiu pra todo mundo refrigerante, só que faltou copo de plástico, mas na carceragem tem um monte de copo de vidro e elas deram pra nós. Quebraram uns dois copos e sobraram quatro, mas ninguém contou. Copo de vidro é artigo de luxo, então as gurias lá de baixo [moradoras do*

---

<sup>106</sup> Usou o termo homem, para referir-se aos agentes, da mesma forma como se referem aos policiais.

<sup>107</sup> Termo usado no meio policial para designar aquele que entrega para o bandido um plano de captura.

*Maracanã], esconderam e a bocuda da Márcia tratou de entregar o ouro para a carceragem que fez pente fino no outro dia, ela entregou por que ficou com medo que as mulheres de lá fossem matar alguém com o copo. Só se for ela agora. Deu chance pro azar, vai ver o que vai acontecer com ela. (Laura)*

Da mesma maneira, a bibliografia especializada GAUER (1999) vem mostrando que, nos espaços prisionais destinados à reclusão de homens, crimes como estupro e crimes em família repugnam, reconhecidamente, a maioria dos presos. São critérios que se explicam a partir das principais preocupações durante o tempo de reclusão: a família, os filhos, os companheiros.

*Quando eu cheguei aqui, eu morri de medo que todo mundo soubesse o que eu tinha feito [assassinou o pai], daí eu mesmo me excluía, para não precisar falar com ninguém, até que eu conheci a D. Xuxu. Ela foi super legal, me falou que todo mundo já sabia por que eu tava aqui, depois eu vi que todo mundo sabia mesmo. Muita gente me olhava de cara feia, e eu fica com um olho no padre outro na missa, por que qualquer vacilo sobrava pra mim. Até que aos poucos eu fui mostrando quem eu era, fiz umas amizade e agora ninguém mais brinca comigo, não. Eu tenho o maior respeito aqui, também acho que se eu tivesse matado a mãe ia ser pior. Por que mãe é mãe, né?! Daí nem eu aceito...(Fernanda)*

Mesmo que de alguma forma as presas fossem observadas e tivessem a galeria ou celas determinadas pela direção do presídio, elas se organizam entre si para escolher as companheiras de cela e de convívio diário. A direção do presídio sabe que é assim que

funciona e só exige que suas ordens sejam cumpridas quando entende que o descumprimento poderá causar danos maiores, tanto que costuma não se *envolver* nessas escolhas, pois afirma que elas mudam de *galeria* ou alojamento o tempo todo, *é só dar uma briga e já fazem a mudança* (Direção).

*Tem coisa que agente tem que fazer de conta que não ta vendo, como briguinha entre elas, algumas trocas, as escolhas para as celas, se for ficar encima de tudo que é coisa errada que elas fazem, ninguém fica fora da zero. Agora quando passam do limite, a coisa pega, elas vão indo, vão indo até se passar, daí tem que lembrar quem manda. (Nair - diretora).*

Assim sendo, como já mencionado, sempre que chega uma nova presa, as que já estão ali se reúnem em pequenos grupos de acordo com a proximidade das celas e avaliam para onde a novata deverá ir. Não é uma avaliação explícita e depende de quem está naquele momento conduzindo a conversa, bem como do tipo de crime cometido pela recém-chegada, a forma como se comporta, se procura fazer amizade, com quem faz, e de onde vem, já que as origens assumem importante significado na rede de relações que vão estabelecer no presídio.

Ocorre que, durante essa escolha de quem fica aonde, a *novata* enfrenta vários obstáculos, é preciso que ela prove ser confiável. As veteranas<sup>108</sup> a submetem a uma série de interrogatórios; circulam nas conversas até que grande parte já tenha informações que serão conferidas. Só então, os grupos vão se definindo por simpatizante ou não da *novata* e, em

---

<sup>108</sup> As que já se encontram no presídio há mais de 5 meses.

seguida, ela é adotada por uma ou mais presas e passa a compor uma galeria ou alojamento. Nesse itinerário de reconhecimento vão sendo eleitas as pessoas “tabu”, aquelas que não podem permanecer no convívio comum, o que se dá em verdadeiros rituais que garantem à *novata* a inserção no universo prisional, mas também define territórios, poderes que devem ser respeitados. É assim que se formam aos grupos e subgrupos, identificando-se com o ser de dentro.

Numa dinâmica semelhante à trazida por Nobeit Elias em **Os Estabelecidos e os outsiders** (2000), as que chegam, se não são reconhecidas por quem já se estabeleceu, passam por um processo de avaliação que as coloca na condição de estrangeiras até que, pouco a pouco, vão incorporando aos modos de operar no cotidiano e vinculam-se a alguém ou a um grupo que as recebe e do qual passa a fazer parte.

Do lado de dentro, já instalada em uma cela, a presa continua sendo avaliada pelas demais<sup>109</sup> que a classificam segundo, o estatuto<sup>110</sup> das presas. É testada a todo o momento com perguntas. De onde vem? Que crime cometeu? Já conversou com a diretora sobre seu tempo de prisão? Que pessoas conhecem? São perguntas formuladas no dia-a-dia, enquanto fazem atividades de rotina ou quando estão descansando. Embora todas possam fazer as perguntas, apenas as mais antigas residentes estão autorizadas a avaliar a “veracidade” das respostas.

---

<sup>109</sup> Trata-se do sistema panóptico sugerido por Foucault (1987): como mecanismo disciplinar, continua funcionando.

<sup>110</sup> Um conjunto de prescrições informais e dinâmicas, transmitido através de ações repressivas como violência física, furto de objetos, ameaças, e em conversas. Também fazem parte desse estatuto os códigos gestuais e as gírias da prisão.

Obedecendo ao princípio da senioridade, as mulheres que estão há mais tempo presas, colocam-se e são colocadas num lugar privilegiado de saber nas relações geracionais:

*Não é só porque ela ta a mais tempo que eu, eu também respeito por que ela é mais velha, sabe mais da vida e da vida na prisão...(Claudia)*

Fizeram parte desse grupo Fernanda, Quitéria, Dona Xuxu e Fátima. As três primeiras por já terem completado mais de quatro anos no presídio e nunca terem se envolvido em problemas a ponto de perder *regalias*, e também por imporem suas vontades, inicialmente com ameaças explícitas e mais recentemente por ameaças tácitas através de olhares e gestos; Fátima, D. Xuxu, por serem mais velhas assumem o lugar de conselheiras, já que não apresentam perigo para as presas e recebem bem as novatas.

Geralmente as avaliações se dão durante o dia, enquanto ficam sentadas pelo pátio ou mesmo nos alojamentos, quando estão realizando suas atividades. Também podem ocorrer durante a noite, deitadas em suas camas, na forma de sussurro. Esses “exames”, aos quais são submetidas as novatas, também definem e indicam atitudes das presas frente à vida: *peituda; laranja; mala; 171; desumana<sup>111</sup>, gostosa; caminhão; sapa; mamãe; vovó<sup>112</sup>*. A *peituda* é aquela que topa qualquer embate com a direção ou com uma das presas para fazer valer seu ponto de vista ou desejo. Toma a frente das outras nas reivindicações junto à

<sup>111</sup> Respectivamente: corajosa, quem paga pena no lugar de outra pessoa, quem causa confusão, enquadrada no crime de estelionato (artº 171 do CPB), aquela que para conseguir o que quer não se preocupa com as outras.

<sup>112</sup> Na mesma ordem: ideal estético de quem apelida, estigma da mulher com nítidas características do universo masculino (expressam-se no vestuário, gestos, discurso e olhares), aproxima-se do anterior, mas contempla todas as mulheres que fazem sexo com mulheres – uma abreviação de sapatão; a *mamãe* é aquela reconhecida como conselheira e que cuida das demais; de *vovó* são, as mulheres mais velhas do presídio, e geralmente aquelas que, além de mais velhas, estão envolvidas com o tráfico.

direção, mas também pode inventar uma história que não aconteceu para sobressair-se diante das demais, mesmo que outras saibam que sua história não é verdadeira. Simone, freqüentemente, era chamada de *peituda* por ter afirmado ao juiz de execução penal<sup>113</sup> que mataria novamente caso se visse ameaçada.

*Eu cheguei lá seca para avançar naquele homem [o juiz]. Ele fica só engrossando, nem olhava na minha cara, e eu ali, esperando que ele me concedesse uma liberação para uma saidinha<sup>114</sup>, tava tudo certo para ele dar, meu advogado, tinha preparado tudo, mas daí o homem me olhou, todo aquele tempo sem dirigir uma olhada, quando olha é pra fazer merda, me olhou e perguntou: Não vais sair para matar mais um não, né. Por que ele tinha que falar aquilo. Eu que já não sou de levar desaforo pra casa, nem tava pensando em matar ninguém, só queria a minha liberação para a primeira comunhão da minha filha, olhei bem pra ele e disse: Eu não me arrependo de ter matado, por que matei em legítima defesa<sup>115</sup>, e se me ver ameaçada mato de novo. Foi o suficiente para ele me mandar de volta e me deixar nesse veneno...*

A *laranja* é aquela que acaba indo parar na prisão porque se deixou levar em um crime que “não cometeu”, assume a culpa de terceiros ou é levada a cometer o crime acreditando que não o está. Um caso típico é o de Denise, pega com contrabando que levava para uma amiga – além de o lucro do contrabando ser para outra pessoa – *ainda vacilou e deixou a polícia pegar, deu bobeira (Cuca, 45 a., dois de prisão, receptação)*.

---

<sup>113</sup> Num processo ocorrem várias audiências junto a VEP.

<sup>114</sup> Uma semana em casa, durante o regime semi-aberto.

<sup>115</sup> O que não ficou comprovado no seu processo. Apenas levantou-se que serviu de isca para uma tocaia e acabou sendo indiciada e julgada como co-autora de homicídio.

Uma presa pode ser alvo de mais de um adjetivo, como é Beatriz, que é como diz Cuca *laranja, mala porque vive incomodando, e 171, não fala coisa com coisa e é muito mentirosa.*

*Desumana, é aquela que não quer ajudar ninguém, tu pode ta morrendo do lado dela, com fome e ela ta comendo um pão, ela não dá nem uma migalha (D. Xuxu).*

Os adjetivos de *sapa* e *caminhão* correspondem a características associadas à prática sexual e/ou trejeitos, também vinculados à sexualidade. A *sapa* geralmente é aquela que mantém uma relação homoafetiva, declarada ou não, e também trata dos cabelos, usa vestuário *feminino*. Já *caminhão* é como denominam aquelas que, além de manter relação homoafetiva, traveste-se de homem ou possui trejeitos *masculinos*: *anda de perna aberta, senta de pernas abertas e só usa calças e blusas largas (Cuca).*

Embora não haja interesse em realizar uma lista das classificações possíveis, tampouco em desconsiderar que todas essas identidades são cambiantes e se atravessam ou sobrepõem com muita fluidez, elas são variáveis importantes para a convivência no presídio. De certa forma, a maneira como as presas se chamam, se nomeiam, indica o mapeamento das sociabilidades que se inscrevem no cotidiano, demonstrando que essa prática da nomeação é experimentada em toda a amplitude da vida em sociedade.

Neste sentido, Françoise Zonabend (1981), ao se questionar sobre a escolha de nomes, (inclusive apelidos) observa em Minot-en-Châtillonnais, que o nome de cada pessoa designa sua origem e, muitas vezes, define seu futuro nas redes sociais. Esta reflexão ajuda a pensar como no presídio os nomes podem, falar de quem por ele é designado. Ao chegarem ao presídio, as mulheres trazem um nome, que pode designar sua origem no universo



criminal, uma vez que é comum encontrarmos histórias de gerações que se constituem na relação com os espaços prisionais. Mas, na prisão é comum a aquisição de novas nomeações mostrando, que indicarão seus lugares naquele espaço ou “comunidade”.

A exemplo do que sugere Zonabend (1981, p. 229), cada momento importante da vida no presídio é acompanhado de uma troca de nome: Ana (24 a., um ano de prisão, tráfico) chegou ao presídio pelas mãos da polícia civil. Veio transferida de outra unidade prisional, do interior de Santa Catarina. Antes de adentrar os portões, algumas presas já se movimentavam e aguardavam a *novata*. Quem estava no pátio interno do presídio já sabia que ela havia brigado na cadeia de onde veio. São informações que “circulam” pelo presídio, sem que jamais se possa identificar sua origem. As veteranas mostravam-se mais eufóricas que de costume:

*Tá chegando a “brigona” parece que vem de bonde<sup>116</sup> porque aprontou por lá... Vamos ver qual é, dizem que ameaçou a carceragem e rendeu<sup>117</sup> uma presa. Aqui ela não vai cantar de galo não. (Fernanda).*

Nesse momento Ana entrou no portão principal para ser levada à cela zero por uma das agentes. Enquanto passava no corredor ao ar livre que separa as galerias da carceragem, parecia estar em um desfile. Todos os olhares eram para ela, embora sem nenhum comentário. Havia um burburinho e em pares ou pequenos grupos as presas iniciavam o processo de avaliação daquela que chegava. A fisionomia de Ana estava abatida, era um

---

<sup>116</sup> Termo utilizado pela população carcerária para designar transferência de unidade prisional.

<sup>117</sup> Termo que significa ameaçar com arma, geralmente uma faca ou punhal, tendo contra o corpo a vítima que fica imóvel e serve de refém para uma fuga ou conquista de regalia.

pouco franzina e não demonstrava nenhum perigo, uma vez que estava algemada e sob o olhar atento do agente e do policial que a acompanhavam. Logo que Ana desapareceu do raio de visão de quem estava no pátio, Fernanda falou:

*Hum! É ruim hem. Essa aí não é de nada. É só dar uma olhada rápida e já dá pra ver que é uma “laranja”, devem ter arrumado uma presepada pra ela, maior cara de otária. (...) Aí pessoal pode esquecer por que essa aí não vai incomodar, viram a cara da brigona? Toda raquítica, nunca que essa aí rendeu alguém.*

Em poucos minutos Ana deixou de ser Ana para ser a *Brigona* e depois a *Laranja*. Enquanto estivesse na zero, viveria a liminaridade, como diria Victor Turner (1974). E as veteranas estariam esperando para colocá-la à prova. Como em rituais de passagem que, Ana seria desqualificada e rebaixada frente às demais e diante da carceragem para que pudesse assumir um novo lugar na hierarquia social local.

Cinco dias depois, no pátio, em meio às demais presas, Ana parecia estar à vontade, e embora lá tivesse contra a sua vontade, agora dizia estar bem. No presídio onde estava houve uma tentativa de fuga e todo mundo da cela teve que *pegar o bonde*. Já estava alojada com Fernanda, Sandra e Marta. Passou a fazer parte do grupo das mais antigas (e mais respeitadas) e deixou de receber os apelidos de *brigona* e *laranja* para ser chamada pelo seu nome. Pouco depois mudou de galeria em razão de um conflito com Marta, que tentara seduzi-la, conforme ela mesma dizia.

Como observou Sá (1996, p. 181), a passagem da liberdade para o cativo – no contexto prisional – *exige dos neófitos a sujeição a rigoroso e doloroso ritual de entrada*.

Entretanto, no caso de Ana, não houve nada tão doloroso, embora seus relatos sobre o conflito com Marta tenham demonstrado que colocou em risco a própria vida por não ceder aos seus assédios:

*Ela ficava atrás de mim 24 horas, não dava um sossego, eu cheguei a pedir para a direção me trocar de cela, mas nada. Até que a Fernanda foi legal e pediu para a Márcia trocar comigo.*

A idéia de que os rituais de passagem no presídio servem, fundamentalmente, para demarcar o mundo entre os livres e os reclusos, estabelecendo diferenças que caracterizam dois grandes blocos: os presos e os agentes prisionais – teorias que vêm reforçando a concepção de instituição total cunhada por Goffman (1961) – não tem ajudado a pensar os eventos no presídio feminino de Florianópolis. Muito embora essa passagem, a entrada no presídio, também sirva para distinguir ou constituir identidades, pertencimentos, não é um elemento fundamental. Os rituais de passagem aos quais são submetidas as presas parecem visar, sobretudo, a sociabilidade, a convivência, a “sobrevivência” e um pertencimento, não necessariamente vinculado às características repressoras da máquina institucional, já bem descrita pela literatura sobre prisão.

Se, por um lado, ficou claro que a chegada à prisão é marcada por uma despersonalização, é realizado uma espécie de ritual de iniciação<sup>118</sup>, entre as mulheres. As que já se encontram presas, nessa repetição, se empoderam, se identificam, se fortalecem e, em última instância, reconhecem a situação de presas. Como foi visto, Fernanda tem

---

<sup>118</sup> No modelo esboçado por Van Gennep (1977), é um meio de regulamentar e vigiar para que o grupo social não sofra nenhum dano na busca da unidade.

reforçado seu poder quando somente ela foi capaz de tranquilizar Ana e de conseguir-lhe a ida para outra galeria, bem como manter Marta afastada, com ameaças. Ana passou a ser protegida de Fernanda que, em breve, na hora certa saberá cobrar o favor e, assim, repete-se a dinâmica da construção e reforço de identidades e pertencimentos sociais.

A noção de pertencimento a este coletivo, entretanto, não se restringe a esse “ritual”, pois acontecerão vários outros ao longo da estada na prisão. O coletivo se apresenta através de uma diversidade de formas de experimentar a vida de presa.

Aos poucos, a mulher presa vai conhecendo as regras do novo território, apropria-se do espaço e passa a fazer parte dele como agente. Neste espaço/território, a mulher que chega também é reconhecida pelas que lá estão. De um lado as veteranas, que procuram obter rapidamente informações sobre a recém-chegada, de outro a novata, que procura reconhecer o território, buscando possibilidades de vínculo, solidariedade e confiança. As veteranas mantêm uma postura de avaliadoras: chegaram primeiro, são as *donas do pedaço*<sup>119</sup>. Também quem está chegando utiliza-se de estratégias para fazer-se bem-vinda. Trata-se, especialmente, de constituir e confirmar vários grupos e não apenas dois: o de fora e o de dentro. Estar dentro nem sempre corresponde a não estar fora, pois nas regras que vão estabelecendo para o convívio cotidiano, entre outras coisas está a possibilidade de dialogar com o fora, pois as perspectivas de futuro e a manutenção na prisão dependem dos familiares, do advogado, de amigos (as), traficantes, entre outros.

Se em Minot, como observou Zonabend (1981), somente no momento da morte um indivíduo pode recuperar todas as suas identidades, no PFF a presa recupera suas nomeações, conseqüentemente, suas outras referências de pertencimento, no momento em

---

<sup>119</sup> Sobre a noção de estar no *pedaço* e *ser do pedaço*, ver Magnani, 2003.

que é admitida como presa. No campo do simbólico, o acontecimento, pode ser compreendido como uma morte, pois quando está foragida, coloca-se a dúvida, presentificada nos documentos que compõem os autos do processo, de que esteja viva. Como comprova a história de Ana, experimenta-se uma liminaridade para depois experimentar o pertencimento a um segmento.

O fato de as relações se constituírem a partir da nomeação, relaciona-se, entre outras coisas, com os processos de constituição de identidades híbridas<sup>120</sup>, as quais se fazem pela demarcação dessas diferenças. Ocupar um lugar não significa nem exclusividade, nem permanência definitiva.

## **9. O nome das coisas e a produção dos meios de sobrevivência**

Assim como as pessoas, cada coisa tem seu nome. Não se nomeia nada, nem ninguém ao acaso. Assim como a cama, no PFF, há um vocábulo especial para nomear outros objetos. Importa, antes de qualquer coisa, entender qual a finalidade dos “novos” nomes de coisas, situações ou pessoas.

Uma cama, como já foi dito, é a *jega*. Pode ser um beliche ou um colchão sobre laje de cimento que se estende para fora de uma das paredes da cela.

No PFF palavras são inventadas para denominar coisas como cama, corda, carta, vaso sanitário; e sentimento, como traição – *jega*, Tereza, *catatau*, *boi*, *cagüeta*, respectivamente –,

---

<sup>120</sup> A noção de hibridiz é usada para reforçar a principal característica da constituição de identidades que é a permeabilidade, o que garante o cruzamento de inúmeras influências culturais. Ver Hannerz (1997).

entre outras, fazem parte não só de um “jeito” entendido como “particular” de nomear o mundo naquela situação, mas indicam as relações que se produzem na prisão.

Essas novas palavras, geralmente, são encontradas em outros presídios. Podem, entretanto, serem circunstancialmente inventadas pelas presas e, nesses casos, precisam indicar o objeto, pessoa, sentimento ou situação, a partir das características tidas como próprias. A escolha das palavras depende de uma lista criada pelas presas que, então, vão definir a mais adequada, o que poderá ocorrer em uma cela, entre duas ou três presas ou em um grupo maior, no pátio ou no refeitório.

Se essas palavras também existem em outras prisões e não fazem parte da língua corrente fora do presídio, salvo entre aqueles com alguma relação com o sistema prisional, é porque elas permitem a identificação de pessoas que convivem/vivem nesses espaços. Através dessa linguagem, agentes prisionais, presas e presos, visitas, direção (e pesquisadores) identificam-se, compartilham situações, acontecimentos, sentimentos, enfim, significados.

Se, por um lado, a invenção vocabular permite preservar o que querem manter em segredo dos agentes prisionais, por outro, passa a fazer parte do vocabulário de todos aqueles que convivem dentro do presídio. Não se preocupam em manter em sigilo seus significados das palavras, mas em garantir os silêncios que permitem, sim, ocultar.

Essa prática de dar nomes e apelidos expressa não só a necessidade de constituição da pessoa, mas garante relações construídas através delas. Dar nomes às pessoas e às coisas produz alguns efeitos discursivos que mediam as relações entre as pessoas, seus lugares e o campo de suas afinidades. Como vimos anteriormente, quando estão sendo procuradas ou quando chegam à prisão, as mulheres são identificadas pelos seus nomes.

Quando a polícia chegou à casa de Quitéria dando-lhe voz de prisão e revistou-lhe, era chamada por seu nome de batismo. O nome foi escolhido por sua mãe que, para fazer uma homenagem a uma amiga, deu seu nome à filha mais velha. Quitéria então era chamada pela polícia por seu nome e sobrenome, mostrou seu registro de identidade e foi levada até a delegacia para prestar depoimento e, em seguida, foi levada ao presídio feminino por uma ordem judicial. No presídio foi apresentada à direção como Quitéria. Dias depois era reconhecida por todas as outras presas, pela direção e pelos agentes prisionais por um apelido, ao qual não fazia objeção. Como brigava muito e ameaçava de violência física sempre que se via ameaçada, passou a responder pelo apelido de um lutador de boxe. Mas cada vez que recebia visita de sua mãe era lembrada de seu nome. Em outras palavras, os nomes estão ligados às relações. Mundo novo, nome novo.

Quitéria não foi a única a receber apelido no presídio. Ele pode estar relacionado a uma característica do comportamento na prisão ou ao crime pelo qual responde, mas também pode ser o mesmo da rua, i.e., de fora da prisão.

Algumas narrativas indicam que muitas já se conhecem antes de chegar ao presídio e que ali mantêm relações próximas das que já mantinham fora dele. Sobre isso Eliane e Simone, nos dizem:

*... a gente já era vizinha, eu conheço a Eliane desde pequena, ela era chamada assim por que a irmã dela antes de saber falar direito deu esse apelido, daí todo mundo do morro conhece ela por esse apelido.*

*É eu acho que se chegarem lá perguntando pelo meu nome mesmo, ninguém vai saber quem é (risos).*

*Às vezes é bom ter gente conhecida aqui, principalmente como eu que é a primeira vez que tô puxando uma cadeia.*

Elas se pautam, na prisão, na relação de vizinhança também pré-existente e mantêm contato com o mundo “fora”, através das famílias de ambas, que atualizam as notícias e as apóiam com alimentação, produtos de higiene e cigarros, que trocam entre si. Tais situações sugerem que, nesse espaço, mais do que novas, as práticas são resignificadas.

#### **10. A Casa e a rua: o universo doméstico e os negócios do mundo**

A casa é identificada por Da Matta como expressão não apenas de um espaço geográfico, mas de um lugar de práticas sociais e, exercícios éticos e/ou morais incluídos nessas práticas; *domínio cultural institucionalizado e, por causa disso capaz de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens ...* (Da Matta, 1997). Nessa etnografia assumiu um papel importante, na medida em que é para lá que a presa corre em busca de sossego; e é de lá que corre quando está fugindo da polícia, que a procura justamente em casa.

No presídio, a casa é representada pela cela, muitas vezes pela *jega*. Ao entrar numa cela encontra-se uma série de objetos que tornam este lugar “familiar”. Não são só objetos, mas fotografias, cores e tecidos que podem ser reconhecidos como coisas que revelam a que ali mora.

Foi descrito cada um dos tipos de moradia que se encontram no PFF: ambientes de dois períodos que permitam identificar as modificações do espaço físico e das relações. A



cela *zero*, que tem a porta blindada como única abertura é aquela para onde ninguém deseja ir. Lá, portanto, ninguém se considera em casa, mas estão dentro, se vêem na rua quando estão no solário<sup>121</sup>, onde geralmente ficam sós ou com mais uma; caso em que já tratam de fazer alianças. A cama é de cimento, diferente das demais que são de madeira.

Todas chamam de casa o lugar onde dormem, que pode ser cela, alojamento ou *jega*. Nas galerias A e B, como descrito anteriormente, as *casas* possuem dois beliches, um em cada parede lateral, onde estão imagens de artistas de TV, famosos; fotos suas e da família, de um namorado, marido ou da companheira. Há sempre um banco ou uma mesa onde depositam pertences como perfumes, pentes, roupas, enfeites e outros objetos pessoais – tudo territorialmente dividido, a fim de contemplar a todas; na casa dividem tarefas de limpeza, manutenção e organização.

Uma dentre elas é a “chefe” da casa, não no sentido usual, mas no de dar a última palavra sobre uma nova moradora ou a transferência de uma antiga. Na galeria “A”, cada cela possui uma abertura na parte superior da parede de fundo e uma porta de ferro com uma abertura na altura aproximada de 1,60 m, por onde os agentes prisionais se comunicam com as presas na cela (o que geralmente ocorre a partir das 20 horas, ou quando estão de castigo por alguma infração). Na “B”, as janelas são maiores, tamanho, encontrado em uma casa comum, com grades de ferro, e volta-se para o pátio central do presídio. Também contam com portas de ferro como as outras.

No berçário, a casa das presas com filhos bebês ou próximas de dar à luz, havia cinco camas de solteiro, com um berço ao lado de cada cama. Havia, também, outros móveis, tipo

---

<sup>121</sup> Espaço ao ar livre, cercado com grades, inclusive por cima, onde as presas que estão na *zero* pegam sol uma vez ao dia.

camiseiro, onde acomodavam seus pertences e os do bebê; é uma casa com cheiro de bebê, e objetos que indicam a presença de criança (chocalhos, enfeites, móveis, etc.). É um espaço de passagem, (no máximo 6 meses), pois após esse tempo a criança será encaminhada para uma família e a mãe volta (ou passa) a ocupar um dos outros espaços. Mesmo assim, houve casos em que, após a entrega da filha para a família, a presa permaneceu no *berçário*, pois não havia espaço em nenhuma cela.

O *berçário* é cobiçado por muitas que lá se sentem mais protegidas ou com mais regalias, pois as crianças precisam de sol, ficam mais tempo na *rua*. Todas ajudam a cuidar das crianças<sup>122</sup>. O espaço é ventilado por duas janelas em tamanho convencional, com grades e uma porta de ferro. Em 2006, o *berçário* foi transferido para o espaço, onde funcionava a oficina, dando lugar a um novo alojamento: o seis.

Existem os alojamentos externos, i. e., separados das galerias A e B, sendo o *berçário* um deles os outros: o *Maracanã*, a *Clínica*, o Três, o Quatro e o Cinco.

No *Maracanã*, distribuem-se em torno de 12 beliches. Em tempo de superlotação muitas mulheres dormem pelo chão. Cada beliche tem uma cortina que o separa dos demais, uma espécie de dossel que, segundo as presas, garante a privacidade de quem está deitada.

Na cabeceira do beliche são pendurados roupas e enfeites. Também colam na madeira da cama fotos e imagens de homens e mulheres famosos. Durante o dia ficam sentadas pelo chão do alojamento, entre os beliches, montando grampos de roupa ou peças de telefonia. Não contam com ventilação e a luz é fraca, tornando o alojamento abafado e escuro, onde as relações são permeadas por muitas disputas, discussões e *fofocas*, razão pela qual leva o nome de *Maracanã*. Sobressaem as presas que impõem suas idéias facilmente.

---

<sup>122</sup> Ver também Fonseca (2002).

Na *Clínica*, como já foi visto, existem quatro beliches, dois de cada lado. Entre eles há uma espécie de corredor, uma janela que abre para o pátio interno do presídio. Encostada à janela, uma mesa apóia um fogareiro, onde fazem suas comidas. Residem nesse alojamento as presas com idade avançada. A idade mínima é de 50 anos, e a máxima, 68 anos, podendo variar de acordo com a população. Também podem ser encontradas mulheres mais jovens que estejam necessitando de acompanhamento médico mais intenso. As acomodações, assim como no *Maracanã*, são isoladas com cortinas e muitas roupas ficam empilhadas sobre as camas. São poucas as imagens coladas nas paredes. As presas da Clínica ficam mais tempo cozinhando, conversando no pátio e deitadas<sup>123</sup>. São reconhecidas como as avós do presídio. Algumas servem de conselheiras para as mais jovens – principalmente prestando apoio na solidão, na saudade da família.

Há enfim, as casas dos alojamentos, ou os alojamentos-casa. São espaços menores e acomodam cerca de 6 mulheres cada. Neles as características de organização não são muito diferentes das vistas nas galerias A e B. Por agruparem maior número de moradoras, apresentam diferenças que correspondem às tomadas de decisões e as divisões de tarefas. Pode ocorrer que em um desses alojamentos se acomodem pessoas da mesma rede de parentesco (irmãs, filhas e mãe, p.ex.), ou podem fazer do alojamento um espaço que reproduz cenas do cotidiano doméstico em uma casa. Sendo lá o lugar onde tratam de assuntos que mais ninguém fica sabendo, como sentimentos, desejos, tentativas de burlar as normas.

---

<sup>123</sup> Esses são comportamentos bastante comuns em todas as acomodações, mas nesse alojamento há uma exacerbação da fadiga e do ócio.

No Quatro encontram-se as presas em regime semi-aberto, que podem passar grande parte do dia fora do presídio, realizando trabalhos em empresas ou mesmo no sistema prisional, vivem algo semelhante a quem está na zero, mas no sentido inverso: estão prestes a sair.

Abaixo, a tentativa de categorização que procura relacionar a terminologia utilizada oficialmente pela instituição e outra, utilizada no cotidiano do presídio.

<b>CONVENÇÃO OFICIAL</b>	<b>CATEGORIA NATIVA</b>
Cela: Galerias A e B (2003)	Casa
Alojamento (2003)	Berçário
Cela (2003)	Zero
Alojamentos (2005)	Maracanã
Alojamentos (2005)	Clínica
Alojamentos (2005)	Três, Quatro, Cinco e Seis.

Para uma das mulheres, o que a faz decorar a cela daquela forma, com as imagens pela parede e as poesias e frases escritas na madeira da cama ou nas portas de ferro é a saudade. Para aliviá-la pediu aos familiares e amigos que a visitam que trouxessem objetos que tornam a cela familiar, podendo, então, ser chamada de casa.

A saudade é um sentimento presente na vida em prisão. Sua expressão está não só nos objetos que lembram a família e a ela conectam, os filhos, os amigos ou os desejos realizáveis fora dali. Está, também no choro, no adoecimento inexplicável e repentino, nas canções que ouvem e cantam e nos calendários colados nas paredes. A dor faz parte desse cotidiano.

Muitas vezes, a casa é a cama, especialmente quando lembram a intimidade, que não pode ser compartilhada com outras. Por outro lado, quando se referem a uma situação ou objeto na coletividade, a casa é a cela ou a galeria. Essa distinção entre casa/cama e casa/galeria/alojamento, é circunstancial, já que depende do momento e das situações a que se refere. Na casa/cama podem morar uma ou duas presas, quando optam por manter uma relação conjugal. Ali só quem entra, isto é, senta, são os convidados. Ela também abriga os acertos sobre a chegada de uma nova presa, ou uma eventual quebra das normas do presídio.

Em uma casa moram pessoas que, por razões diversas, se afinam. Como fora do presídio, na cela não estão pessoas que, sem a menor afinidade, coabitam. Isto significa que é preciso entender como a casa chega a ser casa no coletivo e quando uma cela e uma cama podem ser chamadas de casa. Para tanto é necessário entrar em contato com os sentidos de

rua, que ora servem para designar o pátio dentro do presídio – espaço compartilhado por todas as presas e funcionários – ora servem para designar os espaços fora da prisão.

Numa análise que vai do geral ao particular o presídio é a casa em relação à liberdade. “Fora” significa estar livre, enquanto “dentro” remete à prisão. Mas quando se trata das relações de dentro do presídio, a casa pode ser a galeria, na relação com as presas dos alojamentos e pode ser a cela, na relação com as presas da mesma galeria; pode ser a cama na relação com as companheiras de cela.

Eis um esquema que procura relacionar a noção de casa em situações correspondentes ao “dentro” e ao “fora”.

<b>DENTRO</b>	<b>FORA</b>
Presídio	Casa
Galerias/Casa	Pátio/Rua
Alojamento/Casa	Pátio/Rua
Cela/Casa	Galeria/Fora
Cama/Casa	Alojamento ou cela/Fora

Um dado importante para compreender a questão é que, com raras exceções essas mulheres (aproximadamente 10, em um universo de 36), possuem muita intimidade com a rua, fazendo dela o lócus de suas existências. Fora do presídio suas práticas cotidianas compreendem o trânsito constante nas ruas da cidade ou no local onde moram, a fim de

garantir a própria sobrevivência e a de sua família. Associado ao tráfico, a atividade de ambulante ou de prestadora de serviços em casas de outras pessoas, o trânsito é a norma.

Elas são diaristas, ambulantes, pedintes, prostitutas, garçonetes, como na poesia de Chico Buarque de Holanda: *Assumem formas mil/Uns vendem fumo/Tem uns que viram Jesus...* Na rua, muitas vezes essas mulheres fazem parte de uma população nômade que circula em busca de “oportunidades”<sup>124</sup>. Fora do presídio, suas casas podem ser num bairro, num terreno dividido com pessoas da parentela, num quarto alugado, numa pensão, num prostíbulo ou num *mocó*<sup>125</sup>.

Ocorre que, no presídio, a casa passou a simbolizar também o lugar seguro que a casa “da rua” (fora do presídio) muitas vezes não é. Assim, quando não desejam interagir, permanecem nas celas. Quando querem chorar, relacionar-se com seus objetos, ler ou escrever cartas procuram a “privacidade” que a cela ou a *jega*<sup>126</sup> oferecem.

Ao serem visitadas pelas agentes prisionais ou outra pessoa qualquer, em caso, por exemplo, da inspeção de reformas nas celas, puxam a cortina do beliche para não serem vistas, atitude justificável: *ela tá assim porque soube que não veio o indulto*<sup>127</sup>, *tá no veneno, não quer falar com ninguém, daí fica ai, sozinha...*

A partir de Giddens (2002); Dumond (2000) e Velho (1990), é possível pensar no indivíduo como experiência da sociedade moderna ocidental que legitima lugares sociais e que assinala um caráter individualista em suas práticas, que se caracteriza por relações marcadas por uma cisão entre coletivo e indivíduo. Cabe dizer que, na prisão, a necessidade

<sup>124</sup> De emprego, de sobrevivência, de ganhar ou roubar algo.

<sup>125</sup> Esconderijo ou abrigo de quem vive na rua.

<sup>126</sup> Não seria o presídio o único lugar onde muitas experimentam o intimismo tão cultuado na sociedade moderna?

<sup>127</sup> Recurso do Código Penal que pode liberar sentenciados após um período longo de detenção. É sempre concedido a uma coletividade e assinado pelo Presidente da República ou autoridade local, por ele nomeada.

dessa experiência individualizante passa a ser fundamental para a convivência e a constituição de pessoa.

As presas não ficam sem se agrupar em duas ou mais e tornam esse comportamento uma experiência familiar. Vivem o coletivo e o individual de forma bastante interligada e procuram garantir, através de estratégias, como mencionada acima (fechar a porta do quarto ou da casa), para estarem sozinhas. Reclamam com muita freqüência da pouca privacidade.

*A gente não pode fazer nada que sempre tem alguém olhando, por isso que fica todo mundo nessa nóia<sup>128</sup>... Quando sai daqui demora até sair pela rua sem ficar pensando que ta sendo vigiada, não é só pela carceragem, não. Aqui todo mundo vigia todo mundo.*

Se nas sociedades ocidentais e modernas ou pós-modernas, a prática panóptica (Foucault, 1987) tem sido uma marca e a prisão sua expressão mais comum, as presas viverão esse dilema com freqüência. Ao se inscrever num campo de intimismo no qual elege confidentes e parceiras, a mulher na prisão passa a imprimir sentido à sua própria experiência como presa. A casa viabiliza o contato com o doméstico. São enfeites na cama, nas paredes e roupas empilhadas, tornando cada uma delas diferente na prática comum que é ter a casa. Trata-se também de uma possibilidade de intimidade, privacidade, dentro de uma situação de extrema e violenta exposição, não apenas da parte da carceragem ou do sistema prisional, mas entre pessoas.

Para dividir essa casa, como a outra, só as pessoas de confiança – o que consideram amizade tem, como principal critério, a confiança – pois uma vez presa tudo que é dito ou

---

<sup>128</sup> Sensação de estar sendo perseguida.



ouvido tem alto valor no “mercado prisional”. Por essa razão é comum que pessoas com crimes iguais ou situações processuais semelhantes se agrupem. Na aproximação pesa, igualmente, o fato de se conhecerem antes da prisão.

Durante todo o convívio com essas mulheres, fica visível a busca pelo grupo, pela interação e o horror diante do isolamento ou da exclusão total. Assim sendo, no presídio todas as presas têm uma casa. Em uma situação corriqueira, são comuns diálogos como o que segue:

*- Você trouxe a coca, mas não trouxe os copos. Pega o meu lá em casa.*

*- Tem faca pra cortar o bolo?*

*- Só na cozinha, pede pra Simone.*

*- Lá em casa também tem pratinho que eu pedi pra Gil trazer...*

O que chama atenção nesse diálogo é a expressão das relações do cotidiano, que podem ser vividas em qualquer lugar, no presídio ou fora dele. Mas, também importa o que não é dito e pode ser inferido. Onde está a rua? O que se cala é que a casa dentro da prisão simboliza a vida fora dela, a rua. É, ao mesmo tempo, o lugar mais seguro e mais vulnerável, na medida em que guarda coisas, histórias e verdades sobre quem nela mora.

Sempre que paira sobre as presas alguma desconfiança, o primeiro lugar a ser violado é a “sagrada” casa, da mesma forma como quando estão sendo procuradas pela polícia, antes de virem para a prisão. As revistas realizadas, freqüentemente, são temidas em geral, porque sempre há algo a ser escondido na casa: desde um alicate de unhas, uma arma,

drogas, até uma carta comprometedora. Mas também coisas inofensivas que podem ser recolhidas. Tudo depende da relação que têm com quem revista e/ou com a gravidade do que é encontrado em outras casas, o que indica que são as relações que formulam as regras. Direção e agentes prisionais conhecem o temor que causa a revista. Necessitam preparação sempre que a realizam, pois sabem que entrarão no mundo do privado, vão mexer, bagunçar as casas, sobre tudo quando realizam o que chamam de *penete fino*.

É uma forma de vingar a sociedade pelos crimes cometidos. A revista nas celas corresponde a um ato limite dentro do presídio, sendo a imagem que mais caracteriza a vida prisional. Uma invasão que não deixa dúvidas sobre os lugares institucionais que cabem a cada um. Em dias como esse os ânimos ficarão alterados. São momentos de grande tensão.

Apesar de toda a familiaridade construída nessa casa, apesar da privacidade que ela permite, uma invasão pode significar atraso da volta à rua. É lá que “trocam idéias” e informações, conversam, discutem, trabalham. Na rua olham para o céu e não vêem limites; sonham com a liberdade individual no coletivo. Na rua firmam contratos, trocam objetos, relacionam-se com o *fora*. A rua no presídio sugere o contato com a sociedade ampliada. É onde recebem suas visitas, advogados e solicitam suas compras. A rua, dá sentido à casa, na medida em que nela se agenciam suas performances. Uma cela só é chamada de casa quando necessitam delimitar seus lugares na relação entre presas e entre elas e a carceragem.

Em um diálogo com uma estagiária que recém chegou ao presídio para desenvolver um projeto de pesquisa, uma das presas, Berenice, diz: *Esta é a cozinha, lá fica o Maracanã* (galeria onde cumpre sua pena). O nome deveria instigar a estagiária, curiosidades, a quem cabia inquirir, sobre a razão do nome. Como não perguntou nada, Berenice repetiu o nome da

galeria inúmeras vezes. A palavra, pois provoca e busca a constituição de vínculos sociais, a reciprocidade que se estabelece no contato com um outro. Berenice necessitava, simultaneamente, avaliar o grau de confiança possível e gerar a curiosidade que viabilizasse a comunicação entre dois mundos, que se pensam separados. Depois que a estagiária partiu, ficou a pergunta sobre as razões do seu desinteresse sobre aquelas mulheres:

*Ela também não queria saber muita coisa! Acho que não vai nem voltar. Elas chegam aqui pensando que a gente é monstro, daí se assustam quando vê um bando de mulher igual a elas. Muitas eu já vi até na night. (Berenice).*

Fica claro que, dos estranhos, espera-se não só um interesse em “descobrir” seus códigos, como – principalmente – o estabelecimento de um espaço para compartilhar alguns deles. Talvez se conheçam, gostem da night, pois, acima de tudo são mulheres.

Nas observações de Berenice sobre seus seres-fora-da-prisão, surge a compreensão mais geral de que casa se opõe à rua e o dentro se opõe ao fora. Diferente da estagiária, Berenice entende, e buscou, o encontro (e não a oposição) entre o presídio e o fora dele; entre o antes e o depois da prisão.

## **11. Estranhas amigas e vizinhas de jega: o aparentamento dentro do presídio**

As mulheres no PFF afirmam que sofrem a influência direta da detenção e das modificações do cotidiano em suas relações de parentesco. Podem ser vistas, pela parentela,

como destruidoras do lar que trazem, vergonha para a família. Mas, a prisão também pode agregar.

Acabam encontrando, entre elas, a possibilidade de criar relações que as remetem às relações familiares anteriores. Constituem laços, ora de afinidade, ora de amizade que se estendem para fora do presídio. Uma das mulheres presas conseguiu apresentar sua companheira de cela para seu irmão solteiro, os quais se tornaram namorados. Agora, ele vem visitá-las sempre que pode.

*A Quintina passou a fazer parte da minha família. Agora ela é minha cunhada.*

As relações de parentesco, como mostra Claudia Fonseca em **Família, fofoca e honra**, são espaços de trocas além de serem uma “estratégia de sobrevivência”, e expressam um sistema de ordenação dos comportamentos, dando-lhes sentido à uma trama absolutamente lógica. Como diria Heidegger, em **Ser e Tempo**, *há uma psico-lógica nas relações entre as pessoas*. O irmão solteiro, apresentado para a amiga solitária e desiludida desde que foi *abandonada* por seu companheiro cuja *bronca*<sup>129</sup> assumiu, também ajudou a irmã a estreitar os laços com sua amiga que agora, além de confidente, cúmplice e parceira durante o tempo na prisão, passava a ser parente. Criavam-se, laços de parentesco, dando suporte as suas existências na prisão.

---

<sup>129</sup> Conflito com a justiça. Assumir a bronca do companheiro implicou assumir sozinha o crime de tráfico de drogas, pois seu companheiro era o dono do ponto onde foi dado o flagrante.

*O que alivia essa nóia da cadeia são as amigas que a gente faz, que dá para contar quando a coisa pega. Se não é isso, a gente mata um, enlouquece aqui dentro. (Quintina)*

A saudade, nunca é demais insistir, é freqüentemente a explicação para o choro, ou solicitação de contato com a família. Esse sentimento deve-se, também, a uma sensação de total solidão e desamparo inerente à condição de reclusa. Aliados a práticas sociais conhecidas por essas mulheres são fatores que as levam a se juntarem, transformando muitas vezes suas relações de companheiras de cela em relações familiares.

Um dado importante é que muitas delas já se conheciam antes de chegar ali. São conhecidas da rua ou de outros presídios, onde as relações entre as presas se aproximam de arranjos que conhecem quando fora do presídio. É o que diz Betina (20 a., um ano de prisão, furto):

*Eu já conhecia a Gabriela, lá de fora, ela teve uma história com um primo meu, depois deu um galho nele com um amigo, isso é sujeira, mas os homens também não são flor que se cheire, eles aprontam um monte. Mas agora ela ta aqui, se meteu com outro mala que botou ela numa roubada. Eu não! To aqui porque fiz consciente, não fui atrás de homem nenhum. Agora nós somos irmãs, aqui todo mundo é irmã, irmãzinha, todo mundo ta na mesma onda. Na hora de se ajudar a gente só pode contar com as companheiras aqui...*

Além disso, se existe uma certa proximidade entre suas formas de viver, é que muitas vezes, são da mesma classe social, do mesmo bairro, família. Betina também sugere que a

reciprocidade tem significativa importância, o que ressurgiu quando relatam as situações que as levam a ser amigas ou inimigas.

A família é apresentada como problema e solução, uma categoria utilizada com frequência, mas com significados bastante distintos. São diversos os seus modos de ser e os sentidos:

### FAMÍLIA DE SANGUE

Associada à *família de sangue*, de onde se originam, geralmente referem-se à mãe, ao pai, à irmã, ao irmão, filhos e filhas. Relações consangüíneas e de afinidade, constituídas por pai, mãe, irmã, irmão, filho, filha.

### IRMANDADE NO CRIME

Uma família também pode designar relações de amizade que tomam a forma de irmandade. Descrita na literatura especializada e no presídio feminino, a irmandade corresponde ao conjunto daquelas que se denominam, porque se sentem, irmãs. Essas relações caracterizam-se pela conveniência e circunstância. São representadas com mais intensidades pelas mulheres envolvidas em crime de tráfico. Correspondem à criação de uma irmandade em torno das atividades criminais e da defesa diante da polícia e da justiça. A principal base dessas relações é a confiança.

### CASAMENTO

Também pode designar relações por afinidades, i. e., parte de uma união informal. São companheiros, ou companheiras, que se consideram marido ou mulher. São relações afetivas escolhidas, eleitas. Baseiam-se na vontade de constituir uma família, de querer estar com o outro, compartilhar e dividir os sonhos. A paixão, aqui também, dá início a essas relações que, ao se manterem, são consideradas amor.

### NOVA FAMÍLIA

Finalmente, outro modelo de arranjo familiar corresponde às uniões que se iniciam e firmam durante o tempo de prisão. É possível encontrar, dentro do presídio mulheres que possuem laços consangüíneos. Há, também situações em que participaram do mesmo crime e por esta razão tornam-se cúmplices a ponto de se definirem como “irmãs no crime”. Pode ocorrer que uma se apaixone pela outra e que se unam matrimonialmente. Também podem estabelecer aliança com outros membros da parentela que está fora do presídio.

Para algumas dessas mulheres a família é um problema.

*Não tenho com quem contar, sempre fui sozinha, e meu marido também ta preso, tenho um filho, que ta na casa da minha mãe, mas ela já disse que não vai me devolver; tem outra que ta com a madrinha, e dois que o juiz tirou de mim (...) A minha mãe só atrapalha, por que ela vai no juiz e diz que eu não posso ficar com meus filhos... (Beatriz).*

A dinâmica vai desde os embaraços com a *família de origem* – representada pela mãe –, com o casamento e a relação com a justiça que a impede de exercer os cuidados dos

filhos. Não se reconhece participante das relações, mas indica que elas possuem grande influência em seu estado de humor dentro do presídio.

A família também pode trazer problemas e colaborar com o desânimo e a sensação de solidão.

*Eles só vêm aqui pra me trazer problema..., vem me falar que a mãe do pai dos meus filhos ta querendo pegar a guarda deles, eu não posso fazer nada aqui e a minha irmã que podia me ajudar só fica de fofoca, acho até que ela tá ajudando a velha... (Zaira)*

Há o compromisso com a *família de sangue*:

*Preciso mandar dinheiro, porque senão morrem de fome, minha mãe ficou cuidando dos meus filhos [4], mas ela precisa do meu dinheiro para dá o que comer pra eles...Aqui fico sem nada.(Laura)*

A família, no entanto, pode ser a solução para algumas:

*O que eu tenho de mais precioso é minha família, pode mexer comigo, mas não mexe com ninguém da minha família. Se não fosse a minha mãe ....., ela é a única que vem me visitar. Ficar aqui sem visita é uma nóia...(Quintina)*

*Meus filhos são tudo pra mim, só tô viva aqui ainda porque penso neles todos os dias...(D. Xuxu)*

*Eu me arrependo de tudo que fiz, porque minha família sofreu muito, agora eles é que estão dando um jeito pra eu sair logo. Precisa ter alguém lá fora em cima dos advogados, senão a gente mofa aqui...(Fátima)*



Na medida em que são descritas as formas de essas mulheres se entenderem com os familiares, não é possível perder de vista que as relações entre elas são atravessadas por outras, que estabelecem com diversas pessoas. A noção de família, no entanto, é fundamental para perceber que o universo prisional mantém a vontade, a busca pelo agrupamento familiar. Mesmo quando a família de sangue é vivida como um problema, ainda é a ela que se referem, é por ela que sofrem.

Quando, entre si, constituem uniões matrimoniais – *novas famílias* –, entendem que para manter uma relação conjugal é preciso compartilhar a mesma *jega*, trocar juras de amor, encontrar nas outras a legitimidade da relação, através do compadrio. As madrinhas do casamento são escolhidas em meio àquelas que compartilham a mesma cela ou que são confidentes do casal. Fundamentalmente, essas relações se constituem com base na confiança e na experiência de residirem na mesma casa.

O casamento corresponde à ida de uma das duas para a cela da outra, ou a qualquer outra situação de intimidade que poderá ser compartilhada por outras presas, como a apresentação dos cônjuges ao coletivo, isto é, confirmação de uma relação que se está instituindo. Para Laura, Quitéria morre de ciúmes de Sônia, tal qual seu “*marido*”, Sônia, *não pode participar do grupo*<sup>130</sup>, *porque Quitéria fica de cara amarrada. Elas não se desgrudam.*

A confiança está presente e é muito importante na vida dessas mulheres. Deixam de se falar entre si quando há dúvida sobre a confiança que depositam umas nas outras. A *cagüeta* é a aquela em quem não se pode confiar porque delata para a agente prisional, ou para a diretora, as combinações ou os comportamentos que não querem formular, que são segredos.

---

<sup>130</sup> Projeto Vôo para a Liberdade.

Aquela que delata é evitada pelas demais e assume o mesmo lugar da “fofoqueira”. Às vezes, já chegam no presídio com essa “fama”, isto é, já são assim conhecidas nas comunidades de onde vêm.

## A CONFIANÇA

Para as mulheres presas, a confiança é um valor central e estruturante nas relações, dentro da prisão e fora dela. Contam também com a confiança para não serem esquecidas ali dentro. É a noção que embasa todas as relações entre elas. São categóricas sobre os motivos que as levam a se unirem, tornarem-se amigas, companheiras:

*Aqui é difícil confiar em alguém! Ela é minha amiga, porque confio nela! A primeira regra aqui é: não pode caçuetar, mas tem gente que entrega mesmo, ai se ..., não tem amor a vida.... A pior coisa é a traição, eu to aqui porque me traíram. Não dá pra confiar demais, se ta aqui é porque boa coisa não é...*

O significado da confiança corresponde à possibilidade do silêncio diante de qualquer infração das regras do presídio ou de fora dele. Confia-se naquela que vê e não delata e é por isso que se pode pensar que tanto quanto as palavras e os jargões, o silêncio também é um meio de comunicação dentro do presídio. Indica, inclusive, lugares na hierarquia das relações, pois quem fala menos pode ocupar dois lugares que se opõem, ora o de chefe ora o de excluída:

*...tem quem fica quieta demais, mas ta sempre de ti-ti-ti com as agentes e com a diretora – nessas não dá para confiar.*

Mas o fato de a fofoca ser alvo de desqualificação entre elas, não significa que não tenha seu lugar no presídio. Quem é tomada por *cagüeta*, embora não seja bem vista pelas demais presas, é da confiança dos funcionários do presídio. Se a *fofoca* que faz diz respeito a uma tentativa de fuga ou à entrada de drogas, ela acaba sendo protegida pela instituição. Mas, se a *fofoca* diz respeito a uma situação pontual da vida de uma das outras mulheres, da sua vida fora da prisão ou de sua conjugalidade: será, igualmente, desqualificada pelos funcionários que fazem eco às demais presas. Geralmente essa presa é banida do grupo com o castigo do *bonde*, isto é, são transferidas para outra instituição prisional.

No presídio a fofoca ocupa lugar de destaque. A *cagüeta* é aquela que todas desprezam e que serve de divisor nas relações do dia-a-dia. No presídio uma fofoca pode ter pena de morte, na medida em que representa a total quebra de solidariedade e confiança, gerando, muitas vezes, violência física.

A categoria da amiga pode assumir, portanto, um sentido duplo. Trata-se, por um lado, de uma relação extremamente valorizada e, de outro, circunstancial:

*hum, amiga?! Agora não aparece ninguém pra me visitar. Só eram amigas no tempo da vaca gorda...*

Para melhor compreender as relações entre essas mulheres, é preciso conhecer suas relações com os filhos, a família e a vizinhança.

## 12. Quem batiza quem: da chegada às acomodações

Um filho tem grande significado na vida da presa. Sendo assim, dar um filho para o batizado implica uma atitude reflexiva antes da decisão que é sempre muito difícil de ser tomada. Quem escolher para madrinha? Qual o nome da criança? Novamente, o que está em jogo é a confiança naquele ou naquela que batizará o filho. Escolher alguém para madrinha do filho significa:

*... confiar em alguém que, na sua ausência, cuidará de sua filha ou seu filho com o mesmo amor,...(Simone).*

Trata-se, portanto, de uma relação de confiança, que depende das sucessivas experiências em que se colocam em xeque as possibilidades de confiar na outra.

Laura, após um debate sobre uso de preservativos, anunciou publicamente que estava grávida. Demonstrava certo receio em assumir a gravidez diante das profissionais que as haviam orientado sobre métodos contraceptivos. É quando as importantes questões do nome e da madrinha ocupam as mulheres no presídio. Dar o nome de alguém ao filho é uma forma de convidá-la para ser madrinha. É comum que pessoas que passam a freqüentar o presídio na qualidade de visitas e voluntárias de entidades religiosas, bem como de ONGs, sejam

convidadas para batizar os filhos das presas.<sup>131</sup> O batismo é tema muito freqüente nas conversas do *berçário* e pode também servir, para definir situações em que passam a se considerar irmãs, filhas ou mães.

O próprio ritual de chegada pode ser compreendido como um batismo, pois permite à nova presa fazer parte do coletivo das mulheres do presídio. Esta aceitação inicial será, entretanto, “confirmada” ao longo do período de reclusão.

Ao ingressar no presídio, essas mulheres passam a fazer parte de um novo particular/universal e será necessário assimilar e produzir significados. O cotidiano, para estas mulheres, parece indicar a experiência diária, seus trânsitos nas esferas pública e privada. É este o “caldo” no qual estão mergulhadas as relações e que anuncia uma dinâmica particular do PFF.

### **13. Família e parentesco: as afinidades, as visitas e as trocas**

Na cela 3 da Galeria A moram Sônia e Quitéria. Estão no presídio, onde se conheceram há um ano. Dois meses depois solicitaram à direção morarem na mesma cela. No início sofreram muito. Sônia não aceitava estar apaixonada por uma mulher e achava que era a “falta de homem” que a *perturbava*. Quitéria já tinha tido uma companheira que estava em liberdade, que a visitou nos três primeiros meses de prisão, e desapareceu, razão pela qual não queria envolver-se com outra pessoa. Depois de “assumirem” que gostavam de estar juntas e fazer planos para depois que saíssem da prisão, passaram a ser respeitados pelas

---

<sup>131</sup> Neste caso específico, a intenção de Laura era de dar o meu nome à filha ao mesmo tempo em que alertava para a possibilidade de me convidar para madrinha, uma vez que perguntou algumas vezes se eu tinha afilhados.

outras. Eram tratadas como casal, o que minimizou constrangimentos quando da visita das famílias, que desconheciam a relação.

Sônia tem três filhos de um casamento já terminado antes de sua prisão. Era a primeira vez que respondia a um processo privada de liberdade. Sua preocupação em relação a sua união com Quitéria era a opinião dos filhos. Durante as visitas deles, Quitéria procurava aproximar-se, brincando, oferecendo-lhes doces e mantendo-se por perto, de forma muito solícita. Suas companheiras no presídio incentivavam essas estratégias de aproximação e torciam para que pudessem contar para as crianças sobre seu relacionamento amoroso.

### **13.1 Sobre as afinidades**

Os vínculos firmados entre as presas, durante a estadia no presídio, pautam-se, principalmente, pelas formas de pensá-lo, de ver-se – no espaço prisional e nos modelos de mulher – presa, mãe, filha, companheira, irmã, cunhada.

No processo de “iniciação”, as presas se aproximam umas das outras de acordo com suas afinidades, o que permite identificar modos de viver a prisão. Vale ressaltar que podem combinar-se de diferentes formas, ou seja, o pertencimento é, também no presídio, múltiplo e dinâmico.

Entre os vários segmentos, um se destaca por representar os principais posicionamentos e reivindicações na prisão: denuncia desrespeitos e violências da parte da carceragem; acompanha os resultados de suas demandas; observa a postura, as reações dos de “fora” diante das informações. Ele exerce um certo poder de representação de todas frente à instituição.

Outro segmento reúne as mulheres mais populares. Elas que ajudam as outras a pintar os cabelos; a se “produzir”. Avalia quem chega sob o ângulo da estética. É importante para elas que se esteja bem vestida, o que significa que não se deve exceder nas cores nem nos acessórios. Mas é fundamental usá-los. Tudo isso é comparado e desejado. Ocupam-se igualmente de festas, de aniversários, as danças no pátio e da identificação de recém-chegadas, que também parecem valorizar aspectos pessoais.

Um terceiro segmento é formado por aquelas cujas práticas as coloca como pouco confiáveis. Mostram-se sempre dispostas a trazer dados “fresquinhos” sobre a vida de todas na prisão e rompem seguidamente o pacto do silêncio, o que as coloca sob suspeita em situações onde as *fofocas* ganham espaço no jogo das relações institucionais.

Beatriz, evitada por grande parte das presas, comenta:

*A senhora sabe, não dá pra confiar muito em ninguém aqui, né? A Fernanda, por exemplo, já matou o pai, vive arranjando confusão, mente um monte.*

Ao ver outra presa que se aproxima, interrompe a conversa e mostra, claramente, que a fofoca é conversa, em que falam uma das outras, com a intenção de alertar ou desqualificar.

As formas de aproximação e de estabelecimento de relações, portanto, apóiam-se no compartilhar, ou não, comportamentos e/ou projetos para o futuro, levando a relações de muita proximidade e cumplicidade ou de muita hostilidade. Há presas que não se enquadram nessas categorias : são as presas que procuram obedecer a todas as regras e colocam-se à disposição da instituição, sempre que solicitadas.

### **13.2 As visitas**

No presídio, os dias de visitas são sempre festivos. É quando as mulheres se “conectam” com o mundo de fora. Todas esperam ansiosamente as notícias, o contato e os utensílios que recebem com as visitas.

As visitas mais freqüentes são de mães, filhos e filhas, irmãs e cônjuges, nessa ordem. Somente familiares de primeiro grau podem fazer visita as presas. Todos passam obrigatoriamente pela revista, dos agentes prisionais do mesmo sexo, que quer identificar e verificar os objetos que trazem consigo.

O horário de visitação vai das 8h30min às 11h, durante a semana. Cada alojamento recebe visita em dias alternados. Os visitantes devem, obrigatoriamente, estar calçando chinelos de dedo. Antes de entrar no Presídio propriamente dito, são encaminhados até a sala de revista onde deixam, na ante-sala, pertences como, bolsa, carteira, celular, acessórios. Os produtos trazidos para as presas são vistoriados. A vistoria corresponde à abertura de todas as embalagens. Os objetos são retirados de dentro dos recipientes. Um *shampoo*, por ex., será repassado para outro recipiente; um bolo será cortado em vários pedaços. O objetivo é averiguar se, escondem algum objeto.

Uma vez revistados os produtos, o/a visitante entra na sala de revista, onde deverá despir-se. A roupa também é fiscalizada, assim como o corpo do/da visitante. No caso de uma mulher lhe será solicitado que se abaixe e levante por três vezes. O espelho no chão da sala permite verificar se algo está escondido na vagina.

Uma vez descartadas as irregularidades de qualquer espécie o/a visitante, receberá um carimbo no punho direito, seu passe para entrar no presídio.



Nos dias de visita as hostilidades e afinidades se intensificam e expressam-se de diversas formas. É o caso de Quitéria e Sônia; as outras presas procuram fazer de tudo para que não tenham problemas com as respectivas famílias; Mirna que recebeu a visita da mãe vê, cinco minutos depois, uma de suas companheiras de alojamento abordar assuntos que ela gostaria de ocultar, causando-lhe problemas na relação com a mãe e com a outra presa.

Embora festivos, os dias de visita são, também, permeados de sentimentos antagônicos que tornam as relações tensas.

*Dia de visita a gente nunca sabe o que pode acontecer, nesse lugar, nunca se sabe. Uma hora tá tudo bem, de repente parece que o caldo entorna e parece que explode. É como uma panela de pressão. De uns tempos pra cá até que tá calmo, mas já vi um dia que todas as visitas foram retiradas por que uma louca resolveu sair gritando que ia se matar. (Fernanda)*

*Quem não tem visita fica sempre mal, é péssimo porque parece que ficam gorando nossa visita. (Sandra)*

*No dia de visita, tento fazer de conta que está tudo bem, porque meus filhos já ficam triste só de me ver aqui, imagina se eu for chorar para eles? Eu me arrumo bem, me perfume e fico esperando, mas o que me faz sofrer é saber que eles têm que passar pela revista, é muito humilhante. (Zaira)*

No início da pesquisa, as visitas ocorriam em dois dias da semana. A partir de 2005 cada alojamento ou galeria recebe suas visitas em dias alternados, visto que a superpopulação não permite que as visitas sejam em um único dia.

Dona Fofa é mãe de Quintina e veio visitá-la depois de cinco meses sem ver a filha. Chorou muito quando a abraçou, trouxe-lhe roupa e produtos para higiene pessoal e diz:

*Eu nem acredito nisso que aconteceu com a minha família, eu sempre falei pra Quintina que aquelas pessoas que ela andava não eram de bem. Ela caiu numa cilada, andava pela rua, parecia que não tinha família, por que ia atrás dos amigos, agora ta aqui. Mas acho que ela ta bem, ela até engordou, por que era seca como uma vara, acho que nem comia, às vezes eu passava dias sem ver a Quintina.*

Assim como Dona Fofa, outras vozes de visitantes encontram na responsabilização de terceiros uma maneira de aceitar as condições da prisão de um membro da família.

Muitas vezes, durante a visita, as relações são ampliadas. As presas apresentam suas companheiras e amigas na prisão aos familiares que as visitam. Sugerindo, a possibilidade de continuar a relação pós-prisão.

*Oh, filha, essa aqui é amiga da mãe, já combinei com ela, se ela sair antes de mim ela pode ficar uns dias lá em casa, porque ela é de outra cidade. (Berenice).*

Outra modalidade é a visita íntima, dos cônjuges, o que só é permitido mediante a comprovação de matrimônio, leia-se certidão de casamento. Essas visitas são submetidas a um rodízio, podendo ocorrer quinzenalmente<sup>132</sup>, dado que existe apenas uma cela adequada afastada do prédio das galerias e alojamentos. Ali o casal poderá passar em torno de duas horas, fechados e vigiados por um policial que ficará do lado de fora, junto à porta. Esta cela assemelha-se a um quarto de casal, com uma cama de concreto prolongando a parede à

---

<sup>132</sup> O que varia de acordo com o número de presas com certidão de casamento.

esquerda da porta. Ao fundo do quarto há um banheiro. Nas paredes, além de desenhos de corações com os nomes do casal, há cartazes de campanha contra DSTs/AIDS.

Após a saída dos visitantes o clima do presídio muda. Muitas presas se acomodam em suas camas choram. Querem isolar-se. Outras – geralmente aquelas que estão há mais tempo no presídio – querem colocar as novidades em dia. Repetem as notícias que receberam e escutam as demais, mostram e trocam seus novos pertences.

### **13.3 As trocas**

Todos os produtos trazidos pelos visitantes são entregues às presas, salvo aqueles que estão fora das regras. Além do que recebem, adquirem produtos com o dinheiro que a família traz ou que recebem pelos trabalhos no presídio. Eles podem, por sua vez, ser usados como moeda de troca em transações comerciais entre elas, ou servir para agradar uma companheira.

Um dia após o horário da visita, Quitéria e Nair no pátio, trocam o que haviam ganho de suas visitas:

*Olha ela trouxe macarrão, mas tenho muito, não tens ai uma salsicha? Eu tenho lata de sardinha, quem quiser trocar por farinha de trigo, que quero fazer um bolo amanhã, to aceitando. Vou dar um pouco de shampoo pra Janaina por que ela nunca recebe visita.*

Esse diálogo indica o clima de “feira”, no presídio, depois das visitas. É comum, igualmente, nos dias que chegam as compras que encomendam de um mercado que fornece para o presídio.

O cigarro, moeda de alto valor no presídio, não é trocado no primeiro dia. Mas, até que se abasteçam novamente, há momentos em que trocam qualquer coisa por cigarro. Existem as presas que não fumam, mas são poucas; as que fumam acreditam que o cigarro ajuda a acalmar e segurar a *cadeia*.

As trocas são importantes para estabelecer ou manter relações no presídio. É a partir delas que as relações se mantêm ou cessam e, muitas vezes, acabam por definir os critérios de confiança.

#### **14. Troca de objetos, de grupo, de idéias e de mulheres**

Como já vimos anteriormente, a confiança é palavra corrente no presídio e está sempre associada à experiência de maior ou menor intimidade. Para Sônia:

*Só dá para falar determinadas coisas da vida da gente para alguém que se confia muito, por isso só a Quitéria sabe de mim aqui, porque foi ela que desde do início me ajudou, e acreditou em mim. (Sônia).*

Para viabilizar a troca é necessário um clima de confiança:

*Olha! A Beatriz ta querendo trocar um pijama por uma blusa que eu tenho, ela é muito olhuda né? Com ela não adianta, não vou trocar nada, depois ela ainda sai falando mal, se duvidar ainda vai cagüetar que eu é que quis trocar. (Zaira)*

*Isso, não troca não, ela é muito falsa. (Denise)*

Alguns dias depois desse episódio, Denise estava com a blusa que Zaira não quis trocar com Beatriz. Zaira ganhou, na troca, uma carteira de cigarros.

As presas trocam também de grupos, como já foi mencionado. No dia em que Fernanda reclamou notícias de seu filho que está com a madrinha que desapareceu, muitas presas abandonaram seus grupos para fazer parte do de Fernanda por solidariedade.

Foi o caso de Eliane e Silvia, que não gostavam de Fernanda, e moravam com Úrsula que também não gostava dela. As duas também têm filhos e afirmaram que não podiam imaginar a possibilidade de acontecer a mesma coisa com elas. Por solidariedade trocaram de alojamento.

Configuram-se, igualmente, relações políticas, que se sustentam nas práticas de reciprocidade entre as presas. As trocas não são meras trocas, indicam que ali há um código que impõe a troca, da qual depende a convivência no presídio.

Assim como objetos e lugares trocam-se idéias, na conversa, no bate papo do pátio, sobre a forma de entender o mundo.

*Quando cheguei aqui eu pensava totalmente diferente (...) eu achava que a justiça funcionava, que iam logo ver que eu agi em legitima defesa, mas o tempo foi passando, já estou um ano e nada da sentença. Na conversa com as outras mulheres eu vejo que tem gente honesta que não precisava ta aqui (...) Eu troquei totalmente de idéia, da idéia que eu tinha da cadeia e da que eu tinha da justiça. (Silvia).*

Essas trocas podem ter implicações profundas na vida das presas, uma vez que as relações que permitem estabelecer no presídio transcendem seus muros. Ocorre que as presas passam a assumir posturas frente à realidade prisional e ao próprio crime cometido que podem ir contra as relações lá de fora. Nesse caso, poderão “trocar” de lado, como veremos a seguir.

### **15. Parente é Serpente: quem vai visitar a presa? Relações hostis e de máfia com a família que vive do crime**

Em dias de visita, portanto, o presídio assume características muito peculiares, sobretudo porque receberão a família, já para algumas presas, a família é problema e preocupação. Cada vez que um parente chega ao presídio, é uma *caixa de surpresa a gente nunca sabe o que pode acontecer*, diz Fernanda. Ela se refere a uma briga com a sogra sobre sua saída do presídio e ilustra a inconstância dos humores no local. Fernanda teria direito a uma regalia de cinco dias, mas a sogra não quer recebê-la. A discussão com a sogra terminou com um pedido para que não viesse mais visitá-la.

Outro episódio conflituoso, relacionado à família, foi vivido por Sandra:

*Eu já não quero mais saber, se eu for pra lá [casa da mãe] eles vão me pegar [traficantes], tem até um primo meu envolvido, não adianta: a dívida na justiça a gente paga aqui, mas a dívida lá de fora, não tem jeito, é lá mesmo que a gente resolve. Eles têm medo de mim porque sabem se eu quiser eu meto a boca e eu tenho medo deles porque se eles quiserem eles me matam, e a família não vai nem procurar, porque tem gente da família envolvida.*

Mesmo que alguns autores afirmem que máfia é sinônimo de uma organização muito específica e com origem na Itália, as relações entre familiares e amigas, no presídio, assemelham-se à lógica mafiosa: o crime corresponde a conservar limpa a honra, proteger os códigos, aos quais se sentem pertencer, mantendo o poder de grupos estrategicamente localizados.

A família de Maria, por exemplo, é conhecida nas várias instâncias públicas porque se mantém, há muitas gerações, na mendicância. Marta, sua avó, veio de Caçador para Florianópolis, na década de 1970. Passou a trabalhar de doméstica, mas não ficou por muito tempo nesse ofício. Logo se instalou no Morro do Mocotó, uma das primeiras favelas em Florianópolis. Casou-se aos 19 anos e teve 10 filhos. Ficou viúva e casou novamente, e teve mais três filhos: um destes é a mãe de Maria (Tânia). Tânia também trabalhou como diarista, mas depois passou a pedir dinheiro nas ruas centrais de Florianópolis, assim como suas irmãs e irmãos. Desde muito pequenas, ainda bebês de colo, as crianças eram levadas para as ruas para a mendicância.

A família de Maria, reconhecida pelos profissionais da assistência social e pela polícia por seu sobrenome, percorria o itinerário da mendicância: descer o Morro do Mocotó por volta das 10h da manhã. Instalavam-se, nos bancos da Praça XV de Novembro, preferencialmente com um bebê no colo, esmolando. Cada vez que viam a polícia ou alguém que representasse o poder executivo, deslocavam-se pelas ruas. Seguiam assim até a noite, quando voltavam para o Morro. Os garotos guardavam carros pelas proximidades do Mercado Público e Av. Hercílio Luz.

Assim como os K. (a família de Maria), outros grupos familiares seguiam o mesmo itinerário. A partir dos anos 90, com a implantação de vários órgãos de controle de direitos, como o Conselho Tutelar e SOS criança, essas famílias passaram a sofrer maior pressão para tirar suas crianças das ruas. Mas, também sofriam pressão de grupos de tráfico das suas comunidades para aumentar suas rendas, o que ajuda a manter o prestígio na comunidade e o próprio fornecimento de drogas como maconha e craque, uma vez que muitas já eram usuárias.

Maria foi parar no PFF após já ter passado por instituições de internação para adolescentes. Teve sua primeira filha aos 15 anos e muitas vezes foi levada das ruas para abrigos porque estava mendigando, com sua filha pequena nos braços. Até que a Justiça da Infância destituiu-a do poder familiar. Como não foi possível identificar o pai da criança, ela foi colocada para adoção. Maria teve mais três filhos e os perdeu. Além da acusação de tráfico que recaía sobre ela, drogava-se em frente às crianças e de as mantinha por perto enquanto traficava.

A família K., portanto, passou a integrar a rede de tráfico a partir dos anos de 90. Já teve muitos de seus membros presos enquanto muitos outros já morreram em decorrência das brigas do tráfico, ou de doenças associadas ao vírus HIV.

*...a minha irmã Tê, morreu de overdose, mas ela já estava jurada de morte. No tempo que ela mandava na rua que era bom, ninguém mexia com a gente, agora, tá tudo diferente, porque não tem mais em quem confiar cada dia a pessoa tá de um lado.*



Embora o poder de que falam não seja o de inserção na sociedade, como nos casos clássicos da máfia italiana ou americana (Camorra ou Cosa Nostra), as relações se assemelham, na medida em que fazem pactos e juras para se manterem numa microscópica rede de poder, na qual o volume de dinheiro, trabalho, função, saber, e facilidade de trânsito social não são avaliados isoladamente. Há um conjunto de características que exprimem de quem é a vez de mandar na rua ou no presídio. Essas peculiaridades definem o indivíduo dentro e fora da prisão. Relações, que se iniciam em liberdade, influenciam diretamente o cotidiano das presas. Pode ocorrer que mulheres do mesmo grupo familiar estejam presas no mesmo local e não se falarem, por conta de alguma vendeta de família, mas também pode haver no presídio inimigas de seus segmentos. Esses são os fatores que levam a direção do presídio a interferir nas acomodações.

Lupo (2002, p. 12) afirma que o termo máfia é polissêmico, e se *refere a fatos diferentes segundo os contextos, as circunstâncias, as intenções e os interesses de quem usa*. No caso desse trabalho, que concorda com o autor, trata-se de uma máfia que se mantém, pela organização no crime (nos processos de tráfico de drogas e contrabando de produtos comerciais), mas também por configurar uma relação entre negócios do crime e poder, dando lugar uma série de favoritismo, *regalias*, clientelismo e ilegalidade.

### PARTE III

#### ARREMATANDO

##### 1. Quando a pressão abre a panela, o caldo entorna

*... de repente parece que o caldo entorna e parece que explode. É como uma panela de pressão. De uns tempos pra cá até que tá calmo, mas já vi um dia que todas as visitas foram retiradas por que uma louca resolveu sair gritando que ia se matar. (Fernanda)*

Na tentativa de dar um ponto final no texto que teima em não acabar, surge a primeira imagem um estabelecimento prisional: eram homens e mulheres que ocupavam o espaço do regime semi-aberto da Cadeia Pública de Itajaí, pessoas, com nomes, sexos, com cores e desejos. Foi quando surgiu a necessidade de compreender como conseguiam conviver num lugar aparentemente tão inóspito.

Aos poucos ficou claro que, embora não fosse qualquer pessoa que poderia ser presa, era também muito fácil prender alguém, pois as formas de exclusão social legitimam o isolamento de quem atrapalha. Retirava-se-lhes, em suma, o direito de viver, pois nada é mais aniquilador, que retirar do indivíduo o direito de ir e vir.

O estudo considerou a necessidade de conhecer as formas de coerção e punição que se instalavam na prisão, ou seja, a violência que poderia surgir a qualquer momento nas ações de um preso ou uma presa ou de um agente prisional. A fala de Fernanda leva,

exemplarmente, a pensar nessa dubiedade que reside na prisão: é calmo e explosivo ao mesmo tempo.

A grande panela, que é a prisão, não “cozinha” só violência e crime, não quer cozinhar o que estava cru, mas mantém em ebulição um caldo denso que só entorna quando mergulhamos nele. Só através desse mergulho pude ampliar meu olhar e encontrar histórias de vidas, encontrar organização no cotidiano e, principalmente, escutar os sons de “dentro” e conhecer seus sentidos, como o cadeado batendo, para trancar uma porta ou o *funk* que embala os dias marcados no calendário colado na parede; ou ainda os nomes das coisas e seus apelidos.

A experiência de freqüentar presídios, de *estar lá*, mostrou-me um universo extremamente complexo, que envolve jogos de forças, múltiplos e de diferentes impactos. Entretanto, torna urgente o movimento reflexivo em torno das razões que leva-nos a aprisionar pessoas como forma de “regenerá-las”.

A pesquisa demonstrou uma incompatibilidade entre dentro e fora, ao mesmo tempo em que há interdependência entre essas duas esferas, esses dois mundos aparentemente diversos. Refiro-me aqui aos modos de operar o direito e ao imaginário social que crê na idéia de que os muros da prisão circunscrevem um outro mundo. Não são dois mundos; são faces da mesma sociedade, de uma mesma cultura.

Deixei que a pressão, exercida por mim no árduo ir e vir da liberdade de fora da prisão e da incansável urgência em terminar essa pesquisa, entornasse o caldo e desse mostras do que consiste a vida no Presídio Feminino de Florianópolis. Porém falta, ainda, destacar em que me auxilia tal investimento, e de como se pode ampliá-lo para uma outra perspectiva dos estudos sobre populações carcerárias.

## **2. O Imaginário social e a vida no presídio: proposta para um outro olhar sobre o espaço prisional**

Como venho procurando mostrar até aqui, as relações no Presídio Feminino de Florianópolis fazem-se mediante um fluxo de maneiras de ser entre “fora” e “dentro”, “dentro” e “dentro”, “fora” e “fora”, e são constituintes de uma maneira de entender a prisão e de vivê-la como possibilidade. O que significa que a idéia de um mundo prisional separado de um outro mundo, supostamente livre, não se verifica no PFF. “Fora” e “dentro”, estão em total e constante relação, há um fluxo nas relações que coloca em contato vizinhos, parentes, amigos, desconhecidos e inimigos.

O sistema penitenciário, atualmente, mantém um modelo disciplinar, que procura domesticar, mas também se apóia em um modelo de governar que se dá a partir dos discursos burocrático-legalistas, nos quais se verifica uma prática exacerbada da prisionalização e da garantia de direitos.

Os estudos antropológicos nesse campo têm oferecido poucas modificações no sentido de transcender a lógica dentro x fora, pensados como sociedades diferentes. Há, porém, o trabalho de Manuela Ivone da Cunha (2002), que indica, exatamente o que também foi observado no PFF, a continuidade, entre interior e exterior, definindo a prisão.

Como no trabalho de Cunha (2002), também foi possível observar no PFF, que as presas apontam que alguns setores da sociedade desconhecem e têm preconceito em relação às presas e a sua situação de serem pobres. As presas e suas famílias, no PFF, são cotidianamente lembradas que formam um *lumpen*, e que estão fora da lei, fora da sociedade.

O imaginário que representa a prisão como território perigoso e, portanto, tabu, corresponde de certa forma ao que se vê no presídio. E, nota-se que a noção de perigo que atribuída à prisão e às pessoas que ali estão é semelhante àquela associada a determinados espaços, como os bairros e espaços na cidade de onde vêm a maioria das presas do PFF.

Talvez o que surja de mais significativo em todo esse trabalho seja o fato de que a prisão é experimentada na sua cotidianidade. Tempo, espaço, relações, regras, normas, vão e vêm entre o fora e o dentro, muitas vezes adquirindo novos contornos, outras apenas se reafirmando. O casamento, o amor, a família, a lealdade, a honestidade, a maternidade, são valores presentes, naquele espaço e naquela situação, eles se reafirmam, certamente, com outros matizes, da situação de aprisionamento, mas não são valores novos e tampouco, são perdidos quando da passagem para a situação de presa.

No espaço de quatro anos, vi se modificar toda a estrutura física do PFF, que se deveu a um aumento do número de mulheres condenadas nas Varas de Execução Penal. Muito embora, reconhecidamente, o volume de crimes tenha crescido com o aumento da população e dos poucos investimentos em políticas públicas, também mudou o olhar da justiça em direção à mulher - haja vista os investimentos do direito em transcender as noções de Lombroso acerca da criminalidade feminina -, além de terem sido alteradas as práticas de sociabilidade e familiares no universo criminal, passando a mulher a assumir funções que antes não eram visíveis.

Algumas mulheres afirmam terem passado a traficar porque o companheiro estava preso e precisavam manter a renda para o sustento familiar. Outras afirmam que o envolvimento com o crime deveu-se a uma *escorregada*, mas que em outras épocas não teriam coragem, porque era *vergonhoso* uma mulher ir para a prisão. Ocorre que com o

envolvimento de grande parte das presas na rede de tráfico, elas vivenciam uma circularidade na prisão, que não corresponde à prática da reincidência, mas sim ao trânsito que permite a muitas mulheres da mesma comunidade passarem pela prisão.

O que acontecia antes – ainda em 1999 foi possível verificar esses tipos de casos – era que as prisões de mulheres, de uma mesma família dava-se de forma isolada. Geralmente a presa estava envolvida com um traficante e acabava assumindo a acusação sozinha, perdia vínculos com muitos outros membros da parentela, porque estava em jogo a honra da família. Atualmente, apesar de ainda ocorrerem tais situações, é mais comum encontrarmos presas que já conheciam o presídio, às vezes por que já tinham ido visitar mãe, irmã, filha, e outras porque ela mesma já tinha estado presa.

A reciprocidade em que se apóiam para conviver no presídio indica uma experiência anterior deslocada para dentro do sistema prisional com novos contornos, a fim de coexistir com instrumentos coercitivos e legais do controle social sobre o qual repousam os objetivos oficiais do sistema penitenciário.

Pensar a prisão, hoje, implica pensar o seu contexto. O local não é só o *intramurus* e suas relações de poder. Os estudos sociológicos que procuram problematizar a prisão, e os antropológicos que se dedicam a conhecer as práticas sociais desse espaço, necessitarão transcender os muros, “entornar o caldo”, deixando que as bordas da prisão se encharquem de toda a complexidade do fluxo entre o dentro e o fora.

### 3. Referências

ADORNO, Sérgio e IZUMINO, Wânia. Fontes de Dados Judiciais. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita; MUSAMECI, Leonarda (Orgs.) **Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil**: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: IPEA/UCAM, 2000.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**: a irmandade do crime. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BASTOS, Maruza. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

BARRETO, Lima. **O Cemitério dos vivos**. 1920. Disponível em:<http://www.terra.com.br/virtualbooks>. Acesso em:

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRITO, Mirella Alves de et al. **Ensaio para a liberdade**. Projeto Vôo para a Liberdade. Florianópolis: Instituto Arco-Íris/Ministério da Saúde, 2002.

BUTLER, Judith. Imitation and Gender Insubordination. In: FUSS, Diana. **Inside/Out**: Lesbian Theories, Gay Theories. New York and London: Routledge, 1991, 13-31.

BUTLER, Judith. Imitación e insubordinación de gênero. **Revista de Occidente**, 235/Dez, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Virginia da Conceição. **A Realidade do sistema prisional no Brasil**. Belo Horizonte: Ponto Jurídico, 2006.

CERTEAU, Michel de. et alli. **A Invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CUNHA, Manoela Ivone da Cunha. **A reclusão segundo o gênero**: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade. Minho: Minerva, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Bairro e a prisão**: a erosão de uma fronteira. Minho: IDEMEC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Entre o bairro e a prisão**: Tráfico e Trajectos. Lisboa: Fim de Século, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita Acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Maria Vorraber & BUJES, Maria Isabel E. (Orgs.) **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DIAS, M<sup>a</sup> Berenice. **União homossexual**: o preconceito e a justiça. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, s/d.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência das instituições políticas de um povo nilota. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio/NAU Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975) São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel (Coord.) **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

GAUER, Gabriel J. C. & GAUER, Ruth M. C. (orgs.) **A Fenomenologia da violência**. Curitiba: Juruá, 1999.

GENNEP, Arnold van. **Os Ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 6.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

HANNEREZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 Dez 2006. doi: 10.1590/S0104-93131997000100001.

HEILBORM, M<sup>a</sup> Luiza. **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

HOLANDA, Chico Buarque. **Brejo da Cruz**, 1984.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LAING, Ronald David. **O Eu dividido**: estudo existencial da sanidade e da loucura (The Divided Self). Trad. Áurea Brito Weissenberg. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

LEMGRUBER, Julita. Sistema Penitenciário Brasileiro. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita; MUSAMECI, Leonarda (Orgs.) **Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil**: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: IPEA/UCAM, 2000.

LEÓN, Magdalena. **Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder**. Revista Estudos Feministas, UFSC, ano 8, 2º semestre 2000, pp. 207-221.

LIMA, Roberto Kant de. Sistema de Justiça Criminal no Brasil: dilemas e paradoxos. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita; MUSAMECI, Leonarda (Orgs.) **Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil**: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: IPEA/UCAM, 2000.

LUPO, Salvatore. **História da máfia**: das origens aos nossos dias. São Paulo: UNESP, 2002.

LONGRIGG, Clare. **Mulheres da máfia**. São Paulo: Landscape, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade (3ª ed.). São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2003

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné – Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTA, Roberto da. **A Casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

MACAULAY, Fiona. **Political and institutional challenges of reforming the Brazilian prison system.** Working paper number CBS-31-02. University of Oxford – Centre for Brazilian studies: Ford Foundation, 2002. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/publicacoes.htm#Artigos>

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Honra, dignidade e reciprocidade.** Brasília: UnB: Série Antropologia, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do antropólogo.** 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

ORTEGA, Francisco. **Corporeidade e biotecnologias:** Uma crítica fenomenológica da construção do corpo pelo construtivismo e pela tecnobiomedicina. *Physis.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em :[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312005000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 Nov 2006. doi: 10.1590/S0103-73312005000200004.

POLLAK, Michel. **L'Expérience concentrationnaire:** essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié, 1990.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-2012.

ROLIM, Marcos. **Prisão e ideologia:** limites e possibilidades para a reforma prisional no Brasil. Working paper number CBS-48-04. University of Oxford – Centre for Brazilian studies: Ford Foundation, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/publicacoes.htm#Artigos>.

SÁ, Geraldo R. **A Prisão dos excluídos:** Origens e Reflexões sobre a Pena Privativa de Liberdade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SERRES, Michel. **A Lenda dos anjos.** São Paulo: Aleph, 1995.

SOARES, Bárbara M. & ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001a.

WACQUANT, Loïc. **Os Condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001b.

WIGGERS, Raquel. **Família em conflito**: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2000.

WOORTMANN, Klass. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZONABEND, Françoise. ¿Por Que Nominar? Los nombres de las personas em um pueblo francês: Minot-En-Châtillonnais. In: LEVI-STRAUSS, Claude (Org.) **La identidad**: seminario interdisciplinario. Barcelona: Ediciones Petrel, 1981.

## 4. Anexos







